

Alupar Investimento S.A.

Índice das notas explicativas

Informações gerais.....	Nota 01
Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis.....	Nota 02
Sumário das práticas contábeis	Nota 03
Pronunciamentos técnicos, interpretações e novas normas.....	Nota 04
Caixa e equivalentes de caixa	Nota 05
Investimentos de curto prazo	Nota 06
Títulos e valores mobiliários	Nota 07
Contas a receber de clientes.....	Nota 08
Outros tributos compensáveis.....	Nota 09
Ativo financeiro da concessão	Nota 10
Investimentos em coligadas e investidas.....	Nota 11
Investimentos em controladas	Nota 12
Participação dos acionistas não controladores	Nota 13
Propriedades para investimentos	Nota 14
Imobilizado.....	Nota 15
Intangível.....	Nota 16
Fornecedores	Nota 17
Imposto de renda e contribuição social a pagar	Nota 18
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	Nota 19
Provisão para gastos ambientais	Nota 20
Provisão de constituição de ativos.....	Nota 21
Taxas regulamentares e setoriais	Nota 22
Empréstimos e financiamentos	Nota 23
Debêntures.....	Nota 24
Provisões para contingências.....	Nota 25
Patrimônio líquido	Nota 26
Resultado por ação	Nota 27
Receita operacional líquida.....	Nota 28
Suprimento de energia e energia comprada para revenda	Nota 29
Custos e despesas operacionais.....	Nota 30
Receitas e despesas financeiras.....	Nota 31
Imposto de renda e contribuição social.....	Nota 32
Partes relacionadas	Nota 33
Instrumentos financeiros	Nota 34
Informações por segmento.....	Nota 35
Benefícios a empregados	Nota 36
Seguros.....	Nota 37
Eventos subsequentes	Nota 38

Alupar Investimento S.A.

Notas explicativas às Demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Alupar Investimento S.A. (“Companhia” ou “Alupar”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, CNPJ 08.364.948/0001-38, e tem suas ações negociadas na BM&FBOVESPA (“BOVESPA”) sob código de negociação ALUP11. A Companhia é uma sociedade domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São Paulo – SP, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.996, 16º andar, Conjunto 161, Sala A, e tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nos setores de energia e infraestrutura, no Brasil ou no exterior, como acionista ou quotista; a geração, transformação, transporte, a distribuição e o comércio de energia em qualquer forma; elaboração de estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, a operação e manutenção de usinas de geração de energia, de linhas de transmissão e de transporte, subestações, rede de distribuição e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares; e a realização de quaisquer outros serviços ou atividades na área de infraestrutura.

A Companhia participa em empresas geradoras e empresas transmissoras de energia elétrica no Brasil, além de participar em cinco empresas Holdings, sendo: Transminas Holding S.A. (controladora da Transleste, Transirapé e Transudeste), Alupar Inversiones Peru (controladora da La Virgen), Alupar Chile Inversiones SpA, Windepar Holding S.A (controladora da Energia dos Ventos I, Energia dos Ventos II, Energia dos Ventos III, Energia dos Ventos IV e Energia dos Ventos X) e Alupar Colombia S.A.S.

A Companhia é diretamente controlada pela Guarupart Participações Ltda. (“Guarupart”).

Dados das empresas controladas e investidas:

Concessões de linhas de transmissão

A Companhia possui aproximadamente 6.788 km de linhas de transmissão, sendo aproximadamente 4.750 km em operação e 2.038 km em fase pré-operacional, sendo 1.065 km referente as concessões da TCC, TPE e ESTE (conforme nota explicativa 38) e o restante detalhado conforme quadro a seguir:

Alupar Investimento S.A.

Empresas	Localização / Conexão	Contrato de Concessão ANEEL nº	Prazo da Concessão		Início da Operação	Extensão da Linha	Tensão	RAP/RBNI (Ciclo 2015-2016)	Índice de reajuste do contrato	Redução de 50% da RAP a partir de 16º ano de Operação	Revisão Tarifária prevista
			Início	Fim							
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	Tucuruí (PA) - Vila Conde (PA)	043/2001	12/06/01	12/06/31	25/08/02	328 km	500KV	96.563	IGP-M	Sim	Não
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	Tucuruí (PA) - Açailândia (MA)	085/2002	11/12/02	11/12/32	12/02/05	459 km	500 Kv	221.644	IGP-M	Sim	Não
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	Vila Conde (PA) - Santa Maria (PA)	083/2002	11/12/02	11/12/32	15/09/04	155 km	230 Kv	49.750	IGP-M	Sim	Não
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	Tucuruí (PA) - Presidente Dutra (PA)	042/2001	12/06/01	12/06/31	10/03/03	927 km	500 Kv	422.270	IGP-M	Sim	Não (*)
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	Campos Novos (SC) - Blumenau (SC)	088/2000	01/11/00	01/11/30	26/03/02	252,5 km	525 Kv	79.723	IGP-M	Sim	Não
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	Teresina (PI) - Fortaleza (CE)	005/2004	18/02/04	18/02/34	01/01/06	541 km	500 Kv	177.333	IGP-M	Sim	Não
Companhia Transleste de Transmissão	Irapé (MG) - Montes Claros (MG)	009/2004	18/02/04	18/02/34	18/12/05	150 km	345 Kv	40.172	IGP-M	Sim	Não
Companhia Transudeste de Transmissão	Itutinga (MG) - Juiz de Fora (MG)	005/2005	04/03/05	04/03/35	23/02/07	140 km	345 Kv	24.899	IGP-M	Sim	Não
Companhia Transirapé de Transmissão	Irapé (MG) - Araçuaí (MG)	012/2005	15/03/05	15/03/35	23/05/07	65 km	230 Kv	29.201	IGP-M	Sim	Não
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	Barra Grande (SC) - Lages (SC) - Rio Sul (SC)	006/2006	27/04/06	27/04/36	08/11/07	230 km	230 Kv	41.522	IPCA	Sim	Não
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	Machadinho (SC) - Campos Novos (SC)	007/2004	18/02/04	18/02/34	03/10/07	40 km	525 Kv	26.206	IGP-M	Sim	Não
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	Verona (ES) - Mascarenhas (ES)	006/2007	20/04/07	20/04/37	12/12/08	107 km	230 Kv	14.308	IPCA	Sim	Sim
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	Juba (MG) - Juína (MG)	011/2008	16/10/08	16/10/38	30/06/11	782 km	230 Kv	44.400	IPCA	Não	Sim
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	Jauru (MT) - Cuiabá (MT)	023/2008	19/11/09	19/11/39	22/11/11	348 km	500/230 Kv	47.368	IPCA	Não	Sim
Empresa Santos Dumont de Energia S.A.	Subestação Santos Dummond (MG)	025/2009	19/11/09	19/11/39	06/02/13	Subestação	138/345 Kv	12.640	IPCA	Não	Sim
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	Nova Mutum (MT) - Nobres (MT) - Cuiabá (MT)	005/2010	12/07/10	12/07/40	16/12/11	235 km	230 Kv	12.045	IPCA	Não	Sim
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	Subestação Várzea Grande (MT)	018/2010	23/12/10	23/12/40	23/12/12	Subestação	138/230 Kv	9.712	IPCA	Não	Sim
Transnorte Energia S.A.	Boa Vista (RR) - Equador (RR) - Lechuga (AM)	003/2012	25/01/12	25/01/42	Pré Operacional	715 km	500 Kv	7.220	IPCA	Não	Sim
Empresa de Transmissão Serrana S.A.	Subestação Abdon Batista / Gaspar (SC)	006/2012	10/05/12	10/05/42	19/01/2015	Subestação	230/525 Kv 138/230 Kv	21.582	IPCA	Não	Sim
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A.	Henry Borden (SP) - Manoel da Nóbrega (SP)	016/2014	05/09/14	05/09/44	Pré Operacional	SE+38 Km	230/345 Kv	28.865	IPCA	Não	Sim
Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.	Rio Grande do Norte (RN)	013/2016	02/09/16	02/09/46	Pré Operacional	10 km	500/230 Kv	48.487	IPCA	Não	Sim
Empresa Transmissora Capixaba S.A.	Subestação Rio Novo do Sul (ES)	020/2016	02/09/16	02/09/46	Pré Operacional	Subestação	345/138 Kv	28.147	IPCA	Não	Sim
Transmissora Colombiana de Energia S.A.S ESP	Virginia-Nueva Esperanza - Colombia	UPME 07-2016	N/A	N/A	Pré Operacional	200 km	500 Kv	N/A	IPP	Não	Sim
Total						5.722 km		1.484.058			

(*) A Empresa Amazonense de Transmissão de Energia possui revisão tarifária periódica para RBNI

Alupar Investimento S.A.

Concessões e autorizações de geração de energia elétrica

A Companhia detém os direitos de concessão e/ou autorização de 6 PCHs, 4 UHEs e um projeto eólico (5 parques eólicos), que totalizam 687 MW. Os sistemas de geração que a Companhia opera, por meio de contratos de concessões e/ou autorizações com prazo de 30 e 35 anos, estão localizados nos Estados do Goiás, Rio Grande do Sul, São Paulo, Amapá e, futuramente, nos Estados do Rio Grande do Sul (Forquilha IV), Goiás (Verde 8), Minas Gerais (Água Limpa) e Ceará (Eólicas). A Companhia também possui o controle da Risaralda Energia SAS/ESP (Colômbia) e detém a participação de 12,53% das ações de La Virgen S.A.C (Peru), sendo esta, controlada da Alupar Inversiones Peru S.A.C.

A tabela abaixo apresenta a relação dos ativos de geração de energia elétrica:

Empresas	Localização	Contrato de Concessão / Resolução Autorizativa ANEEL nº	Prazo da Concessão/ Autorização		Início da Operação	Capacidade Instalada - MW	Energia Assegurada - MW
			Início	Fim			
Foz do Rio Claro Energia S.A.	Rio Claro - Caçu (GO) e São Simão (GO)	005/2006	15/08/06	15/08/41	05/08/10	68,4	41,0
Ijuí Energia S.A.	Rio Ijuí - Rolador (RS) e Salvador das Missões (RS)	006/2006	15/08/06	15/08/41	29/03/11	51,0	30,4
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	Rio Paraíba do Sul - Lavrinhas (SP)	138/2004 - 716/2006	07/04/04	07/04/34	03/09/11	30,0	21,4
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	Rio Paraíba do Sul - Queluz (SP)	139/2004 - 715/2006	07/04/04	07/04/34	12/08/11	30,0	21,4
Ferreira Gomes Energia S.A.	Rio Araguaari - Ferreira Gomes (AP)	002/2010	09/11/10	09/11/45	04/11/14	252,0	153,1
Energia dos Ventos I S.A.	Aracati (CE)	Portaria 431/12	17/07/12	17/07/47	22/04/16	23,1	11,80
Energia dos Ventos II S.A.	Aracati (CE)	Portaria 428/12	16/07/12	16/07/47	13/05/16	12,6	6,00
Energia dos Ventos III S.A.	Aracati (CE)	Portaria 433/12	19/07/12	19/07/47	03/03/16	18,9	9,60
Energia dos Ventos IV S.A.	Aracati (CE)	Portaria 442/12	24/07/12	24/07/47	02/03/16	27,3	14,80
Energia dos Ventos X S.A.	Aracati (CE)	Portaria 435/12	19/07/12	19/07/47	02/03/16	16,8	8,70
Geração de Energia Termoeletrica e Participações S.A.	Rio de Janeiro (RJ)	N/A	N/A		Pré Operacional	-	-
Risaralda Energia S.A.S.E.S.P. (*)	Rio Risaralda (PCH Morro Azul)	N/A	N/A		10/09/2016	19,9	13,2
Forquilha IV Energia S.A.	Rio Forquilha - Machadinho (RS) e Maximiliano de Almeida (RS)	Em andamento	Em andamento		Pré Operacional	-	-
Verde 8 Energia S.A.	Rio Verde - Santa Helena de Goiás (GO)	REA 3.702/12 - 4.684/14 - REA 5.953/16	24/10/12	15/06/44	Pré Operacional	30,0	18,7
Água Limpa S.A.	Rio Piracicaba - Antônio Dias (MG)	Portaria 346/14	18/07/14	18/07/49	Pré Operacional	23,0	11,9
La Virgen S.A.C.(*)	Rio Tarma - Peru	253/2005 - 313/2008		N/A	Pré Operacional	84,0	49,3
						687,0	411,3

(*) As concessões de Risaralda e La Virgen estão localizadas na Colômbia e no Peru respectivamente, desta forma, as regras regulatórias aplicáveis naqueles países divergem das regras aplicáveis no Brasil.

2.Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

Na Reunião do Conselho de Administração da Companhia, foi autorizada a conclusão da elaboração das Demonstrações Contábeis em 09 de março de 2017.

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e, também, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil BR GAAP., incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM e Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

2.2. Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados.

A preparação das informações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações contábeis.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa,

Alupar Investimento S.A.

ativos financeiros da concessão, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências e de constituição de ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis devido ao processo inerente das estimativas. A Companhia revisa suas estimativas a cada data de reporte, e sendo necessária mudanças de estimativas as mesmas serão reconhecidas prospectivamente.

2.3. Moeda Funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

2.3.1. Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia, de suas controladas e investidas, com exceção das controladas Alupar Peru e La Virgen que a moeda funcional são Nuevos Soles e da controlada Risaralda cuja moeda funcional é o Peso Colombiano e da controlada Alupar Chile Inversiones SpA, cuja moeda funcional é o peso chileno. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.3.2. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da entidade, foram convertidas pela taxa de câmbio na data em que as transações foram realizadas. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da entidade pela taxa de câmbio na data-base das informações contábeis. Itens não monetários em moeda estrangeira reconhecidos pelo seu valor justo são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data em que o valor justo foi determinado.

Alupar Investimento S.A.

2.4. Critérios de consolidação

As informações contábeis consolidadas incluem a Companhia e suas controladas. São consideradas controladas quando a Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As informações contábeis de controladas são incluídas nas informações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Entre os principais ajustes de consolidação estão às seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as informações contábeis consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.
- Participações no capital e lucro (prejuízo) do exercício das empresas controladas.

A Administração da Companhia, baseada nos estatutos e acordo de acionista, controla as empresas relacionadas a seguir e, portanto, realiza a consolidação integral das mesmas:

Descrição	Abreviatura	Atividade	Participação (%)	
			31/12/2016	31/12/2015
<u>Controladas diretas:</u>				
Alupar Inversiones Peru S.A.C.	"Alupar Peru"	Holding	100,00	100,00
Transminas Holding S.A.	"Transminas"	Holding	70,02	70,02
Alupar Chile Inversiones SpA	"Alupar Chile"	Holding	100,00	100,00
Foz do Rio Claro Energia S.A. (b)	"Foz"	Geração	66,06	52,01
Ijuí Energia S.A. (c)	"Ijuí"	Geração	86,66	50,01
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	"Lavrinhas"	Geração	64,19	64,19
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	"Queluz"	Geração	68,83	68,83
Ferreira Gomes Energia S.A	"Ferreira Gomes"	Geração	100,00	100,00
Geração de Energia Termoelétrica e Participações S.A.	"GET"	Geração	51,00	51,00
Risaralda Energia S.A.S.E.S.P.	"Risarlada"	Geração	-	99,97
Forquilha IV Energia S.A.	"Forquilha IV"	Geração	99,99	99,99
Verde 8 Energia S.A.	"Verde 8"	Geração	99,90	99,90
Agua Limpa S.A.	"Agua Limpa"	Geração	90,00	90,00
La Virgen S.A.C.	"La Virgen"	Geração	12,53	15,09
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	"EATE"	Transmissão	50,02	50,02
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	"STN"	Transmissão	51,00	51,00
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	"ETES"	Transmissão	100,00	100,00
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	"ETEP"	Transmissão	50,02	50,02
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	"ENTE"	Transmissão	50,01	50,01
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	"ERTE"	Transmissão	21,96	21,96
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	"ECTE"	Transmissão	50,02	50,02
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	"ETEM"	Transmissão	62,79	62,06
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	"ETVG"	Transmissão	100,00	100,00
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A.	"ELTE"	Transmissão	99,99	99,99
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	"Lumitrans"	Transmissão	15,00	15,00
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	"STC"	Transmissão	20,00	20,00
ACE Comercializadora Ltda.	"ACE"	Comercializadora	100,00	100,00
AF Energia S.A.	"AF"	Serviços	99,99	99,99
Windepar Holding S.A. (a)	"Windepar"	Holding	100,00	100,00
Energia dos Ventos I S.A.	"EDV I"	Geração	-	99,99
Energia dos Ventos II S.A.	"EDV II"	Geração	-	99,99
Energia dos Ventos III S.A.	"EDV III"	Geração	-	99,99
Energia dos Ventos IV S.A.	"EDV IV"	Geração	-	99,99
Energia dos Ventos X S.A	"EDV X"	Geração	-	99,99
Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.	"ETAP"	Transmissão	99,98	-
Empresa Transmissora Capixaba S.A.	"ETC"	Transmissão	99,98	-
Alupar Colombia S.A.S	"Alupar Colombia"	Holding	100,00	-

Alupar Investimento S.A.

Descrição	Abreviatura	Atividade	Participação (%)	
			31/12/2016	31/12/2015
<u>Controladas indiretas:</u>				
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.(i)	"EBTE"	Transmissão	25,51	25,51
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica (i)	"Lumitrans"	Transmissão	40,01	40,01
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (i)	"STC"	Transmissão	30,79	30,79
Companhia Transleste de Transmissão (ii)	"Transleste"	Transmissão	28,71	28,71
Companhia Transirapé de Transmissão (ii)	"Transudeste"	Transmissão	28,71	28,71
Companhia Transudeste de Transmissão (ii)	"Transirapé"	Transmissão	28,71	28,71
Empresa Santos Dumont de Energia S.A. (iii) (i)	"ESDE"	Transmissão	50,02	50,02
Empresa de Transmissão Serrana S.A. (iv)	"ETSE"	Transmissão	50,02	50,02
La Virgen S.A.C. (v)	"La Virgen"	Geração	52,47	49,91
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (vi)	"ERTE"	Transmissão	9,04	9,04
Companhia Transleste de Transmissão (vi)	"Transleste"	Transmissão	5,00	5,00
Companhia Transirapé de Transmissão (vi)	"Transudeste"	Transmissão	5,00	5,00
Companhia Transudeste de Transmissão (vi)	"Transirapé"	Transmissão	5,00	5,00
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (vii)	"STC"	Transmissão	9,23	9,23
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (vii)	"ERTE"	Transmissão	19,01	19,01
Energia dos Ventos I S.A. (viii)	"EDV I"	Geração	100,00	-
Energia dos Ventos II S.A. (viii)	"EDV II"	Geração	100,00	-
Energia dos Ventos III S.A. (viii)	"EDV III"	Geração	100,00	-
Energia dos Ventos IV S.A. (viii)	"EDV IV"	Geração	100,00	-
Energia dos Ventos X S.A.(viii)	"EDV X"	Geração	100,00	-
Risaralda Energia S.A.S.E.S.P. (ix)	"Risaralda"	Geração	99,97	-
Transmissora Colombiana de Energia S.A.S ESP (ix)	"TCE"	Transmissão	99,00	-

- (i) Controladas diretamente pela EATE
(ii) Controladas diretamente pela Transminas
(iii) Controlada diretamente pela ETEP
(iv) Controlada diretamente pela ECTE
(v) Controlada diretamente pela Alupar Peru
(vi) Participação indireta via EATE
(vii) Participação indireta via ENTE
(viii) Participação indireta via Windepar
(ix) Participação indireta via Alupar Colombia

a) Constituição da Windepar Holding S.A.

Em 11 de fevereiro de 2016, a Companhia transferiu a totalidade de 118.221.362 (cento e dezoito milhões, duzentas e vinte uma mil, trezentas e sessenta e duas) ações ordinárias nominativas de emissão das controladas Energia dos Ventos I S.A., Energia dos Ventos II S.A., Energia dos Ventos III S.A., Energia dos Ventos IV S.A. e Energia dos Ventos X S.A. para a Windepar Holding S.A.

b) Constituição das empresas ETC e ETAP - Leilões de Transmissão.

Em 29 de abril de 2016, a Companhia constituiu as empresas ETC – Empresa Transmissora Capixaba S.A. e ETAP – Empresa transmissora Agreste Potiguar S.A. com capital social de R\$ 5 (cinco mil reais) cada uma, através da emissão de 5.000 ações ordinárias nominativas cada uma.

- (i) ETAP – LT 230kV João Câmara II – João Câmara III C1 e C2, CD, com 2x10km; SE 500kV João Câmara III – 500/230kV (9+1Res) x 300 MVA. (lote I), no estado do Rio Grande do Norte e;
(ii) ETC – SE 345/138kV Rio Novo do Sul – 345/138kV (6+1Res) x 133,33 MVA (lote T), no estado do Espírito Santo.

Alupar Investimento S.A.

c) Aumento de Capital Foz do Rio Claro Energia S.A.

Em 23 de março de 2016, a controlada Foz do Rio Claro Energia S.A. integralizou capital no montante de R\$ 86.270 por meio de AFACs realizados em exercícios anteriores. Em razão de tal integralização, a Companhia passou a deter 66,06% do capital social total da Foz do Rio Claro.

d) Aumento de Capital Ijuí Energia S.A.

Em 23 de março de 2016, a controlada Ijuí Energia S.A. integralizou capital no montante de R\$ 214.836 por meio de AFACs realizados em exercícios anteriores. Em razão de tal integralização, a Companhia passou a deter 86,66% do capital social total da Ijuí Energia.

e) Aumento de Capital La Virgen.

Em 26 de agosto de 2016 a controlada indireta La Virgen S.A.C integralizou capital no montante de R\$ 13.972 em valores monetários. Em razão de tal integralização a Companhia passou a deter 12,53% do capital social da La Virgen S.A.C.

Transchile

Em 12 de setembro de 2016 a Companhia, firmou acordo de compra e venda da totalidade das ações detidas pela Companhia na Transchile Charrúa Transmisión S.A., correspondentes a 51% (cinquenta e um por cento) do capital total, pelo valor de US\$ 58.859.100,00, com as empresas Ferrovial Transco Chile SpA e Ferrovial Transco Chile II SpA, ambas controladas pela Ferrovial S.A. Nesta data a Companhia reclassificou os ativos para disponível a venda no montante de R\$88.721 conforme nota explicativa 11.

Em 06 de outubro de 2016 em atendimento ao disposto no artigo 157, parágrafo 4º da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações") e às disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, informamos que foi atendida a condição suspensiva disposta no Contrato de Compraventa de Acciones, de forma que nesta data a totalidade das ações foram transferidas e a venda concretizada para a Ferrovial Transco Chile SpA e Ferrovial Transco Chile II SpA, ambas controladas pela Ferrovial S.A. companhia aberta. A Transchile era registrada no consolidado pelo método da equivalência patrimonial por possuir controle compartilhado.

As seguintes investidas estão registradas no consolidado por meio do método da equivalência patrimonial:

Descrição	Abreviatura	Atividade	Participação (%)	
			31/12/2016	31/12/2015
<u>Controladas em conjunto</u>				
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	"TME"	Transmissão	46,00	46,00
Transnorte Energia S.A.	"TNE"	Transmissão	51,00	51,00

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a controladora e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes (vide nota explicativa 33). A participação dos acionistas não controladores, das empresas consolidadas integralmente, é destacada nas demonstrações do resultado do exercício do resultado abrangente das demonstrações do valor adicionado e na mutação do patrimônio líquido consolidados.

3. Sumário das práticas contábeis

3.1 Ativos financeiros

a) Reconhecimento inicial

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalente de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade.

Os ativos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Sendo no reconhecimento inicial classificados dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza, das disposições contratuais e do propósito do ativo financeiro.

b) Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, de acordo com os seguintes critérios:

- Ativos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado - são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo e são apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando adquiridos com a finalidade de venda ou recompra em prazo muito curto, quando fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros para obtenção de lucro no curto prazo ou quando são derivativos. Esses ativos são avaliados subsequentemente pelo seu valor justo com impacto no resultado no exercício.
- Ativos financeiros mantidos até o vencimento - são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e com vencimento definido para os quais a Companhia tem a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.
- Ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis - são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não estão cotados em um mercado ativo. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.
- Ativos financeiros disponíveis para venda - são ativos financeiros não derivativos e que não são classificados como empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento ou pelo valor justo por meio do resultado. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo seu valor justo através do patrimônio líquido.

3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalente de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

3.1.2 Investimento de curto prazo e títulos e valores mobiliários

Os investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários incluem aplicações financeiras certificados de depósitos bancários, títulos públicos e fundos de investimentos exclusivos que são integralmente consolidados, estão classificados como a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

3.1.3 Contas a receber de clientes

A Companhia e suas controladas classificam os saldos de contas a receber de clientes, como instrumentos financeiros “recebíveis”. Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa.

3.1.3.1. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. O critério utilizado pela Companhia e suas controladas é o de se efetuar análise individual sobre as contas julgadas de difícil recebimento. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia não possui provisão para créditos de liquidação duvidosa registrada em suas demonstrações contábeis.

3.1.4 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados periodicamente para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas não identificaram nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

Alupar Investimento S.A.

3.1.5 Baixa de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas baixam seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia e suas controladas mantenham substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas demonstrações contábeis e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação.

3.1.6 Contratos de concessão

Os contratos de concessão estabelecem que os ativos vinculados à infraestrutura devam ser revertidos ao poder concedente no final da concessão, mediante pagamento de uma indenização.

De acordo com a ICPC 01 (R1), as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a ser reconhecidas de acordo com um dos seguintes modelos contábeis, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo poder concedente no âmbito do contrato:

Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao custo amortizado.

Este modelo se aplica às nossas concessionárias de transmissão de energia elétrica.

3.2 Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da Controladora.

3.3 Imobilizado

A depreciação é calculada pelo método linear, por componente, com base nas taxas divulgadas na nota explicativa 15, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastros (UC), e conforme taxas anuais determinadas pela Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, limitada ao prazo de autorização para os parques eólicos, a qual estabeleceu novas taxas de depreciação anuais para ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2012. Estas taxas de depreciação levam em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens na data base de 31 de dezembro de 2016.

O entendimento da Administração da Companhia é que no advento do termo final do contrato de concessão, os bens e as instalações vinculados à produção de energia elétrica, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL.

Alupar Investimento S.A.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são atualizados conforme revisões efetuadas pela ANEEL, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.4 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisadas no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica de outras despesas líquidas, consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

O saldo do ativo intangível da Companhia e suas controladas estão compostos principalmente por:

Direito de concessão – uso do bem público

O ativo intangível das controladas Ijuí, Foz e Ferreira Gomes, compreendem o direito das controladas operarem como concessionária de Uso do Bem Público (UBP) na produção e comercialização de energia elétrica, conforme contrato de concessão, as quais pagarão por este direito pelo prazo de concessão.

A vida útil desse intangível é avaliada como definida, pelo prazo de 35 anos, conforme o período de concessão.

Ativos intangíveis adquiridos de terceiros (ágio) e desenvolvimento de projetos

Referem-se ao ágio decorrente dos ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, e os projetos de UHE's, PCH's, Usinas Eólicas, entre outros. Além disso, para desenvolvimento destes e para os demais projetos a Companhia incorre em custos pré-operacionais inerentes ao processo de desenvolvimento de tais projetos, como a contratação de serviços de engenharia, viagens e outros. Após a autorização/permissão/concessão das licenças para instalação, os projetos desenvolvidos são alocados às Sociedades de Propósito Específicos – SPE's controladas que reembolsarão todos os gastos incorridos à Companhia.

Alupar Investimento S.A.

Os gastos incorridos em um projeto que porventura se torne passível de não instalação são revertidos para o resultado da Companhia. Estas reversões são baseadas em avaliações da administração.

3.5 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou de longa duração

A administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia e suas controladas. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa – UGC). Desse modo, as controladas relacionadas à transmissão de energia e geração de energia, foram analisadas isoladamente, de acordo com a sua geração de caixa.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.6 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como mais provável que não que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

3.6.1 Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. A avaliação se uma provisão é necessária de ser reconhecida inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.6.2 Provisões para compensações ambientais

Em função das suas atividades, as controladas da Companhia constituíram provisões para compensações ambientais. Estas obrigações estão relacionadas a investimentos em unidades de conservação assumidos durante o processo de licenciamento do empreendimento. A contrapartida desta provisão foi registrada na rubrica do imobilizado.

3.6.3 Provisões de constituição dos ativos

As provisões de constituição de ativos contemplam obrigações assumidas das obras a serem finalizadas oriundas do contrato de concessão, e que estão relacionadas a um determinado projeto que já entrou em operação. A contrapartida desta provisão foi registrada na rubrica do imobilizado.

3.7 Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia e suas controladas. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade.

Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis: são atualizados pela variação monetária, de acordo com os índices determinados em cada contrato, incorridos até a data do balanço em adição aos juros e demais encargos contratuais, os quais são registrados em despesas financeiras, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método de taxa de juros efetivos. As controladas operacionais e a Companhia apropriam os custos com empréstimos resultado do exercício, quando incorridos. Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte dos custos do correspondente ativo.

Fornecedores: inclui obrigações com fornecedores de energia, materiais e serviços, bem como a compra de energia de curto prazo adquirida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e a tarifa de uso do sistema de distribuição – TUSD.

3.7.1 Liquidação de passivos financeiros

A Companhia liquida os passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas, ou seja, quando são liquidadas, canceladas pelo credor ou prescritas de acordo com disposições contratuais ou legislação vigente.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

3.8 Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.9 Tributação

3.9.1 Impostos sobre as vendas

As receitas de vendas das controladas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65% e 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) – 3,00% e 7,6%;
- Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) – alíquota de acordo com o Estado onde a energia é faturada.

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

3.9.2 Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$240 no exercício base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, exceto para algumas controladas, que estão sob o regime de apuração com base no lucro presumido conforme detalhado na nota explicativa 32. O imposto de renda e a contribuição social corrente são reconhecidos pelo regime de competência. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Atualmente, a Companhia, suas controladas e investidas estão sujeita as seguintes formas de tributação do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL):

Alupar Investimento S.A.

- **Lucro Presumido:** Podem ser tributadas nesta forma todas aquelas empresas cuja receita bruta total (Considera-se como receita bruta total a receita bruta de vendas somada aos ganhos de capital e às demais receitas e resultados positivos decorrentes de receitas não compreendidas na atividade) tenha sido igual ou inferior a R\$ 78.000, no ano-calendário anterior, ou a R\$ 6.500 multiplicado pelo número de meses em atividade no ano-calendário anterior (Lei n.º 10.637, de 2002, art. 46); e que não estejam obrigadas à tributação pelo lucro real em função da atividade exercida ou da sua constituição societária ou natureza jurídica. No caso das controladas e investidas que estão sujeitos a esta forma de tributação, a alíquota de cada tributo (15% ou 25% de IRPJ e 9% da CSLL) incide sobre as receitas com base em percentual de presunção variável (8% do faturamento para IRPJ e 12% para CSLL). Este percentual deriva da presunção de uma margem de lucro para cada atividade (daí a expressão Lucro Presumido) e é predeterminado pela legislação tributária.
- **Lucro Real -** Lucro real é o lucro líquido do exercício de apuração ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas pela legislação fiscal. A determinação do lucro real será precedida da apuração do lucro líquido de cada exercício de apuração com observância das leis comerciais. No caso da Companhia, das suas controladas e das suas investidas que estão sujeitos a esta forma de tributação, a alíquota de cada tributo (15% ou 25% de IRPJ e 9% da CSLL) incide diretamente sobre o lucro líquido contábil somado aos ajustes determinados pela legislação fiscal.

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

3.9.3 Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Caso a estimativa de lucros tributáveis futuros indique que os impostos diferidos ativos não serão recuperados, a Companhia e suas controladas registram provisão para redução ao seu provável valor de realização. Esta análise é fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pelos órgãos de administração da Companhia.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Alupar Investimento S.A.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

3.10 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

3.11 Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado no circulante.

3.12 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das demonstrações contábeis a Companhia e suas controladas não possuíam ajustes a valor presente de montantes significativos.

3.13 Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

Alupar Investimento S.A.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 50% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados auditados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “dividendo adicional proposto” no patrimônio líquido.

3.14 Reconhecimento da receita

A receita de venda inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. As quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos da Companhia e de suas controladas, portanto, não estão apresentadas na demonstração do resultado.

3.14.1 Receita de transmissão de energia elétrica

As controladas do segmento de transmissão reconhecem a receita da prestação de serviços de transmissão em conformidade com a normativa contábil da ICPC 01 (R1). Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 17 (R1) (IAS 11) e CPC 30 (R1) (IAS 18), mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão.

O valor da receita pode ser mensurado com segurança, e os benefícios são atingidos para as atividades de transmissão de energia, uma vez que, na atividade de transmissão de energia, a receita prevista no contrato de concessão, a RAP, é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura pelos usuários do sistema. Maiores detalhes das premissas utilizadas estão descritas conforme nota explicativa 10.

As receitas no período pré-operacional do negócio de transmissão de energia, são segregadas em:

- Receitas de infraestrutura
- Remuneração do ativo do financeiro da concessão

E no período operacional do negócio de transmissão de energia, são segregadas em:

- Receita de transmissão de energia
- Remuneração do ativo financeiro da concessão

3.14.2 Receita de suprimento de energia elétrica

As controladas do segmento de geração reconhecem a receita de suprimento de energia elétrica no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração da energia entregue, conforme as bases contratadas ocorrem em bases mensais.

3.14.3 Receita de juros

A receita de juros decorrentes de equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários são calculadas com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.15 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações. Não existem instrumentos financeiros de capital que poderiam afetar o lucro líquido por ação por meio de diluição e, portanto o lucro líquido por ação básico ou diluído são idênticos.

O estatuto da Companhia atribui direitos idênticos às ações preferenciais e às ordinárias com relação a participação nos lucros distribuídos.

3.16 Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as empresas transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. A Companhia possui registrado no passivo circulante e não circulante a rubrica taxas regulamentares e setoriais, na qual está registrado o valor destinado da receita, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

3.17 Segmentos Operacionais e informações geográficas

Segmentos operacionais são componentes definidos da empresa que se engajam em atividades das quais a receita podem ser obtidas, cujos resultados financeiros são regularmente revisados pelos principais responsáveis pela decisão operacional da empresa ("CODM"), para que as decisões possam ser tomadas sobre alocação de recursos para o segmento e para avaliar o seu desempenho, e para essas informações financeiras estejam disponíveis.

A Companhia determinou que seus dois segmentos operacionais, que são: 1) a transmissão de energia elétrica, que consiste na transmissão de eletricidade em nome das concessionárias de energia elétrica e na construção, operação e manutenção de todas as subestações e linhas de transmissão e 2) Que consiste na geração de energia elétrica e sua venda a empresas de distribuição de energia elétrica e clientes livres. Nota 1 - A natureza das operações fornece informações detalhadas sobre os dois segmentos em que a Companhia atua. As atividades do segmento não operacional compreendem 1) participações, que consistem em atividades financeiras e de investimento não associadas aos segmentos operacionais, e 2) outras atividades, que consistem em serviços de negociação e O & M.

Para análise do lucro e perda por segmento o CODM utiliza o EBITDA e o lucro líquido. O lucro líquido utilizado é o mesmo que está apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas.

Para análise de totais de ativo por segmento o CODM utiliza o total de ativos atribuíveis a cada segmento.

Alupar Investimento S.A.

Para análise de totais de passivos por segmento o CODM utiliza o total de passivo atribuíveis para cada segmento.

As práticas contábeis utilizadas pelos segmentos operacionais são as mesmas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Os clientes da Companhia e seus ativos não circulantes estão localizados principalmente no Brasil, por esse motivo a informação por segmento geográfica não está sendo apresentada.

3.18 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da controladora e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de provisões para litígios, passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Quando necessário, as estimativas basearam-se em pareceres elaborados por especialistas. A Companhia e suas controladas adotaram premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenderam como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia e suas controladas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

3.18.1 Vida útil dos bens do imobilizado

Conforme descrito na nota explicativa 3.3, a Companhia e suas controladas utilizam os critérios definidos na Resolução ANEEL nº. 674, de 11 de agosto de 2015, na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado. A Companhia entende que esses critérios refletem adequadamente a vida útil de seus ativos.

3.18.2 Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros, inclusive ágio

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.18.3 Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios

Alupar Investimento S.A.

internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

3.18.4 Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

3.18.5 Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de construção, ampliação e reforços como ativo financeiro.

3.18.6 Momento de reconhecimento do ativo financeiro

A Administração da Companhia e de suas controladas avaliam o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. As contabilizações de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo financeiro.

3.18.7 Determinação da taxa efetiva de juros do ativo financeiro

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento.

3.18.8 Determinação das receitas de infraestrutura

As controladas abrangidas pelo escopo do ICPC 01 (R1), registram a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (R1) e CPC 30 (R1). De acordo com a regulação do setor elétrico brasileiro, a concessionária de geração ou transmissão é responsável pela construção do respectivo empreendimento, e dessa forma é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção, por consequência, apurar margem de lucro, se houver. Na contabilização das receitas de construção a Administração da Companhia e de suas controladas avaliam questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção mais determinadas despesas do período de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

3.18.9 Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato.

3.19 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS7) – Demonstração do Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

3.20 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Companhia, as controladas e as controladas em conjunto elaboraram as demonstrações por valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

3.21 Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Para cada combinação de negócio, a Companhia mensurou a participação de não controladores na adquirida pela parte que lhes cabe no valor justo dos ativos identificáveis líquidos das adquiridas. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente é reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo são reconhecidas na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não é reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Para algumas investidas a Companhia adquire o controle após a fase pré-operacional sem transferência de contraprestação. Este fato se dá em função de alguns direitos de veto de não controladores deixarem de ser relevantes no momento em que a empresa entra em operação.

3.22 Fluxo de caixa

A Companhia, as controladas e as controladas em conjunto classificam juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

4. Pronunciamentos técnicos, interpretações e novas normas

4.1 Normas novas, alterações e interpretação de normas

As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e serão obrigatórias para períodos contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia, as controladas e as controladas em conjunto não planejam adotar estas normas de forma antecipada.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Norma	Vigência	Principais pontos introduzidos pela norma	Impactos da adoção
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2018	A principal alteração refere-se aos casos onde o valor justo dos passivos financeiros calculado deve ser segregado de forma que a parte relativa ao valor justo correspondente ao risco de crédito da própria entidade seja reconhecida em "Outros resultados abrangentes" e não no resultado do período.	A Administração da Companhia iniciou uma avaliação preliminar e entende que a aplicação dos pronunciamentos mencionados a serem adotados nas suas demonstrações financeiras nas datas exigidas pode ter algum efeito sobre os saldos reportados anteriormente. No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada à época da efetiva adoção.
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	1º de janeiro de 2018	Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida.	
IFRS 16 - Leases	1º de janeiro de 2019	Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.	

5.Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa:	Remuneração média - % CDI		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa				
Numerário disponível (Caixa e bancos)	-	-	198	1.443
Fundos de investimento (*)	97,09%	92,32%	196.047	66.342
Certificados de depósitos bancários	0,00%	101,00%	-	53.879
Operações compromissadas	90,00%	100,00%	60.114	12.967
Aplicações automáticas	20,00%	20,00%	94	-
Aplicações no exterior	0,56%	0,00%	15.463	-
Total			271.916	134.631

Caixa e equivalentes de caixa:	Remuneração média - % CDI		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa				
Numerário disponível (Caixa e bancos)	-	-	81.403	227.968
Fundos de investimento (*)	97,09%	92,32%	196.047	66.342
Certificados de depósitos bancários	98,50%	93,58%	108.397	215.870
Operações compromissadas	90,00%	99,81%	60.114	15.341
Outros fundos de investimento	96,69%	93,84%	144.142	64.652
Aplicações automáticas	53,72%	20,00%	8.168	1.684
Aplicações no exterior	0,56%	0,00%	15.463	-
Total			613.734	591.857

A Companhia e suas controladas têm políticas de investimentos financeiros que determinam que as aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e em aplicações em instituições financeiras de primeira linha.

Aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa:

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, fundos de investimento em renda fixa, com liquidez imediata e aplicações financeiras automáticas, que são vinculadas a conta corrente, onde a remuneração efetiva dependerá do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicados, considerando que a administração registra essas aplicações pelo percentual de rendimento auferido, não ocorrendo, portanto risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado, e são considerados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo em contrapartida do resultado.

(*) Referem-se ao Fundo Exclusivo FI – Energia, cuja composição da carteira é assim como segue:

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Composição da carteira		
Operações compromissadas - Notas do tesouro nacional	196.058	66.345
Títulos federais - Letras financeiras do tesouro	160.248	44.430
Títulos privados - Certificados de depósitos bancários	55.191	-
Valores a pagar	(13)	(5)
Disponibilidades	2	2
Total - FI Energia	411.486	110.772
Registrado em caixa e equivalentes de caixa	196.047	66.342
Registrado em investimentos de curto prazo	215.439	44.430
Total - FI Energia	411.486	110.772

6. Investimentos de curto prazo

Investimentos de curto prazo:	Remuneração média - % CDI		Controladora / Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Aplicações financeiras classificadas como investimentos de curto prazo				
Fundos de investimento	90,00%	97,77%	215.439	44.430
			<u>215.439</u>	<u>44.430</u>

Aplicações financeiras classificadas como investimentos de curto prazo:

Refere-se ao Fundo Exclusivo FI – Energia, conforme evidenciado na nota explicativa 5, e é composto substancialmente por títulos do Tesouro Brasileiro e certificados de depósitos bancários, e são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

7. Títulos e valores mobiliários

A composição da carteira dos títulos e valores mobiliários é assim como segue:

Títulos e valores mobiliários:	Remuneração média - % CDI		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Aplicações financeiras classificadas como títulos e valores mobiliários				
Circulante				
Certificados de depósitos bancários	0,00%	99,00%	-	6.304
Outros fundos de investimento	88,31%	88,79%	89.984	67.121
Operações compromissadas	100,80%	100,80%	10.821	9.482
			<u>100.805</u>	<u>82.907</u>
Não circulante				
Certificados de depósitos bancários	0,00%	99,00%	-	3.054
Outros fundos de investimento (i)	95,36%	95,44%	4.295	3.790
			<u>4.295</u>	<u>6.844</u>
			<u>105.100</u>	<u>89.751</u>

Os títulos e valores mobiliários são compostos por:

Aplicações financeiras constituídas como contas reservas definidas nos contratos de empréstimos e financiamentos das controladas. Estas contas consistem na obrigação de manter aplicações financeiras correspondentes, em média, a três prestações dos empréstimos e financiamentos.

- i) Aplicações financeiras destinadas ao reinvestimento em projetos de infraestrutura na Amazônia brasileira no qual está sujeito à aprovação da Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA).

8. Contas a receber de clientes

a) As contas a receber de clientes estão compostas como a seguir:

Consolidado							
Saldos vincendos	Saldos vencidos (*)				31/12/2016	31/12/2015	
	Até 30 dias	de 31 a 60 dias	de 61 a 360 dias	há mais de 361 dias			
Sistema de transmissão de energia							
Encargos de uso da transmissão faturados	132.442	758	242	3.256	7.562	144.260	133.413
	132.442	758	242	3.256	7.562	144.260	133.413
Sistema de geração de energia							
Contrato bilateral - ambiente regulado	30.136	-	-	-	-	30.136	25.083
Contrato bilateral - ambiente livre	13.376	-	-	-	-	13.376	7.874
MRE e Spot (energia de curto prazo)	25.196	-	-	4.488	-	29.684	24.700
	68.708	-	-	4.488	-	73.196	57.657
	201.150	758	242	7.744	7.562	217.456	191.070
Circulante						207.017	182.712
Não circulante						10.439	8.358
Total						217.456	191.070

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas nas contas a receber, avaliação e monitoramento do risco de crédito e que as mesmas são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

b) A movimentação das contas a receber de clientes é como segue:

	Consolidado						31/12/2016
	31/12/2015	Provisão	Reversão da provisão	Faturamento	Recebimento	Transferência de adiantamento de clientes	
Sistema de transmissão de energia							
Encargos de uso da transmissão faturados	133.413	443	(390)	1.270.135	(1.258.054)	(1.287)	144.260
Contratos de compartilhamento de instalações - CCI	-	-	-	1.153	(1.153)	-	-
	133.413	443	(390)	1.271.288	(1.259.207)	(1.287)	144.260
Sistema de geração de energia							
Contrato bilateral - ambiente regulado	33.388	27.929	(27.004)	287.142	(291.319)	-	30.136
Contrato bilateral - ambiente livre	7.874	161.239	(150.745)	240.523	(240.069)	-	18.822
MRE e Spot (energia de curto prazo)	16.395	12.333	(590)	(87.201)	83.301	-	24.238
	57.657	201.501	(178.339)	440.464	(448.087)	-	73.196
	191.070	201.944	(178.729)	1.711.752	(1.707.294)	(1.287)	217.456

9.Outros tributos compensáveis

Por força de determinações legais, a Companhia e suas controladas, sofreram as retenções e/ou procederam às antecipações para posterior compensação de impostos e contribuições. Os saldos destes impostos estão assim distribuídos:

Outros tributos compensáveis:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<u>Circulante</u>				
Imposto de renda e contribuição social compensáveis				
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	-	-	18.002	7.522
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	-	-	1.745	1.458
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	26.276	26.736	29.909	30.439
	<u>26.276</u>	<u>26.736</u>	<u>49.656</u>	<u>39.419</u>
Outros tributos compensáveis				
Programa de Integração Social - PIS	-	-	-	1.807
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	-	-	8.463
Retenções - Lei 10.833 PIS, COFINS e CSLL	-	-	1.743	1.031
Outros	22	-	2.059	1.322
	<u>22</u>	<u>-</u>	<u>3.802</u>	<u>12.623</u>
<u>Não circulante</u>				
Imposto de renda e contribuição social compensáveis				
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	-	-	24.768	6.026
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	-	-	8.544	8.685
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	-	-	3.194	3.190
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>36.506</u>	<u>17.901</u>
Outros tributos compensáveis				
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	-	6.142	6.784
Outros	-	-	1.424	1.503
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.566</u>	<u>8.287</u>
Total	<u>26.298</u>	<u>26.736</u>	<u>97.530</u>	<u>78.230</u>

10.Ativo financeiro da concessão

a) Ativo financeiro da concessão

Os serviços públicos de transmissão de energia elétrica prestados pelas controladas da Companhia são regulamentados pelos contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados com a União – Poder Concedente. Estes contratos de concessão estabelecem os serviços que o operador deve prestar, para quem, e a que preço os serviços devem ser prestados.

As controladas da Companhia realizaram os cálculos para determinar a nova estimativa de valor da indenização dos bens reversíveis ao término da vigência do contrato de concessão do montante atribuível ao ativo financeiro, não resultando impactos relevantes às informações contábeis de 31 de dezembro de 2016.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica das controladas e investidas da Companhia, decidiu-se pela aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão nestas controladas e investidas. A Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, indica as condições para a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Alupar Investimento S.A.

As infraestruturas construídas da atividade de transmissão que estavam originalmente representadas pelos ativos imobilizados das controladas e investidas são, ou serão, recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber:

- Parte da Receita Anual Permitida – RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;
- Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, está a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa, considerando - se que esta parcela do ativo financeiro é garantida no contrato de concessão, e está incluída no modelo de fluxo de caixa, além de ser reconhecida, como premissa conservadora adotada pela administração, pelo seu valor residual avaliada ao custo histórico.
- Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concedidos.

b) Critério de reajuste das tarifas de transmissão

Os contratos de concessão estabelecem os valores de receita que as controladas de transmissão receberão ao longo do período de concessão, sendo tais valores estáveis e previsíveis. A RAP é contratada junto ao poder concedente na outorga das concessões e está sujeita à disponibilidade das linhas de transmissão, e não ao volume de energia transmitida. Segundo os contratos de transmissão das controladas, as RAPs são ajustadas anualmente, no mês de julho, pela variação anual do IGP-M ou IPCA, conforme contrato. As controladas diretas ETEM, ETES, ETVG e ELTE, as investidas TME e TNE, controladas indiretas EBTE, ESDE e ETSE, estão sujeitas a uma revisão tarifária a cada 5 anos, durante todo o prazo da concessão. Até que complete o 15º ano de concessão, essa revisão está relacionada essencialmente à variação do custo de dívida, atrelado à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") (calculado pela média móvel de cinco anos dessa taxa), conforme regido nos editais de licitação das linhas de transmissão. Os contratos de concessão das controladas diretas EATE, ECTE, ENTE, ERTE, ETEP, ETES, STN, das controladas indiretas Transirapé, Transleste, Transudeste e das controladas diretas e indiretas Lumitrans e STC dispõem que a partir do 16º ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão. As controladas diretas ETAP, ETC, estão sujeitas a três revisões tarifárias, a primeira no 5º ano a segunda no 10º ano e a terceira no 15º ano. Essa revisão está relacionada essencialmente à variação do custo de dívida, atrelado à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") (calculado pela média móvel de cinco anos dessa taxa), conforme regido nos editais de licitação das linhas de transmissão.

Os contratos de concessão outorgados pela ANEEL, anteriores à publicação da Resolução Normativa ANEEL nº 230, de 12 de setembro de 2006, que foi revogada pela Resolução Normativa nº. 490, de 29 de maio de 2012, não contêm previsão que autoriza a revisão tarifária periódica da RAP. Isso porque os respectivos editais de licitação não continham tal previsão, permitindo aos licitantes que projetassem a RAP constante de suas propostas financeiras sem levar em consideração eventuais revisões periódicas.

c) Reforços, Melhorias e Receita em função destas obras

O Poder Concedente poderá alterar, unilateralmente, os contratos de concessão, inclusive quando houver alteração do projeto ou das especificações anteriormente previstas. À concessionária é garantido o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão podendo ser conferida uma receita adicional para amortização dos investimentos realizados para a implementação de tais alterações.

Alupar Investimento S.A.

Já as melhorias, em tese, encontram-se abrangidas pelo objeto de cada concessão e servem para a continuidade da prestação do serviço adequado. Melhoria compreende a instalação, substituição ou reforma de equipamentos ou adequação destas instalações visando manter a prestação de serviço adequada à transmissão de energia elétrica, de acordo com o respectivo contrato de concessão, Resoluções Normativas e os Procedimentos de Rede. Os custos incorridos com melhorias são registrados de acordo com o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, para que sejam considerados nas revisões da RAP subsequentes.

Reforço é a instalação, substituição ou reforma em instalações de transmissão existentes ou adequação destas instalações, recomendadas pelos planos de expansão do sistema de transmissão e autorizadas previamente pela ANEEL, para aumento da capacidade de transmissão ou da confiabilidade do SIN, ou, a conexão de usuários. Determinadas espécies de reforços poderão ser implementadas diretamente pelas concessionárias de transmissão, sem a autorização prévia da ANEEL, desde que haja solicitação do ONS motivada por expansão da capacidade ou da confiabilidade do SIN.

d) A composição e a movimentação do ativo financeiro da concessão por controlada é como segue:

		Consolidado					
Taxa de remuneração do ativo financeiro - a.a	31/12/2015	Receita de transmissão de energia	Remuneração do ativo de concessão	Receita de infraestrutura	Recebimento	31/12/2016	
Controladas diretas							
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	35,95%	879.500	24.696	309.593	-	(393.666)	820.123
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	18,80%	683.502	21.214	149.905	752	(168.016)	687.357
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	34,50%	567.185	12.992	194.471	-	(206.886)	567.762
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	17,83%	228.726	4.391	37.085	7.774	(43.718)	234.258
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	34,44%	179.514	5.412	52.576	-	(80.207)	157.295
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	36,66%	173.511	9.517	61.258	-	(90.738)	153.548
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	32,35%	139.146	6.578	41.647	-	(46.738)	140.633
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	12,11%	108.149	5.700	13.972	49	(13.160)	114.710
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	22,95%	99.054	2.470	23.005	-	(23.789)	100.740
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	15,74%	88.582	2.650	12.575	35	(14.965)	88.877
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	15,20%	64.198	1.563	11.156	14.783	(8.544)	83.156
Empresa Litorânea De Transmissão de Energia S.A.	14,04%	5.965	-	1.071	2.705	-	9.741
Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.	17,46%	-	-	8	2.326	-	2.334
Empresa Transmissora Capixaba S.A.	18,21%	-	-	8	1.193	-	1.201
		3.217.032	97.183	908.330	29.617	(1.090.427)	3.161.735
Controladas indiretas							
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	9,34%	550.659	5.515	53.807	-	(44.545)	565.436
Companhia Transleste de Transmissão	22,48%	153.222	3.885	32.936	-	(36.950)	153.093
Companhia Transudeste de Transmissão	22,01%	101.243	2.211	21.885	-	(23.297)	102.042
Companhia Transirapé de Transmissão	19,25%	137.157	3.191	26.937	16.758	(28.671)	155.372
Empresa Santos Dumont de Energia S.A.	13,86%	97.129	1.079	14.633	1.704	(11.361)	103.184
Empresa de Transmissão Serrana S.A.	12,90%	210.772	1.860	28.397	(8.264)	(22.008)	210.757
		1.250.182	17.741	178.595	10.198	(166.832)	1.289.884
		4.467.214	114.924	1.086.925	39.815	(1.257.259)	4.451.619
Circulante		1.190.907					1.237.557
Não circulante		3.276.307					3.214.062
		4.467.214					4.451.619

Alupar Investimento S.A.

		Consolidado					
	Taxa de remuneração do ativo financeiro - a.a	31/12/2014	Receita de transmissão de energia	Remuneração do ativo de concessão	Receita de infraestrutura	Recebimento	31/12/2015
Controladas diretas							
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	35,70%	949.338	25.809	310.565	-	(406.212)	879.500
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	23,41%	684.405	18.207	151.076	1.300	(171.486)	683.502
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	34,24%	582.027	13.197	184.340	-	(212.379)	567.185
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	16,58%	227.992	4.347	35.528	470	(39.611)	228.726
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	33,60%	202.497	6.041	60.894	-	(89.918)	179.514
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	37,06%	194.033	8.983	63.321	-	(92.826)	173.511
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	29,77%	143.737	5.516	37.740	-	(47.847)	139.146
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	14,52%	104.727	2.909	14.300	483	(14.270)	108.149
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	22,48%	99.409	2.800	22.048	-	(25.203)	99.054
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	12,35%	87.747	3.060	11.663	51	(13.939)	88.582
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	16,54%	30.951	1.018	4.941	31.709	(4.421)	64.198
Empresa Litorânea De Transmissão de Energia S.A.	14,89%	450	-	312	5.203	-	5.965
		3.307.313	91.887	896.728	39.216	(1.118.112)	3.217.032
Controladas indiretas							
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	10,30%	535.695	6.415	56.347	-	(47.798)	550.659
Companhia Transleste de Transmissão	22,48%	155.992	3.857	31.761	-	(38.388)	153.222
Companhia Transudeste de Transmissão	22,48%	101.616	1.996	21.535	-	(23.904)	101.243
Companhia Transirapé de Transmissão	17,89%	125.774	2.810	22.686	10.041	(24.154)	137.157
Empresa Santos Dumont de Energia S.A.	15,20%	92.090	2.927	14.378	-	(12.266)	97.129
Empresa de Transmissão Serrana S.A.	13,74%	174.762	(1.239)	26.568	26.520	(15.839)	210.772
		1.185.929	16.766	173.275	36.561	(162.349)	1.250.182
		4.493.242	108.653	1.070.003	75.777	(1.280.461)	4.467.214
Circulante		1.176.519					1.190.907
Não circulante		3.316.723					3.276.307
		4.493.242					4.467.214

Em 31 de dezembro de 2016, não há itens vencidos registrados no ativo financeiro da concessão.

A composição da Receita Anual Permitida - RAP de cada controlada de transmissão da Companhia de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.918 de 23 de junho de 2016 é como segue:

Ciclo 2016-2017	Rede Básica		Rede Básica Fronteira		DIT ^(e) (Exclusivo)		Total	Parcela de ajuste (PA) apuração	Total Líquido
	RBL ^(a)	RBNI ^(b)	RBL ^(a)	RBNI ^(b)	RPEC ^(c)	RCDM ^(d)			
Concessão									
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	415.595	6.675	-	-	-	-	422.270	(32.293)	389.977
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	221.644	-	-	-	-	-	221.644	(16.211)	205.433
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	177.333	-	-	-	-	-	177.333	(12.981)	164.352
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	96.563	-	-	-	-	-	96.563	(7.037)	89.527
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	79.723	-	-	-	-	-	79.723	(6.839)	72.884
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	39.167	10.584	-	-	-	-	49.750	(3.642)	46.109
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	38.970	2.462	2.561	-	407	-	44.400	(3.208)	41.193
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	26.796	1.210	7.288	2.128	327	3.774	41.522	(1.512)	40.009
Companhia Transleste de Transmissão	40.172	-	-	-	-	-	40.172	(2.941)	37.231
Companhia Transirapé de Transmissão	17.144	4.225	3.905	2.765	318	844	29.201	(1.412)	27.789
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	26.206	-	-	-	-	-	26.206	(1.918)	24.288
Companhia Transudeste de Transmissão	24.899	-	-	-	-	-	24.899	(1.823)	23.076
Empresa de Transmissão Serrana S.A.	16.361	73	2.508	1.598	1.041	-	21.582	(1.527)	20.054
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	7.981	94	-	4.274	-	1.959	14.308	(574)	13.734
Empresa Santos Dumont de Energia S.A.	8.134	-	3.621	-	885	-	12.640	(557)	12.083
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	12.045	-	-	-	-	-	12.045	(938)	11.107
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	1.164	2.418	2.437	2.521	425	746	9.712	364	10.076
Total	1.249.897	27.740	22.320	13.286	3.404	7.323	1.323.970	(95.048)	1.228.921

Alupar Investimento S.A.

A composição da Receita Anual Permitida - RAP de cada controlada de transmissão da Companhia de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.918 de 23 de junho de 2015 é como segue:

Ciclo 2015-2016	Rede Básica		Rede Básica Fronteira		DIT ^(e) (Exclusivo)		Total	Parcela de ajuste (PA) apuração	Total Líquido
	RBL ^(a)	RBNI ^(b)	RBL ^(a)	RBNI ^(b)	RPEC ^(c)	RCDM ^(d)			
Concessão									
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	374.122	7.168	-	-	-	-	381.290	(36.649)	344.640
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	199.517	-	-	-	-	-	199.517	(19.177)	180.340
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	159.637	-	-	-	-	-	159.637	(15.344)	144.293
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	86.907	-	-	-	-	-	86.907	(8.350)	78.557
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	84.201	-	-	-	-	-	84.201	(8.093)	76.108
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	35.258	9.527	-	-	-	-	44.786	(4.305)	40.481
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	35.647	2.252	2.343	-	372	-	40.615	(5.088)	35.526
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	24.511	-	6.666	1.889	299	3.569	36.935	(2.479)	34.456
Companhia Transleste de Transmissão	36.163	-	-	-	-	-	36.163	(3.476)	32.687
Companhia Transirapé de Transmissão	15.433	3.803	3.516	2.489	287	759	26.287	(2.159)	24.128
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	23.591	-	-	-	-	-	23.591	(2.268)	21.324
Companhia Transudeste de Transmissão	22.414	-	-	-	-	-	22.414	(2.154)	20.260
Empresa de Transmissão Serrana S.A.	14.966	66	2.294	1.462	953	-	19.741	(353)	19.388
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	7.301	86	-	3.910	-	1.801	13.097	(798)	12.299
Empresa Santos Dumont de Energia S.A.	7.428	-	3.306	-	808	-	11.542	(796)	10.747
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	12.345	-	-	-	-	-	12.345	(1.155)	11.190
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	1.207	5.247	2.527	-	441	-	9.423	(94)	9.329
Total	1.140.649	28.150	20.653	9.750	3.159	6.130	1.208.491	(112.739)	1.095.752

- (a) Rede Básica Licitada
(b) Rede Básica Novas Instalações
(c) Receita dos ativos das demais concessionárias de transmissão licitadas
(d) Receita das Demais Instalações de Transmissão
(e) Demais Instalações de Transmissão

11. Investimentos em coligadas e investidas

As movimentações dos investimentos é como segue:

Consolidado						
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial:	Saldo em 31/12/2015	Ajuste de conversão cumulativa	Dividendos / JSCP	Equivalência Patrimonial	Reclassificação para ativos mantidos para venda	Saldo em 31/12/2016
Controladas em conjunto						
Transmissora Matogrossense de Energia S.A	81.180	-	(2.736)	11.520	-	89.964
Transnorte Energia S.A.	154.430	-	(76)	315	-	154.669
Transchile Charrúa Transmisión S.A.	104.509	(17.800)	-	2.012	(88.721)	-
Total - Participação em controladas em conjunto	340.119	(17.800)	(2.812)	13.847	(88.721)	244.633
Investimentos indiretos						
Companhia Transleste de Transmissão (*)	3.662	-	(660)	1.065	-	4.067
Companhia Transudeste de Transmissão (*)	3.485	-	-	788	-	4.273
Companhia Transirapé de Transmissão (*)	3.763	-	176	951	-	4.890
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (*)	14.236	-	(3.156)	3.403	-	14.483
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (**)	21.795	-	(2.082)	2.989	-	22.702
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (**)	29.936	-	(6.638)	7.156	-	30.454
Total - Investimentos indiretos	76.877	-	(12.360)	16.352	-	80.869
Total	416.996	(17.800)	(15.172)	30.199	(88.721)	325.502

(*) Participação indireta proveniente da controlada EATE

(**) Participação indireta proveniente da controlada ENTE

Alupar Investimento S.A.

As informações referentes ao total das ações ou quotas e dados financeiros resumidos das investidas e dos investimentos indiretos estão demonstradas a seguir:

Empresa	Consolidado							
	31/12/2016				31/12/2015			
	Capital social - quantidade de ações ou quotas total	Quantidade de ações ou quotas detidas pela Companhia, pela EATE e pela ENTE			Capital social - quantidade de ações ou quotas total	Quantidade de ações ou quotas detidas pela Companhia e pela EATE		
		Ordinárias	Preferenciais	Total		Ordinárias	Preferenciais	Total
Controladas em conjunto								
Transmissora Matogrossense de Energia S.A	97.793.590	44.985.051	-	44.985.051	97.793.590	44.985.051	-	44.985.051
Transnorte Energia S.A.	298.705.100	152.339.601	-	152.339.601	298.705.100	152.339.601	-	152.339.601
Transchile Charrúa Transmisión S.A.	-	-	-	-	56.407.271	28.767.708	-	28.767.708
Investimentos indiretos								
Companhia Transleste de Transmissão (*)	49.569.000	4.956.900	-	4.956.900	49.569.000	4.956.900	-	4.956.900
Companhia Transudeste de Transmissão (*)	30.000.000	3.000.000	-	3.000.000	30.000.000	3.000.000	-	3.000.000
Companhia Transirapé de Transmissão (*)	22.340.490	2.234.049	-	2.234.049	22.340.490	2.234.049	-	2.234.049
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (*)	84.133.970	-	15.208.597	15.208.597	84.133.970	-	15.208.597	15.208.597
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (**)	211.003.246	38.930.597	-	38.930.597	211.003.246	38.930.597	-	38.930.597
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (**)	84.133.970	5.126.185	26.858.388	31.984.573	84.133.970	5.126.185	26.858.388	31.984.573

Consolidado						
Empresa	31/12/2016			31/12/2015		
	Patrimônio líquido	Participação da Alupar e da EATE		Patrimônio líquido	Participação da Alupar e da EATE	
		no capital social	no patrimônio líquido		no capital social	no patrimônio líquido
<u>Controladas em conjunto</u>						
Transmissora Matogrossense de Energia S.A	195.577	46,00%	89.964	176.479	46,00%	81.180
Transnorte Energia S.A.	303.273	51,00%	154.669	302.802	51,00%	154.430
Transchile Charrúa Transmisión S.A.	-		-	204.920	51,00%	104.509
<u>Investimentos indiretos</u>						
Companhia Transleste de Transmissão (*)	81.292	10,00%	4.067	73.254	10,00%	3.662
Companhia Transudeste de Transmissão (*)	85.439	10,00%	4.273	69.676	10,00%	3.485
Companhia Transirapé de Transmissão (*)	97.761	10,00%	4.890	75.240	10,00%	3.763
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (*)	160.182	18,08%	14.483	157.450	18,08%	14.236
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (**)	246.031	18,45%	22.702	236.206	18,45%	21.795
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (**)	160.182	38,02%	30.454	157.450	38,02%	29.936
			325.502			416.996

Empresa	Consolidado								
	Dados das controladas em conjunto / dos investimentos indiretos								
	31/12/2016								
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita líquida	Custos e despesas operacionais	Resultado financeiro	IRPJ e CSLL correntes e diferidos	Lucro (prejuízo) do período
Controladas em conjunto									
Transmissora Matogrossense de Energia S.A	69.376	322.304	43.360	152.743	75.247	(32.335)	(10.716)	(7.150)	25.046
Transnorte Energia S.A.	16.629	291.775	1.596	3.535	7.828	(5.688)	(50)	(1.473)	617
Investimentos indiretos									
Companhia Transleste de Transmissão (*)	50.168	122.568	27.973	63.471	34.011	(2.425)	(8.649)	(1.636)	21.301
Companhia Transudeste de Transmissão (*)	31.155	79.223	21.747	3.192	22.324	(2.136)	(3.408)	(1.017)	15.763
Companhia Transirapé de Transmissão (*)	40.346	123.105	24.795	40.895	44.728	(19.732)	(4.352)	(1.650)	18.994
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (*) (**)	75.969	94.480	5.832	4.435	44.638	(6.445)	1.719	(2.273)	37.639
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (**)	62.656	198.639	7.437	7.827	45.894	(12.136)	743	(2.109)	32.392

Alupar Investimento S.A.

Empresa	Consolidado								
	Dados das controladas em conjunto / dos investimentos indiretos								
	31/12/2015								
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita líquida	Custos e despesas operacionais	Resultado financeiro	IRPJ e CSLL correntes e diferidos	Lucro (prejuízo) do período
Controladas em conjunto									
Transmissora Matogrossense de Energia S.A	78.188	288.545	30.773	159.481	49.988	(6.943)	(10.969)	(16.858)	15.218
Transnorte Energia S.A.	15.827	292.842	3.805	2.062	75.364	(81.525)	(850)	(12.603)	(19.614)
Transchile Charrúa Transmisión S.A.	31.864	305.910	21.446	111.408	23.808	(7.886)	(4.718)	(457)	10.747
Investimentos indiretos									
Companhia Transleste de Transmissão (*)	48.813	125.963	17.962	83.560	32.863	(3.784)	(9.206)	(1.633)	18.240
Companhia Transudeste de Transmissão (*)	31.037	81.978	20.540	22.799	22.071	(2.116)	(4.670)	(1.020)	14.265
Companhia Transirapé de Transmissão (*)	33.768	114.005	23.849	48.684	33.965	(12.674)	(5.139)	(1.299)	14.853
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (*) (**)	72.084	99.197	7.631	6.200	39.871	(5.357)	1.234	(1.905)	33.843
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (**)	51.135	198.488	4.808	8.609	37.467	(4.690)	588	(1.614)	31.751

(*) Participação indireta proveniente da controlada EATE

(**) Participação indireta proveniente da controlada ENTE

TNE: A Transnorte Energia é uma empresa formada pela parceria entre Alupar (51%)/Eletronorte (49%), para a implantação do sistema de transmissão que conectará o Estado de Roraima ao Sistema Interligado Nacional (SIN), na subestação Lechuga, no estado do Amazonas, cobrindo aproximadamente 715,0 km de linha de 500 kV, em circuito duplo, com 02 novas subestações, a SE Equador – 500 kV, a ser instalada no Município de Rorainópolis (RR) e a SE Boa Vista - 500/230 kV – 800 MVA, situada no Município de Boa Vista (RR).

A companhia por deter 51% das ações da TNE e controlar em conjunto as operações e decisões da investida, registra as operações da TNE no consolidado pelo método de equivalência patrimonial. Segue a baixo a posição contábil da investida TNE em 31 de dezembro de 2016.

Empresa	31/12/2016								
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita líquida	Custos e despesas operacionais	Resultado financeiro	IRPJ e CSLL correntes e diferidos	Lucro (prejuízo) do período
Transnorte Energia S.A	16.629	291.775	1.596	3.535	7.828	(5.688)	(50)	(1.473)	617

Este empreendimento possui um deslocamento documentado e justificável do seu cronograma de implantação, em função do processo de seu licenciamento ambiental, especialmente no que tange ao estudo do componente indígena.

Após inúmeras tratativas, inclusive com órgãos públicos, não foi possível obter, até o momento, o licenciamento ambiental da Linha de Transmissão, tendo em vista que a FUNAI não apresentou manifestação conclusiva quanto à viabilidade ambiental do projeto. Tal ausência, impossibilita o IBAMA de expedir as respectivas licenças ambientais, embora a análise de tal órgão aponte no sentido de viabilidade ambiental do projeto.

Decorridos três anos, sem que fosse apresentada uma solução à TNE, o consórcio protocolou no dia 02 de setembro de 2015, na ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), o requerimento para rescisão amigável do Contrato de Concessão 003/2012 – ANEEL. Caso não houvesse este impasse, a linha que foi leiloada em setembro de 2011 deveria estar em operação desde janeiro de 2015, tendo como principal objetivo a redução da geração térmica no Estado de Roraima, visto que este Estado é o único que encontra-se fora do SIN.

Alupar Investimento S.A.

Os motivos que pautaram o referido pleito foram: a) inviabilidade legal da continuidade do empreendimento sem a emissão da Licença prévia; b) insegurança jurídica causada pelo reconhecimento judicial da nulidade do leilão ANEEL nº 004/2011, do processo de licenciamento ambiental do empreendimento e do contrato de concessão nº003/2012, por sentença de mérito proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 18408-23.2013.4.01.3200; c) desequilíbrio econômico-financeiro devido a onerosidade causada pelo atraso no licenciamento ambiental por força de fatos inevitáveis e alheios à vontade do empreendedor.

Atualmente, existe uma decisão proferida em uma ação de suspensão de liminar (Processo nº 0076128-42.2013.4.01.0000), a qual tramita perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, determinando a suspensão da execução do comando expresso na sentença prolatada nos autos da ação civil pública citada. Essa decisão vigorará até o trânsito em julgado da decisão de mérito da ação principal.

Não obstante, em 09 de dezembro de 2015, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis - IBAMA ter expedido a Licença Prévia à Transnorte Energia relativa à linha de Transmissão 500 kV Lechuga - Equador - Boa Vista e Subestações associadas, as demais razões motivadoras do pedido de rescisão amigável permanecem sem solução.

Em 15 de setembro de 2016, a ANEEL, através da Nota Técnica 0348/2016 SCT ANEEL – Processo 4850000484212/2015.11 Contrato de Concessão 003/2012 ANEEL, orientou em acolher o pedido da Transnorte Energia S.a e no mérito dar-lhe provimento, reconhecendo que há elementos para extinção do Contrato de Concessão nº003/2012 e encaminhar os autos do processo ao Ministério de Minas e Energia com recomendações para:

- a) Extinção do contrato de Concessão nº003/2012- ANEEL, mediante distrato, nos termos do artigo 472 do Código Civil, ou outra forma que atender adequada;
- b) Decisão quanto ao valor e forma de pagamento de indenização devida a Transnorte Energia S.A,
- c) Reversão para União dos ativos em serviço referentes ao Compensador Estático de Reativos da SE Boa Vista, deixando a Companhia, como fiel depositária e responsável pela operação e manutenção do CER, sob as regras do sistema isolado de Boa Vista, até ulterior decisão.

Mantida a solicitação de rescisão amigável por parte do consórcio, em 13 de dezembro de 2016, a diretoria a ANEEL votou e aprovou, por unanimidade, publicando o Despacho nº 3.265, em 19 de dezembro de 2016, com recomendações para: (i) acolher o pedido da TNE e, no mérito, dar-lhe parcial provimento reconhecendo que há elementos para extinção do Contrato de Concessão nº 003/2012- ANEEL; e (ii) encaminhar os autos do presente Processo Administrativo ao Ministério de Minas e Energia com recomendações para:

(a) extinguir o referido Contrato de Concessão, mediante distrato, nos termos do artigo 472 do Código Civil, ou outra forma que entender adequada;

(b) na hipótese de extinção do Contrato, designar um órgão ou entidade da administração federal, neste caso a Eletronorte, para dar continuidade à prestação do serviço público de transmissão referente ao CER da SE Boa Vista, até que ulterior decisão estabeleça a reversão onerosa dos bens em serviço, sendo facultado ao Poder Concedente outorgar a concessão sem efetuar a reversão prévia dos bens vinculados ao respectivo serviço público; e

(c) na hipótese de extinção do Contrato, considerar como referência para a indenização dos ativos em serviço, o critério do valor novo de reposição, abatida a depreciação ocorrida no período, em laudo contábil a ser fiscalizado pela ANEEL, sendo vedada a indenização de ativos que não estavam em serviço.

Alupar Investimento S.A.

Atualmente, o consórcio está aguardando a definição do Ministério de Minas e Energia (MME) quanto a extinção da concessão e do valor da indenização.

A TNE mantém ativos imobilizado em curso referente a estudos e projetos de meio ambiente e licenciamento já incorridos ao longo do projeto, para os quais já fazem parte do nosso pedido de rescisão amigável a restituição através de indenização desses valores.

Enquanto estas questões não forem satisfatoriamente solucionadas, a TNE declara que a execução do empreendimento se encontra inviabilizada permanecendo o pleito à ANEEL de rescisão amigável do contrato de concessão com o pagamento de indenização pelas perdas e danos sofridos pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia não possui custos ou despesas decorrentes desta situação que não tenham sido registrados.

Destacamos que a SE Boa Vista encontra – se em operação comercial desde maio de 2015, gerando uma receita equivalente a 4% da Receita Anual Permitida - RAP total do Empreendimento.

12. Investimentos em controladas

Investimentos avaliados por equivalência patrimonial:	Controladora								Saldo em 31/12/2016
	Saldo em 31/12/2015	Adições / Baixas	Compra de participação de não controladores - (Ágio)/Deságio	Ajuste de conversão cumulativa	Dividendos / JSCP	Equivalência Patrimonial	Investimentos adquiridos em transação de capital	Transferência para passivo a descoberto	
Controladas									
Transminas Holding S.A.	55.279	-	-	-	(3.829)	16.120	-	-	67.570
Foz do Rio Claro Energia S.A.	133.635	5.607	(21.578)	-	(1.767)	7.441	-	-	123.338
Ijuí Energia S.A.	241.779	8.660	(2.573)	-	-	5.890	-	-	253.756
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	80.750	-	-	-	(10.740)	18.195	-	-	88.205
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	109.407	-	-	-	(11.381)	18.939	-	-	116.965
Ferreira Gomes Energia S.A.	809.012	24.587	-	-	-	(9.982)	-	-	823.617
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	365.732	-	-	-	(126.756)	116.635	-	-	355.611
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	208.102	-	-	-	(45.587)	41.697	-	-	204.212
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	58.909	-	-	-	(1.687)	7.103	-	-	64.325
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	77.280	-	-	-	(19.452)	24.571	-	-	82.399
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	169.393	-	-	-	(57.278)	71.349	-	-	183.464
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	34.575	-	-	-	(7.665)	8.265	-	-	35.175
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	73.672	-	-	-	(9.230)	21.174	-	-	85.616
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	41.445	314	174	-	(1.083)	4.558	-	-	45.408
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	15.839	-	-	-	(1.356)	5.718	-	-	20.201
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A.	180	-	-	-	(264)	1.050	-	-	966
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	15.976	-	-	-	(2.106)	2.993	-	-	16.863
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	47.241	-	-	-	(4.514)	6.479	-	-	49.206
AF Energia S.A.	202	-	-	-	-	(1.521)	-	1.319	-
Risaralda Energia S.A.S.E.S.P.	18.656	(14.063)	-	(1.515)	-	(3.078)	-	-	-
Forquilha IV Energia S.A.	4	-	-	-	-	(4)	-	-	-
La Virgen S.A.C.	19.463	-	-	(2.173)	-	3.091	-	-	20.381
Energia dos Ventos I S.A.	25.665	(25.665)	-	-	-	-	-	-	-
Energia dos Ventos II S.A.	12.201	(12.201)	-	-	-	-	-	-	-
Energia dos Ventos III S.A.	24.551	(24.551)	-	-	-	-	-	-	-
Energia dos Ventos IV S.A.	50.192	(50.192)	-	-	-	-	-	-	-
Energia dos Ventos X S.A.	19.534	(19.534)	-	-	-	-	-	-	-
Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.	-	5	-	-	(2)	8	-	-	11
Empresa Transmissora Capixaba S.A.	-	5	-	-	(2)	7	-	-	10
Windepar Holding S.A.	-	178.744	-	-	-	(18.172)	-	-	160.572
Alupar Colômbia S.A.S.	-	-	-	(33)	-	(2.680)	14.063	-	11.350
Total	2.708.674	71.716	(23.977)	(3.721)	(304.699)	345.846	14.063	1.319	2.809.221

Alupar Investimento S.A.

Movimentação da provisão para passivo a descoberto

Controladora							
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial:	Saldo em 31/12/2015	Adições	Ajuste de conversão cumulativa	Dividendos / JSCP	Equivalência Patrimonial	Transferencia para passivo a descoberto	Saldo em 31/12/2016

Controladas

Alupar Inversiones Peru S.A.C.	(34.564)	12.878	2.134	-	12.401	-	(7.151)
Alupar Chile Inversiones SpA	(1.360)	-	157	-	(320)	-	(1.523)
Geração de Energia Termoelétrica e Participações S.A.	(393)	-	-	-	-	-	(393)
ACE Comercializadora Ltda.	(1.005)	-	-	-	(27)	-	(1.032)
AF Energia S.A.	-	-	-	-	-	(1.319)	(1.319)
Boa Vista Participações S.A.	(11)	20	-	-	(9)	-	-
Verde 8 Energia S.A.	(11)	-	-	-	-	-	(11)
Água Limpa S.A.	(2)	-	-	-	(12)	-	(14)
Total	(37.346)	12.898	2.291	-	12.033	(1.319)	(11.443)

Controladora								
Empresa	31/12/2016				31/12/2015			
	Capital social - quantidade de ações ou quotas total	Quantidade de ações ou quotas detidas pela Companhia			Capital social - quantidade de ações ou quotas total	Quantidade de ações ou quotas detidas pela Companhia		
		Ordinárias	Preferenciais	Total		Ordinárias	Preferenciais	Total

Controladas

Alupar Inversiones Peru S.A.C.	4.222.679	4.222.678	-	4.222.678	4.222.679	4.222.678	-	4.222.678
Alupar Chile Inversiones SpA	5.000.000	5.000.000	-	5.000.000	5.000.000	5.000.000	-	5.000.000
Transminas Holding S.A.	44.860.000	31.409.499	499	31.409.998	44.860.000	31.409.499	499	31.409.998
Foz do Rio Claro Energia S.A.	108.708.978	67.717.178	4.099.180	71.816.358	82.000.000	41.008.200	1.639.672	42.647.872
Ijuí Energia S.A.	315.106.452	273.064.862	-	273.064.862	84.100.000	42.058.410	-	42.058.410
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	67.383.430	43.252.860	-	43.252.860	67.383.430	43.252.838	-	43.252.838
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	96.782.146	66.615.409	-	66.615.409	96.782.146	66.615.399	-	66.615.399
Ferreira Gomes Energia S.A.	783.828.529	783.828.528	-	783.828.528	759.241.529	576.081.528	-	576.081.528
Geração de Energia Termoelétrica e Participações S.A.	1.200	612	-	612	1.200	612	-	612
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	180.000.010	46.020.150	44.011.576	90.031.726	180.000.010	46.020.150	44.011.576	90.031.726
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	198.000.000	100.980.000	-	100.980.000	198.000.000	100.980.000	-	100.980.000
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	29.064.000	29.063.999	-	29.063.999	29.064.000	29.063.999	-	29.063.999
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	45.000.010	13.505.150	9.001.851	22.507.001	45.000.010	13.505.150	9.001.851	22.507.001
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	100.840.000	50.431.150	-	50.431.150	100.840.000	50.431.150	-	50.431.150
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	84.133.970	18.475.373	-	18.475.373	84.133.970	18.475.373	-	18.475.373
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	42.095.000	21.056.862	-	21.056.862	42.095.000	21.056.862	-	21.056.862
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	43.000.000	27.000.000	-	27.000.000	43.000.000	26.685.952	-	26.685.952
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	9.398.795	9.398.794	-	9.398.794	9.398.795	9.398.794	-	9.398.794
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A.	10.000	9.999	-	9.999	10.000	9.999	-	9.999
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	72.012.095	10.801.280	-	10.801.280	72.012.095	10.801.280	-	10.801.280
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	211.003.246	42.200.649	-	42.200.649	211.003.246	42.200.649	-	42.200.649
ACE Comercializadora Ltda.	2.320.644	2.320.643	-	2.320.643	2.320.644	2.320.643	-	2.320.643
AF Energia S.A.	40.000	39.997	-	39.997	40.000	39.997	-	39.997
Boa Vista Participações S.A.	1.000	800	-	800	1.000	800	-	800
Risaralda Energía S.A.S.E.S.P.	29.093	29.083	-	29.083	29.093	29.083	-	29.083
Forquilha IV Energia S.A.	10.000	9.999	-	9.999	10.000	9.999	-	9.999
Verde 8 Energia S.A.	1.000	999	-	999	1.000	999	-	999
Água Limpa S.A.	10.000	9.000	-	9.000	10.000	9.000	-	9.000
La Virgen S.A.C.	84.805.717	10.622.161	-	10.622.161	70.371.431	10.622.161	-	10.622.161
Energia dos Ventos I S.A.	47.830.836	-	-	-	14.930.000	22.828.507	-	22.828.507
Energia dos Ventos II S.A.	24.926.816	-	-	-	9.100.000	10.499.090	-	10.499.090
Energia dos Ventos III S.A.	33.934.534	-	-	-	13.460.000	22.004.132	-	22.004.132
Energia dos Ventos IV S.A.	81.644.013	-	-	-	19.600.000	46.452.562	-	46.452.562
Energia dos Ventos X S.A.	33.906.759	-	-	-	11.970.000	17.268.803	-	17.268.803
Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.	5.000	4.999	-	4.999	-	-	-	-
Empresa Transmissora Capixaba S.A.	5.000	4.999	-	4.999	-	-	-	-
Windepar Holding S.A.	164.832.956	164.832.956	-	164.832.956	-	-	-	-
Alupar Colômbia S.A.S.	29.399.477.030	29.399.477.030	-	29.399.477.030	-	-	-	-

Alupar Investimento S.A.

As informações referentes ao total das ações ou quotas e dados financeiros resumidos das controladas estão demonstradas a seguir:

Controladora									
Empresa	31/12/2016				31/12/2015				
	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura	Participação da Alupar		Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura	AFAC Alupar não integralizado	Participação da Alupar	
			no capital social	no patrimônio líquido				no capital social	no patrimônio líquido
Controladas									
Alupar Inversiones Peru S.A.C.	(7.150)	-	100,00%	(7.151)	(34.561)	-	-	100,00%	(34.564)
Alupar Chile Inversiones SpA	(1.521)	-	100,00%	(1.523)	(1.360)	-	-	100,00%	(1.360)
Transminas Holding S.A.	96.505	-	70,02%	67.570	78.951	-	-	70,02%	55.279
Foz do Rio Claro Energia S.A.	186.697	-	66,06%	123.338	177.709	-	85.870	52,01%	133.635
Ijuí Energia S.A.	292.825	-	86,66%	253.756	277.368	-	206.176	50,01%	241.779
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	137.413	-	64,19%	88.205	125.799	-	-	64,19%	80.750
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	169.933	-	68,83%	116.965	158.953	-	-	68,83%	109.407
Ferreira Gomes Energia S.A	823.619	-	100,00%	823.617	809.011	-	-	100,00%	809.012
Geração de Energia Termoeétrica e Participações S.A.	(773)	-	51,00%	(393)	(772)	-	-	51,00%	(393)
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	710.972	-	50,02%	355.611	731.205	-	-	50,02%	365.732
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	400.415	-	51,00%	204.212	408.042	-	-	51,00%	208.102
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	64.324	-	100,00%	64.325	58.907	-	-	100,00%	58.909
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	164.748	-	50,02%	82.399	154.514	-	-	50,02%	77.280
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	366.846	-	50,01%	183.464	338.712	-	-	50,01%	169.393
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	160.182	-	21,96%	35.175	157.450	-	-	21,96%	34.575
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	171.153	-	50,02%	85.616	147.277	-	-	50,02%	73.672
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	72.318	-	62,79%	45.408	66.469	-	-	62,06%	41.445
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	20.201	-	100,00%	20.201	15.840	-	-	100,00%	15.839
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A.	967	-	99,99%	966	180	-	-	99,99%	180
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	112.424	-	15,00%	16.863	106.512	-	-	15,00%	15.976
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	246.031	-	20,00%	49.206	236.206	-	-	20,00%	47.241
ACE Comercializadora Ltda.	(1.031)	-	100,00%	(1.032)	(1.004)	-	-	100,00%	(1.005)
AF Energia S.A.	(1.320)	-	99,99%	(1.319)	202	-	-	99,99%	202
Boa Vista Participações S.A.	-	-	80,00%	-	(13)	-	-	80,00%	(11)
Risaralda Energia S.A.S.E.S.P.	12.578	-	0,00%	-	18.662	-	-	99,97%	18.656
Forquilha IV Energia S.A.	(1)	-	99,99%	-	4	-	-	99,99%	4
Verde 8 Energia S.A.	(11)	-	99,90%	(11)	(11)	-	-	99,90%	(11)
Agua Limpa S.A.	(16)	-	90,00%	(14)	(2)	-	-	90,00%	(2)
La Virgen S.A.C.	113.515	6.165	12,53%	20.381	88.112	6.165	-	15,09%	19.463
Energia dos Ventos I S.A.	-	-	0,00%	-	22.656	3.006	-	99,99%	25.665
Energia dos Ventos II S.A.	-	-	0,00%	-	10.355	1.847	-	99,99%	12.201
Energia dos Ventos III S.A.	-	-	0,00%	-	21.839	2.714	-	99,99%	24.551
Energia dos Ventos IV S.A.	-	-	0,00%	-	46.265	3.934	-	99,99%	50.192
Energia dos Ventos X S.A.	-	-	0,00%	-	17.116	2.420	-	99,99%	19.534
Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.	11	-	99,98%	11	-	-	-	0,00%	-
Empresa Transmissora Capixaba S.A.	11	-	99,98%	10	-	-	-	0,00%	-
Windepar Holding S.A.	160.571	-	100,00%	160.572	-	-	-	-	-
Alupar Colômbia S.A.S.	11.350	-	100,00%	11.350	-	-	-	-	-
Total				2.797.778					2.671.328

Alupar Investimento S.A.

Empresa	Controladora							
	Dados das controladas							
	31/12/2016							
	Ativo	Passivo	Receita líquida	Custos e despesas operacionais	Equivalência patrimonial	Resultado financeiro	IRPJ e CSLL correntes e diferidos	Lucro (prejuízo) do período
Controladas								
Alupar Inversiones Peru S.A.C.	142.509	149.658	-	(817)	12.954	(3.059)	-	9.078
Alupar Chile Inversiones SpA	34	1.555	-	(318)	-	(1)	-	(319)
Transminas Holding S.A.	115.226	18.721	-	(112)	22.972	178	(16)	23.022
Foz do Rio Claro Energia S.A.	371.961	185.264	59.962	(27.291)	-	(15.393)	(6.015)	11.263
Ijuí Energia S.A.	458.582	165.757	48.810	(25.617)	-	(14.300)	(2.096)	6.797
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	241.710	104.297	54.169	(17.284)	-	(5.885)	(2.654)	28.346
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	284.854	114.921	54.101	(17.070)	-	(7.091)	(2.424)	27.516
Ferreira Gomes Energia S.A.	1.609.899	786.280	166.834	(111.032)	-	(70.821)	5.040	(9.979)
Geração de Energia Termoelétrica e Participações S.A.	99	872	-	(1)	-	-	-	(1)
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	466.402	739.160	304.039	(29.580)	62.575	(81.235)	(22.610)	233.189
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	768.191	367.776	159.141	(20.444)	-	(26.514)	(30.423)	81.760
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	97.165	32.841	12.944	(2.631)	-	(1.516)	(1.694)	7.103
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	256.846	92.098	63.811	(9.606)	10.413	(10.050)	(5.441)	49.127
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	760.444	393.598	191.602	(14.840)	20.285	(37.414)	(16.967)	142.666
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	170.449	10.267	44.638	(6.445)	-	1.719	(2.273)	37.639
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	416.263	245.110	51.801	(6.049)	21.469	(18.207)	(6.686)	42.328
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	121.602	49.284	17.759	(5.606)	-	(2.622)	(2.272)	7.259
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	89.454	69.253	26.716	(16.425)	-	(920)	(3.653)	5.718
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A.	9.953	8.986	3.776	(2.725)	-	(1)	-	1.050
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	37.217	5.638	23.650	(3.199)	-	487	(983)	19.955
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	62.656	15.264	45.894	(12.136)	-	743	(2.109)	32.392
ACE Comercializadora Ltda.	71	1.102	8	(43)	-	8	-	(27)
AF Energia S.A.	2.315	3.635	9.895	(11.476)	-	60	-	(1.521)
Risaralda Energía S.A.S.E.S.P.	-	-	-	-	-	-	-	-
Forquilha IV Energia S.A.	404	405	-	(5)	-	-	-	(5)
Verde 8 Energia S.A.	45.730	45.741	-	-	-	-	-	-
Agua Limpa S.A.	7.294	7.310	-	(14)	-	-	-	(14)
La Virgen S.A.C.	517.022	403.507	-	16.969	-	7.718	-	24.687
Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.	3.019	3.008	2.334	(2.326)	-	-	-	8
Empresa Transmissora Capixaba S.A.	2.238	2.227	1.201	(1.193)	-	-	-	8
Windepar Holding S.A.	252.855	92.291	-	(201)	(17.711)	(278)	-	(18.190)
Alupar Colômbia S.A.S.	14.001	2.657	-	(281)	(1.482)	(924)	-	(2.687)

Alupar Investimento S.A.

Empresa	Controladora							
	Dados das controladas							
	31/12/2015							
	Ativo	Passivo	Receita líquida	Custos e despesas operacionais	Equivalência patrimonial	Resultado financeiro	IRPJ e CSLL correntes e diferidos	Lucro (prejuízo) do exercício
Controladas								
Alupar Inversiones Peru S.A.C.	46.743	81.304	-	7.652	(10.054)	(11.059)	-	(13.461)
Alupar Chile Inversiones SpA	135	1.495	-	(1.313)	-	31	-	(1.282)
Transminas Holding S.A.	95.908	16.957	-	(118)	19.417	73	-	19.372
Foz do Rio Claro Energia S.A.	377.239	199.530	62.831	(29.484)	-	(15.661)	(1.971)	15.715
Ijuí Energia S.A.	449.933	172.565	50.844	(26.925)	-	(14.365)	(2.248)	7.306
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	238.487	112.688	43.612	(22.609)	-	(7.117)	(1.831)	12.055
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	284.073	125.120	43.502	(22.471)	-	(7.994)	(1.700)	11.337
Ferreira Gomes Energia S.A.	1.648.882	839.871	139.186	(103.489)	-	(62.179)	8.879	(17.603)
Geração de Energia Termoelétrica e Participações S.A.	99	871	-	(7)	-	(1)	-	(8)
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	1.534.168	802.963	307.272	(30.282)	64.839	(85.095)	(11.481)	245.253
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	775.852	367.810	158.361	(19.612)	-	(24.132)	35.464	150.081
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	95.569	36.662	13.236	(3.057)	-	(1.646)	(6.230)	2.303
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	291.428	136.914	65.738	(9.218)	11.233	(11.334)	(18.954)	37.465
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	751.533	412.821	182.512	(14.907)	18.724	(38.665)	(17.866)	129.798
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	171.281	13.831	39.871	(5.357)	-	1.234	(1.905)	33.843
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	343.966	196.689	60.574	(6.320)	17.503	(17.453)	(36.434)	17.870
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	117.793	51.324	16.108	(3.334)	-	(2.796)	(4.931)	5.047
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	84.107	68.267	36.922	(32.705)	-	(1.134)	(1.479)	1.604
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A.	5.984	5.804	5.515	(5.227)	-	-	(122)	166
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	113.720	7.208	23.064	(2.785)	-	579	(1.028)	19.830
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	249.623	13.417	37.467	(4.690)	-	588	(1.614)	31.751
ACE Comercializadora Ltda.	98	1.102	7.651	(8.246)	-	13	-	(582)
AF Energia S.A.	1.504	1.302	10.153	(10.300)	-	73	-	(74)
Boa Vista Participações S.A.	1	14	-	(9)	-	-	-	(9)
Risaralda Energia S.A.S.E.S.P.	129.096	110.434	-	(8.293)	-	114	(38)	(8.217)
Forquilha IV Energia S.A.	297	293	-	(6)	-	-	-	(6)
Verde 8 Energia S.A.	7.852	7.863	-	(12)	-	-	-	(12)
Água Limpa S.A.	5.277	5.279	-	(12)	-	-	-	(12)
La Virgen S.A.C.	475.591	387.479	-	(13.644)	-	(6.500)	-	(20.144)
Energia dos Ventos I S.A.	111.161	88.505	-	(36)	-	(10)	-	(46)
Energia dos Ventos II S.A.	63.616	53.261	-	(34)	-	(2)	-	(36)
Energia dos Ventos III S.A.	116.817	94.978	-	(42)	-	(1)	-	(43)
Energia dos Ventos IV S.A.	178.934	132.669	-	(37)	-	(12)	-	(49)
Energia dos Ventos X S.A.	93.151	76.035	-	(31)	-	-	-	(31)

Windepar

A Windepar participa em cinco empresas eólicas de energia elétrica no Brasil, sendo elas:

Empresas	Localização / Conexão	Autorizativa ANEEL nº	Prazo da Autorização		Início da Operação	Capacidade Instalada - MW	Energia Assegurada - MW	Potência por Máquina	Autorização ANEEL - início operação comercial	
			Início	Fim					Autorização ANEEL	Operação comercial
Energia dos Ventos I S.A.	Aracati (CE)	431/2012	17/07/12	17/07/47	22/04/16	23.100 kW	11,8	2.100 kw	1.327/2016	22/04/16
Energia dos Ventos II S.A.	Aracati (CE)	428/2012	16/07/12	16/07/47	13/05/16	12.600 kW	5,8	2.100 kw	1.538/2016	13/05/16
Energia dos Ventos III S.A.	Aracati (CE)	433/2012	19/07/12	19/07/47	03/03/16	18.900 kW	9,6	2.100 kw	1.326/2016	03/03/16
Energia dos Ventos IV S.A.	Aracati (CE)	442/2012	24/07/12	24/07/47	02/03/16	27.300 kW	14,8	2.100 kw	690/2016	02/03/16
Energia dos Ventos X S.A.	Aracati (CE)	435/2012	19/07/12	19/07/47	02/03/16	16.800 kW	8,7	2.100 kw	1.051/2016	02/03/16
Total						98.700 kw				

As empresas controladas tem por objeto social a implantação, operação, manutenção e exploração das instalações de geração eólica, e seu sistema de transmissão, associada às demais obras complementares, conforme descrito no Edital de Leilão nº 07/2011 - ANEEL. Vinculadas à autorização dada as Companhias Controladas como Produtora Independente de Energia Elétrica, foram pactuados Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (“CCEAR”) com diversas concessionárias de distribuição que participaram do Leilão nº 07/2011, que teve por objetivo a Contratação de Energia proveniente de novos empreendimentos de geração, a partir de fonte hidrelétrica, eólica, e termelétrica a biomassa ou a gás natural em ciclo combinado (A-5/2011), no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), promovido pela ANEEL. Os CCEARs possuem vigência durante o período de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2035 e são ajustados anualmente pelo IPCA.

Alupar Investimento S.A.

Autorização da ANEEL para início das operações comerciais: As empresas controladas foram liberadas como aptas à operação comercial no 1º semestre de 2016 conforme mencionado no quadro acima.

Implantação da linha de transmissão: Em virtude do processo de caducidade da concessão outorgada à SPE BR Transmissora Cearense de Energia Ltda, responsável pela construção e implantação da Instalação de Transmissão de Interesse Restrito para Conexão Compartilhada de Centrais de Geração – ICG Subestação Aracati III, em 26 de julho de 2016 a ANEEL publicou o Despacho nº 1987 que estabelece I) a interrupção da implantação das instalações de interesse restrito em 138 kV das empresas controladas; II) aprova a alteração do ponto de conexão da empresas controladas para a Subestação Russas II, em 230 kV; III) determina que as empresas controladas, também conhecidas como, EOL Goiabeira, EOL Ubatuba, EOL Santa Catarina, EOL Pitombeira e EOL Ventos de Horizonte implantem em conjunto a linha de transmissão de interesse restrito em 230 kV para conexão das CGEs - Centrais de Geradoras Eólicas na Subestação Russas II, em até 24 meses, contados da publicação do referido Despacho. Por esta razão, as empresas controladas estão desobrigadas da entrega de energia prevista nos CCEARs até que a linha de transmissão seja finalizada.

Buscando compensar as empresas controladas, citadas acima, pelo investimento adicional necessário não previsto inicialmente, a ANEEL aprovou desconto na Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão – TUST em favor de todas as Centrais Geradoras no valor de R\$ 2.968 (corrigido anualmente pelo IPCA com data de referência Abril/2016) até o prazo de 31 de dezembro de 2035.

ELTE

Encontra-se em fase pré-operacional, com entrada em operação comercial prevista para ocorrer até 05/09/2017. Tendo um contrato de concessão numero 016/2014 pelo prazo de 30 anos com vigência até 2044.

Este projeto possui um deslocamento justificável no cronograma, no que tange o licenciamento ambiental. Embora a ELTE venha envidando seus melhores esforços para à obtenção das Licenças Ambientais junto ao órgão ambiental do Estado de São Paulo – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (“CETESB”), o processo de licenciamento ambiental tem se prolongado por questões não gerenciáveis por parte da ELTE, resultando no deslocamento do cronograma previsto originalmente no Contrato de Concessão nº 016/2014.

A emissão da Licença Prévia da subestação Domênico Rangoni 345/138 kV e suas respectivas linhas de transmissão estava prevista para outubro de 2015, porém, devido a manifestação desfavorável do Serviço Regional de Proteção ao Voo de São Paulo (SRPV-SP), responsável pelo Plano de Zoneamento Aeroportuário da Base Aérea de Santos, a emissão da Licença Prévia permanece pendente.

Adicionalmente, a emissão da Licença Prévia da subestação Manoel da Nóbrega 230/88 kV e sua respectiva linha de transmissão também prevista para outubro de 2015, permanece pendente, visto que a manifestação da FUNAI somente foi emitida em dezembro de 2016, restando apenas a passagem do processo junto ao Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA) para posterior manifestação do órgão licenciador CETESB.

13.Participação dos acionistas não controladores

As tabelas a seguir resumem as informações relativas a cada uma das controladas da Companhia que tem participação de acionistas não controladores, antes de quaisquer eliminações intra-grupo.

a) A movimentação do saldo da participação de acionistas não controladores é conforme segue:

Empresa	Saldo da participação de acionistas não controladores					
	No patrimônio líquido das controladas em	No ajuste de conversão cumulativa	Nos dividendos e juros sobre capital próprio declarados	No resultado do período	Varição na participação	No patrimônio líquido das controladas em
	31/12/2015					31/12/2016
Controladas diretas						
Transminas Holding S.A.	23.672	-	(1.641)	6.903	-	28.934
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	5.326	-	(702)	998	-	5.622
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	43.581	-	(4.162)	5.974	-	45.393
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	365.473	-	(126.666)	116.554	-	355.361
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	77.234	-	(19.441)	24.556	-	82.349
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	73.606	-	(9.222)	21.154	-	85.538
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	169.319	-	(57.253)	71.316	-	183.382
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	122.875	-	(27.242)	29.373	-	125.006
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	25.024	-	(642)	2.701	(174)	26.909
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	199.940	-	(43.800)	40.062	-	196.202
Foz do Rio Claro Energia S.A.	44.074	-	(908)	3.822	16.371	63.359
Ijuí Energia S.A.	35.589	-	-	905	2.575	39.069
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	45.049	-	(5.992)	10.151	-	49.208
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	49.546	-	(5.154)	8.576	-	52.968
Geração de Energia Termoeletrica e Participações S.A.	(379)	-	-	(1)	-	(380)
Risarlada Energia S.A.S.E.S.P.	6	-	-	(3)	(3)	-
La Virgen S.A.C. *	30.849	3.079	-	1.305	4.497	39.730
Água Limpa S.A.	1	-	-	(3)	-	(2)
	1.310.785	3.079	(302.825)	344.343	23.266	1.378.648
Controladas indiretas						
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	194.309	-	(7.403)	17.852	-	204.758
Companhia Transleste de Transmissão	43.220	-	(7.809)	12.552	-	47.963
Companhia Transudeste de Transmissão	41.109	-	-	9.299	-	50.408
Companhia Transirapé de Transmissão	44.392	-	2.081	11.207	-	57.680
	323.030	-	(13.131)	50.910	-	360.809
Investimentos indiretos (*)						
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	(14.226)	-	3.154	(3.401)	-	(14.473)
Companhia Transleste de Transmissão	(3.664)	-	665	(1.065)	-	(4.064)
Companhia Transudeste de Transmissão (**)	(3.486)	-	-	(784)	-	(4.270)
Companhia Transirapé de Transmissão	(3.764)	-	(174)	(951)	-	(4.889)
	(25.140)	-	3.645	(6.201)	-	(27.696)
Investimentos indiretos (**)						
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	(29.921)	-	6.633	(7.152)	-	(30.440)
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	(21.785)	-	2.080	(2.987)	-	(22.692)
	(51.706)	-	8.713	(10.139)	-	(53.132)
	1.556.969	3.079	(303.598)	378.913	23.266	1.658.629

Alupar Investimento S.A.

- b) A participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas e dos investimentos indiretos é conforme segue:

Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas e dos investimentos indiretos	31/12/2016			31/12/2015				
	Percentual dos não controladores	Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	Valor contábil dos não controladores	Percentual dos não controladores	Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	AFAC Alupar não integralizado	Capital a integralizar	Valor contábil dos não controladores
Controladas diretas								
Transminas Holding S.A.	29,98%	96.505	28.934	29,98%	78.951	-	-	23.672
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	5,00%	112.424	5.622	5,00%	106.512	-	-	5.326
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	18,45%	246.031	45.393	18,45%	236.206	-	-	43.581
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	49,98%	710.972	355.361	49,98%	731.205	-	-	365.473
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	49,98%	164.748	82.349	49,98%	154.514	-	-	77.234
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	49,98%	171.153	85.538	49,98%	147.277	-	-	73.605
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	49,99%	366.846	183.382	49,99%	338.712	-	-	169.319
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	78,04%	160.182	125.006	78,04%	157.450	-	-	122.875
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	37,21%	72.318	26.909	37,94%	66.469	-	514	25.024
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	49,00%	400.415	196.202	49,00%	408.042	-	-	199.940
Foz do Rio Claro Energia S.A.	33,94%	186.697	63.359	47,99%	177.709	85.870	-	44.074
Ijuí Energia S.A.	13,34%	292.825	39.069	49,99%	277.368	206.176	-	35.589
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	35,81%	137.413	49.208	35,81%	125.799	-	-	45.049
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	31,17%	169.933	52.968	31,17%	158.953	-	-	49.546
Geração de Energia Termoeletrica e Participações S.A.	49,00%	(773)	(380)	49,00%	(772)	-	-	(379)
Risaralda Energia S.A.S.E.S.P.	0,00%	12.578	-	0,03%	18.662	-	-	6
La Virgen S.A.C.	35,00%	113.515	39.730	35,00%	88.112	-	-	30.849
Agua Limpa S.A.	10,00%	(16)	(2)	10,00%	(2)	-	-	1
		<u>3.413.766</u>	<u>1.378.648</u>		<u>3.271.167</u>	<u>292.046</u>	<u>514</u>	<u>1.310.784</u>
Controladas indiretas								
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	49,00%	417.873	204.758	49,00%	396.548	-	-	194.309
Companhia Transleste de Transmissão	59,00%	81.293	47.963	59,00%	73.254	-	-	43.220
Companhia Transudeste de Transmissão	59,00%	85.438	50.408	59,00%	69.676	-	-	41.109
Companhia Transirapé de Transmissão	59,00%	97.763	57.680	59,00%	75.240	-	-	44.392
		<u>682.367</u>	<u>360.809</u>		<u>614.718</u>	-	-	<u>323.030</u>
Investimentos indiretos (*)								
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	9,04%	160.182	(14.473)	9,04%	157.450	-	-	(14.225)
Companhia Transleste de Transmissão	5,00%	81.293	(4.064)	5,00%	73.254	-	-	(3.664)
Companhia Transudeste de Transmissão (**)	5,00%	85.438	(4.270)	5,00%	69.676	-	-	(3.486)
Companhia Transirapé de Transmissão	5,00%	97.763	(4.889)	5,00%	75.240	-	-	(3.764)
		<u>424.676</u>	<u>(27.696)</u>		<u>375.620</u>	-	-	<u>(25.139)</u>
Investimentos indiretos (**)								
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	19,00%	160.182	(30.440)	19,00%	157.450	-	-	(29.921)
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	9,22%	246.031	(22.692)	9,22%	236.206	-	-	(21.785)
		<u>406.213</u>	<u>(53.132)</u>		<u>393.656</u>	-	-	<u>(51.706)</u>
		<u>4.927.022</u>	<u>1.658.629</u>		<u>4.655.161</u>	<u>292.046</u>	<u>514</u>	<u>1.556.969</u>

Alupar Investimento S.A.

- c) A participação dos acionistas não controladores no resultado das controladas e dos investimentos indiretos é conforme segue

Participação dos acionistas não controladores no resultado das controladas e dos investimentos indiretos	31/12/2016				31/12/2015		
	Percentual dos não controladores	Lucro (prejuízo) do período	Ajustes na participação dos não controladores	Resultado alocado para os não controladores	Percentual dos não controladores	Lucro (prejuízo) do período	Resultado alocado para os não controladores
Controladas diretas							
Transminas Holding S.A.	29,98%	23.022	-	6.903	29,98%	19.372	5.808
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	5,00%	19.955	-	998	5,00%	19.830	991
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	18,45%	32.392	-	5.974	18,45%	31.751	5.859
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	49,98%	233.189	-	116.554	49,98%	245.253	122.583
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	49,98%	49.127	-	24.556	49,98%	37.465	18.726
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	49,98%	42.328	-	21.154	49,98%	17.870	7.913
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	49,99%	142.666	-	71.316	49,99%	129.798	64.887
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	78,04%	37.639	-	29.373	78,04%	33.843	26.411
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	37,21%	7.259	-	2.701	37,94%	5.047	1.917
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	49,00%	81.760	-	40.062	49,00%	150.081	73.539
Foz do Rio Claro Energia S.A.	33,94%	11.263	-	3.822	47,99%	15.715	7.542
Ijuí Energia S.A.	13,34%	6.797	-	905	49,99%	7.306	3.652
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	35,81%	28.346	-	10.151	35,81%	12.055	4.316
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	31,17%	27.516	-	8.576	31,17%	11.337	3.534
Geração de Energia Termoelétrica e Participações S.A.	49,00%	(1)	-	(1)	49,00%	(8)	(4)
Risaralda Energia S.A.S.E.S.P.	0,00%	-	-	(3)	0,03%	(8.217)	(3)
La Virgen S.A.C. (*)	35,00%	24.687	(7.335)	1.305	35,00%	(20.144)	(16.654)
Água Limpa S.A.	10,00%	(14)	-	(3)	10,00%	(12)	-
		767.931	(7.335)	344.343		708.342	331.017
Controladas indiretas							
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	49,00%	36.434	-	17.852	49,00%	36.434	17.855
Companhia Transleste de Transmissão	59,00%	21.302	-	12.552	59,00%	18.240	10.762
Companhia Transudeste de Transmissão	59,00%	15.761	-	9.299	59,00%	14.265	8.416
Companhia Transirapé de Transmissão	59,00%	18.994	-	11.207	59,00%	14.853	8.764
		92.491	-	50.910		83.792	45.797
Investimentos indiretos (*)							
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	9,04%	37.639	-	(3.401)	9,04%	33.843	(3.058)
Companhia Transleste de Transmissão	5,00%	21.302	-	(1.065)	5,00%	18.240	(914)
Companhia Transudeste de Transmissão	5,00%	15.761	-	(784)	5,00%	14.265	(716)
Companhia Transirapé de Transmissão	5,00%	18.994	-	(951)	5,00%	14.853	(745)
		93.696	-	(6.201)		81.201	(5.433)
Investimentos indiretos (**)							
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	19,00%	37.639	-	(7.152)	19,00%	33.843	(6.431)
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	9,22%	32.392	-	(2.987)	9,22%	31.751	(2.927)
		70.031	-	(10.139)		65.594	(9.358)
		1.024.149	(7.335)	378.913		938.929	362.023

(*) Participação indireta dos minoritários, proveniente da controlada EATE.

(**) Participação indireta dos minoritários, proveniente da controlada ENTE.

Embora não seja requerido pelo CPC 45 / IFRS 12, a Companhia reconciliou a informação financeira sumarizada das subsidiárias com participações de não controladores, com os montantes totais presentes nas demonstrações contábeis.

14. Propriedades para investimento

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	9.271	9.274
Baixa	(1.485)	-
Reclassificação de intangível	-	(3)
Saldo final	7.786	9.271

As propriedades para investimento da Companhia incluem uma série de terrenos destinados a uso futuro.

15. Imobilizado

O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição e/ou construção, menos a depreciação acumulada.

Abaixo seguem os quadros comparativos com exemplos de algumas das taxas de depreciação segundo a Resolução nº 674, de 11 de agosto de 2016:

Geração hidráulica	Resolução nº 674 (%)
Barramento	2,50
Disjuntor	3,03
Edificações	3,33
Equipamentos da tomada d'água	3,70
Estrutura da tomada d'água	2,86
Gerador	3,33
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00
Sistema de comunicação local	6,67
Turbina hidráulica	2,50
Taxa média depreciação geração	3,32

Transmissão	Resolução nº 674 (%)
Condutor	2,70
Equipamento geral	6,25
Estrutura do sistema	2,70
Religadores	4,00
Taxa média depreciação transmissão	3,91

Alupar Investimento S.A.

A composição e a movimentação do ativo imobilizado consolidado é a seguinte:

Consolidado								
Taxa média anual de depreciação	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	Capitalização de encargos líquidos das receitas financeiras (b)	Ganho e perda na tradução de balanços	Outros	31/12/2016
Em serviço								
Custo histórico								
Terrenos	58.899	108	-	5.350	-	(382)	-	63.975
Reservatórios, Barragens e Adutoras	1.401.894	120	(1)	145	-	-	(7.013)	1.395.145
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	331.119	33.590	-	60.963	-	(9.042)	-	416.630
Máquinas e Equipamentos	1.141.692	40.289	(3)	486.204	-	(24)	-	1.668.158
Veículos	3.063	145	(1.215)	-	-	(66)	-	1.927
Móveis e Utensílios	5.793	773	(114)	(150)	-	(220)	-	6.082
Total	2.942.460	75.025	(1.333)	552.512	-	(9.734)	(7.013)	3.551.917
Depreciação								
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2,60%	(79.175)	(30.178)	-	-	-	-	(109.353)
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2,49%	(22.591)	(8.005)	-	-	24	-	(30.572)
Máquinas e Equipamentos	4,15%	(92.635)	(45.024)	-	-	14	(128)	(137.773)
Veículos	12,74%	(1.543)	(267)	827	-	8	-	(975)
Móveis e Utensílios	8,09%	(1.598)	(741)	56	-	51	129	(2.103)
Total depreciação		(197.542)	(84.215)	883	-	97	1	(280.776)
Total em serviço		2.744.918	(9.190)	(450)	552.512	(9.637)	(7.012)	3.271.141
Em curso		916.910	275.585	(1.118)	(552.512)	35.289	(22.982)	(111.990)
Total Imobilizado		3.661.828	266.395	(1.568)	-	35.289	(32.619)	3.810.323

Consolidado									
Taxa média anual de depreciação	31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências	Capitalização de encargos líquidos das receitas financeiras (b)	Ganho e perda na tradução de balanços	Outros	Imobilizado adquirido em transação de capital	31/12/2015
Em serviço									
Custo histórico									
Terrenos	57.989	917	(7)	-	-	-	-	-	58.899
Reservatórios, Barragens e Adutoras	1.377.158	-	-	24.736	-	-	-	-	1.401.894
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	326.200	18.044	(44)	(12.126)	-	-	(955)	-	331.119
Máquinas e Equipamentos	767.466	419	-	373.807	-	-	-	-	1.141.692
Veículos	1.533	607	-	923	-	-	-	-	3.063
Móveis e Utensílios	4.118	418	-	1.256	-	-	1	-	5.793
Total	2.534.464	20.405	(51)	388.596	-	-	(954)	-	2.942.460
Depreciação									
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2,45%	(48.944)	(30.231)	-	-	-	-	-	(79.175)
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	0,00%	(15.486)	(7.067)	-	-	(38)	-	-	(22.591)
Máquinas e Equipamentos	3,16%	(61.568)	(31.013)	-	-	(52)	(2)	-	(92.635)
Veículos	27,46%	(705)	(375)	-	-	(42)	(421)	-	(1.543)
Móveis e Utensílios	8,12%	(1.122)	(446)	-	-	(29)	(1)	-	(1.598)
Total depreciação		(127.825)	(69.132)	-	-	(161)	(424)	-	(197.542)
Total em serviço		2.406.639	(48.727)	(51)	388.596	(161)	(1.378)	-	2.744.918
Em curso		454.082	681.512	-	(388.596)	40.427	-	31.076	98.409
Total Imobilizado		2.860.721	632.785	(51)	-	40.427	(161)	29.698	3.661.828

a) Imobilizado em curso

-La Virgen: é uma pequena central hidrelétrica que terá a capacidade instalada de 64,0 MW e está em fase de construção. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo pertencente a essa obra em curso perfaz o montante de R\$ 422.630.

-Risaralda: é uma pequena central hidrelétrica com uma capacidade instalada de 19,9 MW. Em 10 de setembro de 2016 ocorreu a entrada em operação comercial e sua unitização ocorreu em dezembro de 2016. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo pertencente a essa obra que foi transferido de imobilizado em curso para imobilizado em serviço perfaz o montante de R\$ 147.541.

- EDV's: no primeiro semestre de 2016 entraram em operação 05 parques eólicos. Durante o ano de 2016 o saldo pertencente a essa obra em curso que foi transferido de imobilizado em curso para imobilizado em serviço perfaz o montante de R\$493.463

Alupar Investimento S.A.

b) Capitalização de Encargos

A Companhia capitaliza, mensalmente, ao custo de construção do ativo imobilizado em curso, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures adquiridos para aquisição de imobilizado em formação. Os juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures capitalizados em 31 de dezembro de 2016 foram de R\$ 35.963 (R\$ 49.155 em 31 de dezembro de 2015), aos quais foram parcialmente compensados pelas receitas geradas das aplicações financeiras que excederam o caixa, sendo em 31 de dezembro de 2016 o valor de R\$ 2.450 (R\$ 11.242 em 31 de dezembro de 2015). Dessa forma, em 31 de dezembro de 2016 os encargos financeiros líquidos capitalizados foram de R\$ 38.413 (R\$ 40.427 em 31 de dezembro de 2015). A taxa de juros utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos passíveis de capitalização representa a taxa efetiva dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia, vide nota explicativa nº 23 e 24.

c) Análise de recuperação do imobilizado (impairment)

Em 31 de dezembro de 2016 não existem indicativos, por meio de fontes internas ou externas, de que algum ativo possa ter sofrido desvalorização que pudessem reduzir o valor de realização do seu ativo imobilizado.

d) Garantias ou penhoras

A Companhia e suas controladas não possuem ativos imobilizados dados em garantias ou penhora.

16.Intangível

A composição e a movimentação do ativo intangível é a seguinte:

Controladora:

Controladora				
Taxa média anual de amortização	31/12/2015	Adições	Baixas	31/12/2016
Custo				
Outros intangíveis de concessão	616	139	-	755
Intangível gerado na aquisição de ações	8.157	-	-	8.157
	8.773	139	-	8.912
Amortização				
Outros intangíveis de concessão	20,00% (511)	(37)	-	(548)
Intangível gerado na aquisição de ações	4,58% (1.301)	(391)	-	(1.692)
	(1.812)	(428)	-	(2.240)
Projetos em desenvolvimento				
	77.660	4.283	(9.491)	72.452
Total intangível	84.621	3.994	(9.491)	79.124

Alupar Investimento S.A.

Controladora				
Taxa média anual de amortização	31/12/2014	Adições	Baixas	31/12/2015
Custo				
Outros intangíveis de concessão	563	53	-	616
Intangível gerado na aquisição de ações	8.157	-	-	8.157
	8.720	53	-	8.773
Amortização				
Outros intangíveis de concessão	20% (452)	(59)	-	(511)
Intangível gerado na aquisição de ações	4,58% (941)	(360)	-	(1.301)
	(1.393)	(419)	-	(1.812)
Projeto em desenvolvimento	74.256	4.795	(1.391)	77.660
Total intangível	81.583	4.429	(1.391)	84.621

Consolidado:

Consolidado							
Taxa média anual de amortização	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	Ganho e perda na tradução de balanços	Outros	31/12/2016
Custo							
Outros intangíveis de concessão	10.715	206	(4.924)	123	-	9.763	15.883
Uso do bem público	16.348	-	-	-	-	-	16.348
Intangível gerado na aquisição de ações	57.922	-	-	-	-	(10)	57.912
	84.985	206	(4.924)	123	-	9.753	90.143
Amortização							
Outros intangíveis de concessão	23,33% (4.054)	(1.797)	-	-	17	(129)	(5.963)
Uso do bem público	3,60% (2.273)	(523)	-	-	-	-	(2.796)
Intangível gerado na aquisição de ações	3,97% (7.591)	(1.629)	-	-	-	1	(9.219)
	(13.918)	(3.949)	-	-	17	(128)	(17.978)
Projeto em desenvolvimento	78.327	4.873	(9.491)	(123)	-	-	73.586
Total intangível	149.394	1.130	(14.415)	-	17	9.625	145.751

Consolidado								
Taxa média anual de amortização	31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências	Ganho e perda na tradução de balanços	Outros	Intangível adquirido em transação de capital	31/12/2015
Custo								
Outros intangíveis de concessão	12.865	1.123	(2.522)	3.649	-	(4.400)	-	10.715
Uso do bem público	16.348	-	-	-	-	-	-	16.348
Intangível gerado na aquisição de ações	44.001	13.921	-	-	-	-	-	57.922
	73.214	15.044	(2.522)	3.649	-	(4.400)	-	84.985
Amortização								
Outros intangíveis de concessão	22% (1.886)	(2.354)	-	-	56	130	-	(4.054)
Uso do bem público	3% (1.752)	(521)	-	-	-	-	-	(2.273)
Intangível gerado na aquisição de ações	4% (5.992)	(1.599)	-	-	-	-	-	(7.591)
	(9.630)	(4.474)	-	-	56	130	-	(13.918)
Projeto em desenvolvimento	92.735	5.154	(1.391)	(3.649)	-	(14.558)	36	78.327
Total intangível	156.319	15.724	(3.913)	-	56	(18.828)	36	149.394

Alupar Investimento S.A.

Intangível gerado na aquisição de ações (ágio decorrente da concessão)

Os ágios têm como fundamento econômico a perspectiva de rentabilidade futura durante o prazo de exploração das concessões e estão sendo amortizados de forma linear durante o referido prazo. Os ágios registrados pela Companhia foram originários de investimentos efetuados nos seguintes empreendimentos:

Taxa média anual de amortização	Prazo da Concessão/Autorização		Controladora		Consolidado		
	Início	Fim	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	
Composição do intangível gerado na aquisição de ações							
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	4,58%	06/04/04	06/04/34	2.665	2.665	2.665	2.665
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	4,55%	06/04/04	06/04/34	5.245	5.245	5.245	5.245
La Virgen S.A.C.	N/A	N/A	N/A	-	-	6.164	6.164
Energia dos Ventos I S.A. (**)	N/A	17/07/12	17/07/47	-	-	3.006	3.006
Energia dos Ventos II S.A. (**)	N/A	16/07/12	16/07/47	-	-	1.847	1.847
Energia dos Ventos III S.A. (**)	N/A	19/07/12	19/07/47	-	-	2.714	2.714
Energia dos Ventos IV S.A. (**)	N/A	24/07/12	24/07/47	-	-	3.924	3.934
Energia dos Ventos X S.A. (**)	N/A	19/07/12	19/07/47	-	-	2.420	2.420
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (*)	3,47%	27/04/06	27/04/36	-	-	8.942	8.942
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica (*)	4,10%	18/02/04	18/02/34	-	-	9.766	9.766
Companhia Transleste de Transmissão (*)	4,92%	18/02/04	18/02/34	-	-	3.814	3.814
Companhia Transudeste de Transmissão (*)	4,88%	04/03/05	04/03/35	-	-	2.767	2.767
Companhia Transirapé de Transmissão (*)	4,67%	15/03/05	15/03/35	-	-	4.391	4.391
Outros	N/A	N/A	N/A	247	247	247	247
				8.157	8.157	57.912	57.922
Amortização do ágio decorrente da concessão							
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.				(559)	(427)	(559)	(427)
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.				(1.133)	(874)	(1.133)	(874)
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (*)				-	-	(2.557)	(2.247)
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica (*)				-	-	(3.302)	(2.902)
Companhia Transleste de Transmissão (*)				-	-	(594)	(407)
Companhia Transudeste de Transmissão (*)				-	-	(425)	(290)
Companhia Transirapé de Transmissão (*)				-	-	(649)	(444)
				(1.692)	(1.301)	(9.219)	(7.591)
Total líquido				6.465	6.856	48.693	50.331

(*) Ágio gerado na aquisição de ações das controladas STC, Lumitrans, Transleste, Transudeste e Transirapé por parte da controlada EATE.

(**) Ágio gerado na aquisição de ações das controladas EDV I, EDV II, EDV III, EDV IV e EDV X

a) Projeto em desenvolvimento

Para desenvolver um projeto de transmissão ou geração de energia, a Companhia incorre em custos com a contratação de serviços, viagens e outros, inerentes ao processo. Após a autorização/permissão/concessão das licenças para instalação dos projetos desenvolvidos, estes custos são alocados nas respectivas Sociedades de Propósito Específico – SPE's.

Os gastos incorridos em um projeto que porventura se torne passível de não instalação são revertidos desta conta para o resultado da Companhia. Estas reversões são baseadas em avaliações trimestrais preparadas pela administração.

Alupar Investimento S.A.

b) Análise de recuperação do intangível (impairment)

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ativos intangíveis, não tendo sido identificadas informações por meio de fontes internas ou externas que resultassem em riscos de recuperação desses ativos.

c) Garantias ou penhoras

A Companhia e suas controladas não possuem ativos intangíveis dados em garantias ou penhora.

17.Fornecedores

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Encargos de uso do serviço de transmissão	2.458	3.737
Suprimento de energia elétrica	18.983	26.710
Materiais e serviços	143.848	309.100
Outros	1.213	2.264
	<u>166.502</u>	<u>341.811</u>
Circulante	166.502	341.561
Não circulante	-	250
	<u>166.502</u>	<u>341.811</u>

18.Imposto de renda e contribuição social a pagar

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
<u>Imposto de renda e contribuição social a pagar</u>		
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	23.768	31.342
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	20.793	24.555
Total	<u>44.561</u>	<u>55.897</u>

19. Imposto de renda e contribuições sociais diferidos

- a) A composição do imposto de renda e da contribuição social, diferidos registrados no ativo e passivo é como segue:

Consolidado				
	31/12/2016		31/12/2015	
Imposto de renda e contribuição social diferidos				
	IRPJ diferido	CSLL diferido	IRPJ diferido	CSLL diferido
Base de cálculo	1.386.483	3.030.526	2.957.535	2.905.695
Base de cálculo incentivada	1.679.551	-	18.303	-
Base de Prejuízo Fiscal	(35.507)	-	(36.419)	-
	<u>3.030.527</u>	<u>3.030.526</u>	<u>2.939.419</u>	<u>2.905.695</u>
Tributo alíquota Lucro Real	30.492	160.784	254.230	156.616
Tributo alíquota Incentivada	286.978	-	18.485	-
Tributo alíquota Presumido	24.665	13.305	24.035	12.965
	<u>342.135</u>	<u>174.089</u>	<u>296.750</u>	<u>169.581</u>
Total IRPJ e CSLL diferidos		<u>516.224</u>		<u>466.331</u>
Passivo Diferido - Art. 69 Lei 12.973		6.946		7.317
Total IRPJ e CSLL diferido		<u>523.170</u>		<u>473.648</u>
Ativo Diferido - Art. 69 Lei 12.973		(69.809)		(79.420)
IR/CS Diferido Líquido		<u>453.361</u>		<u>394.228</u>
IR/CS Diferido Líquido exercício anterior		<u>394.228</u>		<u>398.013</u>
IRPJ/CSLL diferido Resultado		<u>(39.777)</u>		<u>17.708</u>

As empresas de lucro real com impacto pela lei 12.973: EBTE, EATE, ETEP, ECTE, ENTE, ETES, ETEM, STN, ELTE e ETVG.

As empresas EBTE, FOZ e FGE possuem ativo diferido referente a constituição do prejuízo fiscal.

As empresas optantes pelo lucro presumido são: Transleste, Transudeste, Transirapé, STC, Lumitrans, ESDE, ETSE e ERTE.

<u>Imposto de renda e contribuição social diferidos</u>	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de renda diferido - ativo	11.250	9.004
Contribuição social diferida - ativo	<u>4.049</u>	<u>3.378</u>
	<u>15.299</u>	<u>12.382</u>
Imposto de renda diferido - passivo	(303.749)	(251.670)
Contribuição social diferida - passivo	<u>(164.911)</u>	<u>(154.940)</u>
	<u>(468.660)</u>	<u>(406.610)</u>

Alupar Investimento S.A.

Detalhamento da origem do IR/CS diferidos:

	Consolidado			
	Balanco Patrimonial		Resultado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízo fiscal e base negativa	15.299	12.382	3.234	11.113
Contrato de concessão (ICPC 01)	(463.875)	(383.288)	(46.325)	24.351
Diferimento de receita para órgãos públicos	(4.785)	(23.322)	3.314	(17.756)
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos			(39.777)	17.708
Passivo fiscal diferido, líquido	(453.361)	(394.228)		

b) Créditos fiscais a compensar

Conforme preceitua o pronunciamento CPC 32, um ativo ou passivo fiscal diferido deve ser reconhecido sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis, respectivamente. Uma diferença temporária é a diferença entre o valor contábil do ativo ou passivo na demonstração contábil e a sua base para fins de tributação. Esse pronunciamento também requer a contabilização de um ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais não utilizados na medida em que seja provável que serão gerados lucros tributáveis futuros para possibilitar a compensação desse ativo fiscal diferido

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia (Alupar Investimento S.A), acumula prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social que gerariam potenciais créditos tributários, conforme abaixo. Tais créditos não foram reconhecidos, tendo em vista que as operações da Companhia não apresentarão base tributável de resultados que garanta a realização desses créditos.

Créditos fiscais não reconhecidos

	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízo fiscal	352.024	351.031
Base negativa de contribuição social	359.073	358.080

20. Provisões para gastos ambientais

Controladas

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	30	30
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	9.301	8.677
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	667	622
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	340	340
Foz do Rio Claro Energia S.A.	62	389
Ijuí Energia S.A.	1.307	1.535
Energia dos Ventos X S.A.	494	-
Ferreira Gomes Energia S.A.	10.492	21.860
	22.693	33.453
Circulante	21.789	22.239
Não circulante	904	11.214
	22.693	33.453

Alupar Investimento S.A.

A Companhia e suas controladas realizam investimentos em programas, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construção de UHE's e linhas de transmissão, e também realiza programas sociais no intuito de auxiliar no desenvolvimento das comunidades. As constituições dessas provisões ocorrem somente no momento da construção e implantação dos empreendimentos e são registradas em contrapartida a rubrica de ativo imobilizado em curso. As realizações dessas provisões ocorrem de acordo com a implementação desses programas.

A movimentação das provisões para gastos ambientais é como segue:

Consolidado					
Saldo inicial	Adições	Baixas	Realização	Atualização monetária	Saldo final
31/12/2015					31/12/2016
30	-	-	-	-	30
8.677	-	-	-	624	9.301
622	-	-	-	45	667
340	-	-	-	-	340
389	-	-	(327)	-	62
1.535	-	-	(228)	-	1.307
-	600	-	(106)	-	494
21.860	-	(7.013)	(4.355)	-	10.492
33.453	600	(7.013)	(5.016)	669	22.693

21.Provisões de constituição dos ativos

As provisões para constituição de ativo são decorrentes dos custos do ativo imobilizado referentes a sua fase de implantação reconhecidas contabilmente, as quais ainda não houveram desembolso financeiro, os mesmos serão desembolsados financeiramente de acordo com o cronograma da obra, de acordo com a evolução desses eventos essas provisões serão substituídas pelo faturamento de fornecedores, onde sua contrapartida foi registrada no ativo imobilizado em curso.

a) A composição das provisões de constituição dos ativos por controlada é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
<u>Controladas</u>		
Companhia Transleste de Transmissão	-	1.499
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	11.722	12.387
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	6.252	8.052
Foz do Rio Claro Energia S.A.	494	494
Energia dos Ventos I S.A.	669	-
Energia dos Ventos II S.A.	492	-
Energia dos Ventos III S.A.	611	-
Energia dos Ventos IV S.A.	2.273	35.925
Energia dos Ventos X S.A.	589	-
Ferreira Gomes Energia S.A.	27.984	34.698
	51.086	93.055
Circulante	42.979	83.449
Não circulante	8.107	9.606
	51.086	93.055

Alupar Investimento S.A.

b) A sua movimentação é como segue:

	Consolidado			
	Saldo inicial 31/12/2015	Adições	Baixas	Saldo final 31/12/2016
Controladas				
Companhia Transleste de Transmissão	1.499	-	(1.499)	-
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	12.387	-	-	(665)
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	8.052	-	-	(1.800)
Foz do Rio Claro Energia S.A.	494	-	-	-
Energia dos Ventos I S.A.	-	1.026	-	(357)
Energia dos Ventos II S.A.	-	1.283	-	(791)
Energia dos Ventos III S.A.	-	952	-	(341)
Energia dos Ventos IV S.A.	35.925	7.775	(40.356)	(1.071)
Energia dos Ventos X S.A.	-	1.115	-	(526)
Ferreira Gomes Energia S.A.	34.698	-	42	(6.756)
	93.055	12.151	(41.813)	(12.307)

22. Taxas regulamentares e setoriais

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Taxa de fiscalização ANEEL - TFSEE	2.387	2.317
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	7.652	7.040
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	472	613
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	40.565	36.951
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	1.002	840
Ministério de minas e energia - MME	498	452
	52.576	48.213
Circulante	52.576	48.213
	52.576	48.213

Alupar Investimento S.A.

23.Empréstimos e financiamentos

a) O saldo de empréstimos e financiamentos é composto da seguinte forma:

Financiadores / credores	Empresas	Consolidado									
		Circulante					Não circulante				
		Encargos	Principal	Custos a amortizar	31/12/2016	31/12/2015	Encargos	Principal	Custos a amortizar	31/12/2016	31/12/2015
Moeda estrangeira	Operacionais										
Santander - Contrato nº 2885	Alupar Peru	-	-	-	-	-	4.664	48.877	-	53.541	81.283
Santander Panamá - Contrato nº 826302	Alupar Peru	-	-	-	-	-	1.451	16.293	-	17.744	-
Bancolombia - Contrato nº 161781	Risaralda	-	-	-	-	23	-	-	-	-	-
Bancolombia - Contrato nº 161782	Risaralda	-	-	-	-	23	-	-	-	-	-
Bancolombia - Contrato nº 166276	Risaralda	-	-	-	-	43	-	-	-	-	-
Bancolombia - Contrato nº 175893	Risaralda	-	24	-	24	68	-	-	-	-	17
Bancolombia - Contrato nº 258419633	Risaralda	-	42	-	42	58	-	-	-	-	39
Itaú - Contrato de crédito - IBC00093	Risaralda	479	34.752	-	35.231	455	-	-	-	-	39.875
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	143	10.860	-	11.003	130	-	-	-	-	12.462
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	311	21.720	-	22.031	255	-	-	-	-	24.989
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	205	15.204	-	15.409	-	-	-	-	-	-
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	206	15.204	-	15.410	-	-	-	-	-	-
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	117	8.688	-	8.805	-	-	-	-	-	-
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	147	10.860	-	11.007	64	-	-	-	-	17.617
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	176	13.032	-	13.208	-	-	-	-	-	-
BDMG - Contrato nº 127314	Transleste	22	777	-	799	1.933	-	-	-	-	931
		1.806	131.163	-	132.969	3.052	6.115	65.170	-	71.285	177.213
Moeda estrangeira	Pré Operacionais										
Santander - Contrato Bridge Credit Agreement	La Vigen	-	187.188	-	187.188	205.361	-	-	-	-	-
Santander - Contrato COFIDE	La Vigen	-	112.313	-	112.313	117.126	-	-	-	-	-
		-	299.501	-	299.501	322.487	-	-	-	-	-
Subtotal		1.806	430.664	-	432.470	325.539	6.115	65.170	-	71.285	177.213
Moeda nacional	Operacionais										
FINEP - Contrato nº 02.09.0599.00	Alupar	16	3.631	(111)	3.536	11.791	-	1.513	(47)	1.466	16.565
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 09.2.1409.1	EBTE	343	11.160	-	11.503	11.381	-	82.768	-	82.768	92.597
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 09.2.1409.1	EBTE	17	2.889	-	2.906	2.911	-	5.538	-	5.538	8.427
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1001.1	ESDE	57	1.601	-	1.658	1.640	-	14.941	-	14.941	16.307
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1001.1	ESDE	10	1.583	-	1.593	1.595	-	7.518	-	7.518	9.102
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 11.2.1030.1	ETEM	112	3.309	-	3.421	3.383	-	27.573	-	27.573	30.445
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 11.2.1030.1	ETEM	3	107	-	110	110	-	898	-	898	990
BNDES - Contrato nº 09.2.0118.1	ETES	50	2.067	(4)	2.113	2.089	-	11.883	(23)	11.860	13.725
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 09.2.1467.1	ETES	7	286	-	293	290	-	1.644	-	1.644	1.903
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 09.2.1467.1	ETES	8	1.556	(32)	1.532	1.536	-	2.853	(38)	2.815	4.339
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 13.2.1413.1	ETSE	130	3.176	-	3.306	3.270	-	34.670	-	34.670	37.309
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 13.2.1413.1	ETSE	47	4.438	-	4.485	4.492	-	26.259	-	26.259	30.698
Banco do Brasil - Contrato nº 40/00039-7	ETVG	111	1.427	(6)	1.532	1.543	-	12.700	(40)	12.660	14.081
Banco Santander - Contrato nº 000270589715	ETVG	2.460	22.500	-	24.960	24.310	-	-	-	-	-
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	745	14.566	(240)	15.071	14.903	-	194.213	(3.188)	191.025	202.395
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	295	5.765	-	6.060	5.995	-	76.868	-	76.868	81.462
BNDES - Subcrédito C - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	33	651	-	684	676	-	8.673	-	8.673	9.191
BNDES (FINAME) - Subcrédito D - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	162	24.705	-	24.867	24.896	-	123.524	-	123.524	148.228
BNDES - Contrato nº 08.2.0070.1	Foz	566	15.298	-	15.864	15.693	-	141.507	-	141.507	154.584
BNDES - Contrato nº 08.2.0071.1	Ijuí	547	13.028	-	13.575	13.433	-	127.023	-	127.023	138.068
BNDES - Contrato nº 08.2.0976.1	Lavrinhas	265	9.345	-	9.610	9.504	-	68.527	-	68.527	76.768
BNDES - Contrato nº 10.2.0477.1	Lavrinhas	37	1.268	-	1.305	1.292	-	9.306	-	9.306	10.425
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50002651100	Lavrinhas	-	3	-	3	23	-	-	-	-	4
FINAME - Subcrédito B - Contrato nº 50002651100	Lavrinhas	-	1	-	1	7	-	-	-	-	1
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50002651000	Lavrinhas	-	1	-	1	3	-	-	-	-	1
FINAME - Subcrédito B - Contrato nº 50002651000	Lavrinhas	-	1	-	1	1	-	-	-	-	-
BNDES - Contrato nº 08.2.0975.1	Queluz	261	9.489	-	9.750	9.643	-	67.215	-	67.215	75.618
BNDES - Contrato nº 10.2.0478.1	Queluz	59	2.078	-	2.137	2.114	-	14.720	-	14.720	16.561
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50003291100	Queluz	-	43	-	43	43	-	26	-	26	67
BNDES	EDV I	189	1.910	-	2.099	-	-	55.825	-	55.825	-
BNDES	EDV II	107	1.078	-	1.185	-	-	31.512	-	31.512	-
BNDES	EDV III	163	1.648	-	1.811	-	-	48.167	-	48.167	-
BNDES	EDV IV	271	2.730	-	3.001	-	-	79.804	-	79.804	-
BNDES	EDVX	137	1.382	-	1.519	-	-	40.389	-	40.389	-
BNB - Contratos nº A400000101001 e A400000101002	STN	89	20.353	-	20.442	19.445	-	120.758	-	120.758	141.111
BDMG (FINAME) - Contrato nº 147068	Transirapé	1	132	-	133	133	-	341	-	341	473
BDMG (FINAME PSI) - Contrato nº 177906	Transirapé	26	2.382	-	2.408	2.325	-	14.493	-	14.493	16.875
BDMG (FINEM) - Contrato nº 193.292	Transirapé	84	421	-	505	469	-	5.016	-	5.016	5.402
BDMG (FINAME) - Contrato nº 215.485	Transirapé	119	-	-	119	-	-	4.469	-	4.469	-
BNDES - Crédito automático Contrato 215.411	Transirapé	109	-	-	109	-	-	4.000	-	4.000	-
BDMG - Contrato nº 127315	Transleste	107	2.461	-	2.568	2.581	-	17.639	-	17.639	20.100
BNB - Contrato nº 05974828-A	Transleste	33	862	-	895	1.178	-	5.424	-	5.424	6.286
		7.776	191.331	(393)	198.714	194.698	-	1.490.197	(3.336)	1.486.861	1.380.108
Moeda nacional	Pré Operacionais										
Custo de captação BNDES	Verde 8	-	-	(240)	(240)	(240)	-	-	-	-	-
Nota Promissória - Banco Fator S.A	Verde 8	1.840	30.000	(345)	31.495	-	-	-	-	-	-
		1.840	30.000	(585)	31.255	(240)	-	-	-	-	-
Subtotal		9.616	221.331	(978)	229.969	194.458	-	1.490.197	(3.336)	1.486.861	1.380.108
Total - Empréstimos e financiamentos		11.422	651.995	(978)	662.439	519.997	6.115	1.555.367	(3.336)	1.558.146	1.557.321

Alupar Investimento S.A.

b) As principais características dos empréstimos e financiamentos são conforme segue:

Financiadores / credores	Empresas operacionais	Consolidado						
		Condições contratadas dos empréstimos e financiamentos						
		Data da Contratação	Vencimento	Principal contratado	Encargos financeiros a.a		Periodicidade da amortização	
					Indexador	Juros (%)	Principal	Encargos
Moeda nacional - R\$								
FINEP - Contrato nº 02.09.0599.00	Alupar	dez/09	mai/18	72.841	-	8,00	Mensal	Mensal
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 09.2.1409.1	EBTE	dez/09	mai/25	141.652	TJLP	2,56	Mensal	Mensal
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 09.2.1409.1	EBTE	dez/09	nov/19	23.498	-	4,50	Mensal	Mensal
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1001.1	ESDE	nov/12	abr/27	26.319	TJLP	2,08	Mensal	Mensal
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1001.1	ESDE	nov/12	set/22	16.478	-	2,50	Mensal	Mensal
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 11.2.1030.1	ETEM	dez/11	abr/26	44.700	TJLP	2,44	Mensal	Mensal
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 11.2.1030.1	ETEM	dez/11	abr/26	2.100	TJLP	2,04	Mensal	Mensal
BNDES - Contrato nº 09.2.0118.1	ETES	mai/09	set/23	27.714	TJLP	2,37	Mensal	Mensal
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 09.2.1467.1	ETES	dez/09	set/23	3.357	TJLP	2,38	Mensal	Mensal
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 09.2.1467.1	ETES	dez/09	out/19	13.981	-	4,50	Mensal	Mensal
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 13.2.1413.1	ETSE	dez/13	nov/28	39.159	TJLP	2,02	Mensal	Mensal
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 13.2.1413.1	ETSE	dez/13	nov/23	39.254	-	3,50	Mensal	Mensal
Banco do Brasil - Contrato nº 40/00039-7	ETVG	dez/11	dez/26	17.835	-	10,00	Mensal	Trimestral
Banco Santander - Contrato nº 000270589715	ETVG	jun/15	jan/17	22.500	CDI	1,15	Único no final	Único no final
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	dez/12	abr/31	198.420	TJLP	2,34	Mensal	Mensal
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	dez/12	abr/31	78.540	TJLP	2,34	Mensal	Mensal
BNDES - Subcrédito C - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	dez/12	abr/31	9.500	TJLP	2,34	Mensal	Mensal
BNDES (FINAME) - Subcrédito D - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	dez/12	dez/22	181.850	-	2,50	Mensal	Mensal
BNDES - Contrato nº 08.2.0070.1	Foz	abr/08	mar/27	201.630	TJLP	2,44	Mensal	Mensal
BNDES - Contrato nº 08.2.0071.1	Ijuí	abr/08	set/27	168.200	TJLP	3,17	Mensal	Mensal
BNDES - Contrato nº 08.2.0976.1	Lavrinhas	mar/09	abr/25	111.185	TJLP	1,93	Mensal	Mensal
BNDES - Contrato nº 10.2.0477.1	Lavrinhas	ago/10	abr/25	16.875	TJLP	2,22	Mensal	Mensal
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50002651100	Lavrinhas	fev/12	fev/17	104	-	10,00	Mensal	Mensal
FINAME - Subcrédito B - Contrato nº 50002651100	Lavrinhas	fev/12	fev/17	30	TJLP	5,70	Mensal	Mensal
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50002651000	Lavrinhas	fev/12	fev/17	15	-	10,00	Mensal	Mensal
FINAME - Subcrédito B - Contrato nº 50002651000	Lavrinhas	fev/12	fev/17	4	TJLP	5,70	Mensal	Mensal
BNDES - Contrato nº 08.2.0975.1	Queluz	mar/09	jan/25	114.647	TJLP	1,93	Mensal	Mensal
BNDES - Contrato nº 10.2.0478.1	Queluz	ago/10	jan/25	27.716	TJLP	2,22	Mensal	Mensal
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50003291100	Queluz	jun/13	jul/18	192	-	3,00	Mensal	Mensal
BNB - Contratos nº A400000101001 e A400000101002	STN	jun/04	jun/24	299.995	-	10,00	Mensal	Mensal
BDMG (FINAME) - Contrato nº 147068	Transirapé	jun/10	jul/20	1.187	-	4,50	Mensal	Mensal
BDMG (FINAME PSI) - Contrato nº 177906	Transirapé	dez/13	jan/24	19.761	-	3,50	Mensal	Mensal
BDMG (FINEM) - Contrato nº 193.292	Transirapé	out/14	out/29	5.893	TJLP	3,50	Mensal	Mensal
BDMG - Contrato nº 215.411/16	Transirapé	abr/16	abr/26	4.000	TJLP	6,00	Mensal	Mensal
BDMG - Contrato nº 215.485/16	Transirapé	abr/16	abr/21	4.469	TJLP	4,50	Mensal	Mensal
BDMG - Contrato nº 127315	Transleste	mar/05	mar/25	47.029	-	9,50	Mensal	Mensal
BNB - Contrato nº 05974828-A	Transleste	mar/05	mar/25	15.000	-	9,50	Mensal	Mensal
Moeda estrangeira - Cesta de moedas - USD								
Santander - Contrato nº 2885	Alupar Peru	out/14	out/17	USD 15.000	Libor (*)	3,85	Único no final	Único no final
Santander Panamá - Contrato nº 826302	Alupar Peru	dez/14	dez/17	USD 5.000	Libor (*)	3,85	Único no final	Único no final
BDMG - Contrato nº 127314	Transleste	mar/05	jan/17	12.971	-	5,00	Semestral	Semestral
(*) Taxa libor é uma taxa de juros de referência utilizada por um grande número de bancos que operam no mercado londrino. A taxa Libor do contrato é a de 12 meses.								
Financiadores / credores	Empresas pré-operacionais	Consolidado						
		Condições contratadas dos empréstimos e financiamentos						
		Data da Contratação	Vencimento	Principal contratado	Encargos financeiros a.a		Periodicidade da amortização	
					Indexador	Juros (%)	Principal	Encargos
Moeda nacional - R\$								
BNDES - Contrato nº 15.2.0778.1 (*)	EDV I	fev/16	out/32	57.990	TJLP	2,18	Mensal	Mensal
BNDES - Contrato nº 15.2.0778.1 (*)	EDV II	fev/16	out/32	32.220	TJLP	2,18	Mensal	Mensal
BNDES - Contrato nº 15.2.0778.1 (*)	EDV III	fev/16	out/32	49.007	TJLP	2,18	Mensal	Mensal
BNDES - Contrato nº 15.2.0778.1 (*)	EDV IV	fev/16	out/32	81.041	TJLP	2,18	Mensal	Mensal
BNDES - Contrato nº 15.2.0778.1 (*)	EDV X	fev/16	out/32	41.042	TJLP	2,18	Mensal	Mensal
Nota Promissória Comercial Banco Fator S.A	Verde 8	ago/16	ago/17	30.000	CDI	2,11	Único no final	Único no final
Moeda estrangeira - Pesos colombianos								
Bancolombia - Contrato nº 175893 (***)	Risaralda	mar/15	mar/17	COP 98.000.000	DTF (T.A.) (*)	8,69	Mensal	Mensal
Itaú - Contrato de crédito - IBC00093 (***)	Risaralda	nov/14	nov/17	COP 32.000.000.000	IBR (TV) (**)	3,60	Único no final	Trimestral
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	ago/15	nov/17	COP 10.000.000.000	IBR (TV) (**)	3,60	Único no final	Trimestral
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	out/15	nov/17	COP 20.000.000.000	IBR (TV) (**)	3,60	Único no final	Trimestral
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	dez/15	nov/17	COP 14.000.000.000	IBR (TV) (**)	3,60	Único no final	Trimestral
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	fev/16	nov/17	COP 14.000.000.000	IBR (TV) (**)	3,60	Único no final	Trimestral
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	mar/16	nov/17	COP 8.000.000.000	IBR (TV) (**)	3,60	Único no final	Trimestral
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	abr/16	nov/17	COP 10.000.000.000	IBR (TV) (**)	3,60	Único no final	Trimestral
Moeda estrangeira - Dolar								
Santander - Contrato Bridge Credit Agreement	La Virgen	jan/16	mar/17	USD 50.000.000	Libor	3,80	Único no final	Semestral
Santander - Contrato COFIDE Bridge	La Virgen	dez/15	mar/17	USD 30.000.000	Libor	3,00	Único no final	Trimestral

(*) primeira tranche liberada 29-mar-2016 no montante de R\$ 151.450
(**) Indicador Bancário de Referência - IBR Trimestral na Colômbia (Taxa em 31/12/2014 - 4,36% a.a.)
(***) Montante contratado em pesos colombianos

Alupar Investimento S.A.

Todos os empréstimos captados pelas controladas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES possuem como garantia o penhor de suas ações detidas pela Companhia.

Todos os recursos obtidos com os empréstimos e financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

A Administração da Companhia, suas controladas e investidas mantêm o acompanhamento dos índices financeiros definidos em contrato. Qualquer inadimplemento aos termos dos contratos de financiamentos que não seja sanado ou perdoado poderá resultar no vencimento antecipado do saldo devedor da respectiva dívida, bem como o vencimento antecipado de dívidas de outros contratos de financiamento e a cobrança de juros e multa. Em 31 de dezembro de 2016, estes índices, cuja apuração é exigida anualmente, estavam sendo cumpridos, em linha com as disposições nos contratos de dívida de suas controladas e investidas.

As cláusulas restritivas quantitativas da Companhia e de suas controladas estão relacionadas, principalmente, com índices financeiros obtidos utilizando o EBITDA, tal como o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD"), e que são calculados anualmente. O não cumprimento dessas cláusulas restritivas acarreta o vencimento antecipado do empréstimo e financiamento.

Em 31 de dezembro de 2016, todas as cláusulas restritivas da controladora e das controladas foram atendidas, com exceção da SPE Ferreira Gomes Energia, o qual em 28 de dezembro de 2016 o BNDES autorizou a Companhia a ficar desobrigada, exclusivamente para o exercício de 2016, da obrigação de atender o índice de cobertura do serviço da dívida. O "waiver" prevê que o ICSD não sendo atingido a SPE Ferreira Gomes Energia estará obrigada a efetuar um depósito complementar em suas contas garantia no montante aproximado de R\$ 16.524, que está previsto para ser efetivado após aprovação das demonstrações financeiras da controlada. Referente ao índice de capitalização o mesmo foi atendido

Em 31 de dezembro de 2016 alguns empréstimos e financiamentos das controladas possuíam garantias depositadas na forma de contas reservas, no montante de R\$105.100 (R\$ 89.751 em 31 de dezembro de 2015) evidenciado na nota explicativa 7.

Alupar Investimento S.A.

c) A movimentação dos empréstimos e financiamentos é conforme segue:

Financiadores / credores	Empresa	Consolidado							
		Saldo inicial	Ingresso de dívidas (Custo a amortizar)	Provisão de encargos	Varição monetária e cambial	Ganho e perda na tradução	Amortização do principal	Amortização do encargos	Saldo final
		31/12/2015							31/12/2016
Moeda estrangeira									
Santander - Contrato nº 2885	Alupar Peru	61.762	-	2.502	-	(10.723)	-	-	53.541
Santander Panamá - Contrato nº 826302	Alupar Peru	19.521	-	834	-	(2.611)	-	-	17.744
Santander - Contrato Bridge Credit Agreement	La Virgen	205.361	-	8.664	-	(18.173)	-	(8.664)	187.188
Santander - Contrato COFIDE	La Virgen	117.126	-	2.709	-	(4.813)	-	(2.709)	112.313
Bancolombia - Contrato nº 161781	Risaralda	23	-	-	-	-	(23)	-	-
Bancolombia - Contrato nº 161782	Risaralda	23	-	-	-	-	(23)	-	-
Bancolombia - Contrato nº 166276	Risaralda	43	-	-	-	(3)	(40)	-	-
Bancolombia - Contrato nº 175893	Risaralda	85	-	-	-	(7)	(54)	-	24
Bancolombia - Contrato nº 258419633	Risaralda	97	-	-	-	(8)	(47)	-	42
Itaú - Contrato de crédito - IBC00093	Risaralda	40.330	-	3.701	-	(4.788)	-	(4.012)	35.231
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	12.592	-	1.238	-	(1.493)	-	(1.334)	11.003
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	25.244	-	2.489	-	(2.977)	-	(2.725)	22.031
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	17.681	-	1.732	-	(2.107)	-	(1.897)	15.409
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	-	16.534	1.531	-	(1.365)	-	(1.290)	15.410
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	-	9.552	746	-	(866)	-	(627)	8.805
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	-	11.960	860	-	(1.102)	-	(711)	11.007
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	-	13.188	515	-	(155)	-	(340)	13.208
BDMG - Contrato nº 127314	Transleste	2.864	-	98	(271)	-	(1.745)	(147)	799
		502.752	51.234	27.619	(271)	(51.191)	(1.932)	(24.456)	503.755
Moeda nacional									
FINEP - Contrato nº 02.09.0599.00	Alupar	28.356	-	1.352	-	-	(23.699)	(1.007)	5.002
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 09.2.1409.1	EBTE	103.978	-	9.692	-	-	(11.081)	(8.318)	94.271
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 09.2.1409.1	EBTE	11.338	-	442	-	-	(2.889)	(447)	8.444
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1001.1	ESDE	17.947	-	1.610	-	-	(1.589)	(1.369)	16.599
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1001.1	ESDE	10.697	-	249	-	-	(1.584)	(251)	9.111
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 11.2.1030.1	ETEM	33.828	-	2.675	466	-	(3.281)	(2.694)	30.994
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 11.2.1030.1	ETEM	1.100	-	83	7	-	(107)	(75)	1.008
BNDES - Contrato nº 09.2.0118.1	ETES	15.814	-	1.245	194	-	(2.083)	(1.197)	13.973
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 09.2.1467.1	ETES	2.193	-	148	48	-	(251)	(201)	1.937
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 09.2.1467.1	ETES	5.875	-	265	-	-	(1.559)	(234)	4.347
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 13.2.1413.1	ETSE	40.579	-	3.641	-	-	(3.153)	(3.091)	37.976
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 13.2.1413.1	ETSE	35.190	-	1.153	-	-	(4.438)	(1.161)	30.744
Banco do Brasil - Contrato nº 40/00039-7	ETVG	15.624	-	1.415	-	-	(1.427)	(1.420)	14.192
Banco Santander - Contrato nº 000270589715	ETVG	24.310	-	650	-	-	-	-	24.960
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	217.298	-	17.776	3.061	-	(14.462)	(17.577)	206.096
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	87.457	-	6.941	1.212	-	(5.724)	(6.958)	82.928
BNDES - Subcrédito C - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	9.867	-	785	137	-	(645)	(787)	9.357
BNDES (FINAME) - Subcrédito D - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	173.124	-	4.035	-	-	(24.705)	(4.063)	148.391
BNDES - Contrato nº 08.2.0070.1	Foz	170.277	-	13.503	2.329	-	(15.189)	(13.549)	157.371
BNDES - Contrato nº 08.2.0071.1	Ijuí	151.501	-	13.035	2.076	-	(12.935)	(13.079)	140.598
BNDES - Contrato nº 08.2.0976.1	Lavrinhas	86.272	-	6.382	1.208	-	(9.278)	(6.447)	78.137
BNDES - Contrato nº 10.2.0477.1	Lavrinhas	11.717	-	897	120	-	(1.260)	(863)	10.611
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50002651100	Lavrinhas	27	-	2	-	-	(26)	-	3
FINAME - Subcrédito B - Contrato nº 50002651100	Lavrinhas	8	-	-	-	-	(5)	(2)	1
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50002651000	Lavrinhas	4	-	-	-	-	(2)	(1)	1
FINAME - Subcrédito B - Contrato nº 50002651000	Lavrinhas	1	-	-	-	-	-	-	1
BNDES - Contrato nº 08.2.0975.1	Queluz	85.261	-	6.298	1.154	-	(9.422)	(6.326)	76.965
BNDES - Contrato nº 10.2.0478.1	Queluz	18.675	-	1.428	252	-	(2.064)	(1.434)	16.857
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50003291100	Queluz	110	-	3	-	-	(41)	(3)	69
Custo de empréstimo BNDES	Verde 8	(240)	-	-	-	-	-	-	(240)
Nota Promissória BTG Pactual	Verde 8	-	30.000	1.495	-	-	-	-	31.495
BNDES	EDV I	-	55.685	2.906	692	-	(607)	(752)	57.924
BANCO BTG PACTUAL	EDV I	-	18.197	1.678	-	-	(18.500)	(1.375)	-
BNDES	EDV II	-	31.688	1.505	271	-	(343)	(424)	32.697
BANCO BTG PACTUAL	EDV II	-	43.428	3.532	-	-	(44.000)	(2.960)	-
BNDES	EDV III	-	48.155	2.429	567	-	(524)	(649)	49.978
BANCO BTG PACTUAL	EDV III	-	29.185	2.048	-	-	(29.500)	(1.733)	-
BNDES	EDV IV	-	79.605	4.153	989	-	(868)	(1.074)	82.805
BANCO BTG PACTUAL	EDV IV	-	36.144	2.378	-	-	(36.500)	(2.022)	-
BNDES	EDV X	-	40.321	2.079	491	-	(439)	(544)	41.908
BANCO BTG PACTUAL	EDV X	-	41.120	2.534	-	-	(41.500)	(2.154)	-
BNB - Contratos nº A400000101001 e A400000101002	STN	160.556	-	11.752	-	-	(19.344)	(11.764)	141.200
BDMG (FINAME) - Contrato nº 147068	Transirapé	606	-	25	-	-	(132)	(25)	474
BDMG (FINAME PSI) - Contrato nº 177906	Transirapé	19.200	-	639	-	-	(2.184)	(754)	16.901
BDMG (FINEM) - Contrato nº 193.292	Transirapé	5.871	-	532	-	-	(386)	(496)	5.521
BDMG (FINAME) - Contrato nº 215.485	Transirapé	-	4.469	200	-	-	-	(81)	4.588
BNDES - Credito automático Contrato 215.411	Transirapé	-	4.000	195	-	-	-	(86)	4.109
BDMG - Contrato nº 127315	Transleste	22.681	-	1.674	-	-	(2.461)	(1.687)	20.207
BNB - Contrato nº 05974828-A	Transleste	7.464	-	541	-	-	(1.139)	(547)	6.319
		1.574.566	461.997	138.000	15.274	-	(351.326)	(121.681)	1.716.830
		2.077.318	513.231	165.619	15.003	(51.191)	(353.258)	(146.137)	2.220.585
Circulante		519.997							662.439
Não circulante		1.557.321							1.558.146
		2.077.318							2.220.585

Alupar Investimento S.A.

As principais captações e liquidações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram as seguintes:

Financiadores/credores	Empresa	Tipo de moeda	Data da contratação	Valor contratado	Taxa de juros	Amortização do principal	Amortização dos juros	Data da liquidação
Bancolombia - Contrato nº 161781 (***)	Risaralda	Estrangeira	20/jan/14	COP 82.500.000	DTF (T.A.) (*) + 8,00% a.a	Mensal	Mensal	01/mar/16
Bancolombia - Contrato nº 161782 (***)	Risaralda	Estrangeira	20/jan/14	COP 82.500.000	DTF (T.A.) (*) + 8,00% a.a	Mensal	Mensal	01/mar/16
Bancolombia - Contrato nº 166276 (***)	Risaralda	Estrangeira	13/jun/14	COP 91.562.000	DTF (T.A.) (*) + 8,00% a.a	Mensal	Mensal	01/jul/16
Santander - Contrato Bridge Credit Agreement	La Virgen	Estrangeira	01/jun/15	USD 50.000.000	Libor + 2,40% a.a.	Único no final	Único no final	01/jan/16
BNDES - Contrato nº 15.2.0778.1 (*)	EDV I	Nacional	11/fev/16	38.900	TJLP + 2,12 % a.a	mensal	mensal	15/out/32
BNDES - Contrato nº 15.2.0778.1 (*)	EDV III	Nacional	11/fev/16	30.000	TJLP + 2,12 % a.a	mensal	mensal	15/out/32
BNDES - Contrato nº 15.2.0778.1 (*)	EDV IV	Nacional	11/fev/16	55.550	TJLP + 2,12 % a.a	mensal	mensal	15/out/32
BNDES - Contrato nº 15.2.0778.1 (*)	EDV X	Nacional	11/fev/16	27.000	TJLP + 2,12 % a.a	mensal	mensal	15/out/32
BDMG - Contrato nº 215.411/16	Transirapé	Nacional	01/abr/16	4.000	TJLP + 6,00% a.a	mensal	mensal	15/abr/26
BDMG - Contrato nº 215.485/16	Transirapé	Nacional	05/abr/16	4.469	TJLP + 4,5% a.a	mensal	mensal	15/abr/21
Nota Promissória Comercial 01/31 - BTG Pactual	EDV I	Nacional	12/abr/16	15.500	CDI + 3,00% a.a	Único no final	Único no final	09/out/16
Nota Promissória Comercial 01/62 - BTG Pactual	EDV II	Nacional	12/abr/16	31.000	CDI + 3,00% a.a	Único no final	Único no final	09/out/16
Nota Promissória Comercial 01/32 - BTG Pactual	EDV III	Nacional	12/abr/16	16.000	CDI + 3,00% a.a	Único no final	Único no final	09/out/16
Nota Promissória Comercial 01/35 - BTG Pactual	EDV IV	Nacional	12/abr/16	17.500	CDI + 3,00% a.a	Único no final	Único no final	09/out/16
Nota Promissória Comercial 01/40 - BTG Pactual	EDV X	Nacional	12/abr/16	20.000	CDI + 3,00% a.a	Único no final	Único no final	09/out/16
Nota Promissória Comercial - Banco Fator S.A	Verde 8	Nacional	10/ago/16	30.000	CDI + 2,11% a.a	Único no final	Único no final	05/ago/17

(*) início da amortização em 15-nov-2016

(***) montante contratado em pesos colombianos

- (i) O crédito liberado por parte do BNDES para a controlada EDV's até 31 de dezembro 2016 ocorreu da seguinte forma:

Controlada	Montante contratado	Liberações					Saldo a Liberar
		Subcrédito A1	Subcrédito A1	Subcrédito A1	Subcrédito A1	Total	
		29/03/2016	23/05/2016	15/07/2016	15/08/2016		
EDV I	57.990	38.900	-	16.785	-	55.685	2.305
EDV II	32.220	-	28.000	1.096	2.592	31.688	532
EDV III	49.007	30.000	-	17.132	1.023	48.155	852
EDV IV	81.041	55.550	-	24.056	-	79.606	1.435
EDV X	41.042	27.000	-	13.320	-	40.320	722
Total	261.300	151.450	28.000	72.389	3.615	255.454	5.846

- d) A amortização dos empréstimos e financiamentos por moeda e indexador, é como segue:

Parcelas vencíveis por moeda e indexador	31/12/2016							
	Consolidado							
	R\$							
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Após 2022	Total
Moeda estrangeira								
Dólar norte-americano	300.300	71.285	-	-	-	-	-	371.585
Pesos colombianos	132.170	-	-	-	-	-	-	132.170
	432.470	71.285	-	-	-	-	-	503.755
Moeda nacional								
CDI	56.800	-	-	-	-	-	-	56.800
TJLP	107.053	104.705	105.870	105.911	105.158	104.905	625.063	1.258.665
Taxa fixa	67.094	59.190	58.525	55.578	50.049	44.885	70.358	405.679
(-) Custos a amortizar	(978)	(310)	(240)	(233)	(233)	(233)	(2.087)	(4.314)
	229.969	163.585	164.155	161.256	154.974	149.557	693.334	1.716.830
	662.439	234.870	164.155	161.256	154.974	149.557	693.334	2.220.585

24.Debêntures

a) O saldo das debêntures é composto da seguinte forma:

Financiadores / credores	Empresas	Controladora/ Consolidado									
		Circulante					Não Circulante				
		Encargos	Principal	Custos a amortizar	31/12/2016	31/12/2015	Encargos	Principal	Custos a amortizar	31/12/2016	31/12/2015
4ª Emissão	Alupar	9.163	99.990	(159)	108.994	9.196	-	50.010	-	50.010	149.854
5ª Emissão	Alupar	2.574	20.598	(13)	23.159	21.804	-	370.756	(122)	370.634	365.659
6ª Emissão	Alupar	4.155	-	(1.230)	2.925	2.745	-	282.646	(4.101)	278.545	260.011
		15.892	120.588	(1.402)	135.078	33.745	-	703.412	(4.223)	699.189	775.524
Operacionais											
1ª emissão	Windepar	-	-	-	-	-	322	67.500	(1.006)	66.816	-
1ª Emissão	EATE	-	-	-	-	19.764	-	-	-	-	-
2ª Emissão	EATE	1.677	60.000	(51)	61.626	63.400	-	-	(4)	(4)	59.957
3ª Emissão	EATE	932	83.052	(134)	83.850	84.197	-	103.896	(59)	103.837	186.761
4ª Emissão	EATE	3.022	37.412	(61)	40.373	22.036	-	102.882	(61)	102.821	140.173
5ª Emissão 1ª emissão	EATE	1.306	-	(101)	1.205	-	-	126.000	(151)	125.849	-
5ª Emissão 2ª emissão	EATE	574	-	(27)	547	-	-	54.000	(87)	53.913	-
2ª Emissão	ECTE	935	40.000	(25)	40.910	25.513	-	-	-	-	39.975
3ª Emissão	ECTE	1.488	-	(258)	1.230	6.282	-	65.002	(267)	64.735	64.481
1ª Emissão	ENTE	-	-	-	-	10.431	-	-	-	-	-
2ª Emissão	ENTE	4.713	58.353	(95)	62.971	34.372	-	160.470	(97)	160.373	218.635
3ª Emissão 1ª Série	ENTE	290	-	(64)	226	-	-	28.000	(96)	27.904	-
3ª Emissão 2ª Série	ENTE	128	-	(17)	111	-	-	12.000	(55)	11.945	-
1ª Emissão	ETEP	-	-	-	-	13.269	-	-	-	-	-
2ª Emissão	ETEP	1.311	16.235	(48)	17.498	9.530	-	44.647	(49)	44.598	60.787
3ª Emissão	Ferreira Gomes	2.220	1.105	(1.319)	2.006	(936)	-	275.054	(13.192)	261.862	239.938
1ª Emissão	STN	1.970	23.765	(116)	25.619	13.942	-	65.352	(184)	65.168	88.817
1ª Emissão	Transirapé	291	15.938	(35)	16.194	12.152	-	-	-	-	15.902
1ª Emissão	Transleste	1.049	12.941	(56)	13.934	7.623	-	35.760	(145)	35.615	48.480
1ª Emissão	Transudeste	343	18.763	(39)	19.067	14.567	-	-	-	-	18.723
		22.249	367.564	(2.446)	387.367	336.142	322	1.140.563	(15.453)	1.125.432	1.182.629
Pré Operacionais											
1ª Emissão	EDV I	-	-	-	-	25.432	-	-	-	-	-
2ª Emissão	EDV I	-	-	-	-	24.386	-	-	-	-	-
1ª Emissão	EDV II	-	-	-	-	15.251	-	-	-	-	-
2ª Emissão	EDV II	-	-	-	-	13.781	-	-	-	-	-
1ª Emissão	EDV III	-	-	-	-	22.893	-	-	-	-	-
2ª Emissão	EDV III	-	-	-	-	19.083	-	-	-	-	-
1ª Emissão	EDV IV	-	-	-	-	33.062	-	-	-	-	-
2ª Emissão	EDV IV	-	-	-	-	25.447	-	-	-	-	-
1ª Emissão	EDV X	-	-	-	-	20.341	-	-	-	-	-
2ª Emissão	EDV X	-	-	-	-	23.326	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	223.002	-	-	-	-	-
Total - Debêntures - Circulante		38.141	488.152	(3.848)	522.445	592.889	322	1.843.975	(19.676)	1.824.621	1.958.153

Alupar Investimento S.A.

b) As principais características das debêntures são conforme segue:

Financiadores / credores	Empresas operacionais	Consolidado						
		Condições contratadas das debêntures						
		Data da Contratação	Vencimento	Principal contratado	Taxa efetiva a.a.		Periodicidade da amortização	
					Indexador	Juros (%)	Principal	Encargos
4ª Emissão	Alupar	fev/12	fev/18	150.000	CDI	1,45	Semestral	Semestral
5ª Emissão	Alupar	mai/12	mai/27	300.000	IPCA	7,80	Anual	Semestral
6ª Emissão	Alupar	abr/15	abr/21	250.000	IPCA	7,33	Anual	Semestral
1ª Emissão	Windepar	dez/16	dez/28	67.500	IPCA	7,63	Semestral	Semestral
2ª Emissão	EATE	out/12	out/17	150.000	CDI	0,99	Semestral	Semestral
3ª Emissão	EATE	mar/14	mar/19	270.000	CDI	1,15	Trimestral	Trimestral
4ª Emissão	EATE	ago/14	ago/20	159.000	109,75% CDI		Trimestral	Trimestral
5ª Emissão - 1ª emissão	EATE	set/16	set/19	126.000	113,00% CDI		Único no final	mensal
5ª Emissão - 2ª emissão	EATE	set/16	set/21	54.000	116,00% CDI		Único no final	mensal
2ª Emissão	ECTE	out/12	out/17	80.000	CDI	0,99	Semestral	Semestral
3ª Emissão	ECTE	mai/15	fev/20	70.000	CDI	2,15	Trimestral	Trimestral
2ª Emissão	ENTE	ago/14	ago/20	248.000	109,75% CDI		Trimestral	Trimestral
3ª Emissão - 1ª emissão	ENTE	set/16	set/19	28.000	113,00% CDI		Único no final	mensal
3ª Emissão - 2ª emissão	ENTE	set/16	set/21	12.000	116,00% CDI		Único no final	mensal
2ª Emissão	ETEP	ago/14	ago/20	69.000	109,75% CDI		Trimestral	Trimestral
3ª Emissão	Ferreira Gomes	jun/14	dez/27	210.900	IPCA	6,47	Semestral	Semestral
1ª Emissão	STN	ago/14	ago/20	101.000	109,75% CDI		Trimestral	Trimestral
1ª Emissão	Transirapé	nov/12	nov/17	42.500	CDI	0,99	Semestral	Semestral
1ª Emissão	Transleste	ago/14	ago/20	55.000	109,75% CDI		Trimestral	Trimestral
1ª Emissão	Transudeste	nov/12	nov/17	47.500	CDI	0,99	Semestral	Semestral

A Administração da Companhia e suas controladas e investidas mantêm o acompanhamento dos índices financeiros definidos em contrato. As cláusulas restritivas quantitativas da Companhia e de suas controladas estão relacionadas, principalmente, com índices financeiros obtidos utilizando o EBITDA, tal como o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD"), e Índice de Capital Proprio ("ICP") que são calculados anualmente, com exceção do contrato de debêntures da controlada Ferreira Gomes S. A., o qual é exigido trimestralmente. O não cumprimento dessas cláusulas restritivas acarreta o vencimento antecipado das debêntures. Em 31 de dezembro de 2016, todas as cláusulas restritivas foram atendidas, e estes índices, estavam dentro dos limites estabelecidos nos contratos de dívida da Companhia de acordo com as metodologias explícitas em seus contratos de suas controladas e investidas.

No quarto trimestre de 2016, findo em 31 de dezembro de 2016 a controlada Ferreira Gomes Energia S.A atendeu o Índice de Capitalização (ICP) e o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) estabelecidos no contrato de debêntures. A controlada Ferreira Gomes Energia S.A atingiu os índices acima mencionados para todos os trimestres do exercício de 2016, exceto para o segundo trimestre, findo em 30 de junho de 2016, porém a controlada Ferreira Gomes Energia S.A não encontra-se inadimplente perante o cumprimento de tal índice, pois de acordo com cláusula VII, item 7.2, subitem (xxxiii) da Escritura se faz necessário dois trimestres consecutivos de não atendimento do índice para descumprimento dos covenants.

As debêntures da Companhia e de suas controladas não são conversíveis.

Alupar Investimento S.A.

c) A movimentação das debêntures é conforme segue:

Financiadores / credores	Empresa	Controladora/ Consolidado						
		Saldo inicial	Ingresso de dívidas (Custo a amortizar)	Provisão de encargos	Variação monetária	Amortização do principal	Amortização dos encargos	Saldo final
		31/12/2015						31/12/2016
4ª Emissão	Alupar	159.050	-	22.769	-	-	(22.815)	159.004
5ª Emissão	Alupar	387.463	-	31.673	25.049	(20.068)	(30.324)	393.793
6ª Emissão	Alupar	262.756	-	23.527	15.148	-	(19.961)	281.470
		809.269	-	77.969	40.197	(20.068)	(73.100)	834.267
1ª Emissão	EATE	19.764	-	350	-	(19.652)	(462)	-
2ª Emissão	EATE	123.357	-	13.612	-	(60.000)	(15.347)	61.622
3ª Emissão	EATE	270.958	-	34.199	-	(83.052)	(34.418)	187.687
4ª Emissão	EATE	162.209	-	22.540	-	(18.706)	(22.849)	143.194
5ª Emissão 1ª emissão	EATE	-	126.000	5.846	-	-	(4.792)	127.054
5ª Emissão 2ª emissão	EATE	-	54.000	2.573	-	-	(2.113)	54.460
2ª Emissão	ECTE	65.488	-	7.941	-	(24.000)	(8.519)	40.910
3ª Emissão	ECTE	70.763	-	10.722	-	(4.998)	(10.522)	65.965
1ª Emissão	EDV I	25.432	-	1.149	-	(21.740)	(4.841)	-
2ª Emissão	EDV I	24.386	-	1.215	-	(23.000)	(2.601)	-
1ª Emissão	EDV II	15.251	-	693	-	(13.040)	(2.904)	-
2ª Emissão	EDV II	13.781	-	689	-	(13.000)	(1.470)	-
1ª Emissão	EDV III	22.893	-	1.035	-	(19.570)	(4.358)	-
2ª Emissão	EDV III	19.083	-	952	-	(18.000)	(2.035)	-
1ª Emissão	EDV IV	33.062	-	1.491	-	(28.260)	(6.293)	-
2ª Emissão	EDV IV	25.447	-	1.267	-	(24.000)	(2.714)	-
1ª Emissão	EDV X	20.341	-	921	-	(17.390)	(3.872)	-
2ª Emissão	EDV X	23.326	-	1.162	-	(22.000)	(2.488)	-
1ª Emissão	Windepar	-	66.494	322	-	-	-	66.816
1ª Emissão	ENTE	10.431	-	186	-	(10.372)	(245)	-
2ª Emissão	ENTE	253.007	-	35.372	-	(29.177)	(35.858)	223.344
3ª Emissão 1ª Série	ENTE	-	28.000	1.345	-	-	(1.215)	28.130
3ª Emissão 2ª Série	ENTE	-	12.000	601	-	-	(545)	12.056
1ª Emissão	ETEP	13.269	-	979	-	(13.227)	(1.021)	-
2ª Emissão	ETEP	70.317	-	9.933	-	(8.118)	(10.036)	62.096
3ª Emissão	Ferreira Gomes	239.002	-	17.801	16.483	-	(9.418)	263.868
1ª Emissão	STN	102.759	-	14.369	-	(11.767)	(14.574)	90.787
1ª Emissão	Transirapé	28.054	-	3.426	-	(11.687)	(3.599)	16.194
1ª Emissão	Transleste	56.103	-	7.856	-	(6.471)	(7.939)	49.549
1ª Emissão	Transudeste	33.290	-	4.055	-	(14.013)	(4.265)	19.067
		2.551.042	286.494	282.571	56.680	(535.308)	(294.413)	2.347.066
Circulante		592.889						522.445
Não circulante		1.958.153						1.824.621
		2.551.042						2.347.066

As principais movimentações de captações e liquidações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram as seguintes:

Financiadores/credores	Empresa	Data da contratação	Valor contratado	Taxa de juros	Amortização do principal	Amortização dos juros	Data da liquidação
1ª Emissão	EATE	16/mar/11	360.000	CDI + 1,30% a.a.	Mensal	Mensal	16/mar/16
1ª Emissão	ENTE	16/mar/11	190.000	CDI + 1,30% a.a.	Mensal	Mensal	16/mar/16
1ª Emissão	ETEP	30/nov/11	70.000	112,5% CDI	Mensal	Mensal	30/nov/16
1ª Emissão	EDV I	16/out/14	21.740	110,0% CDI	Único no final	Único no final	16/abr/16
1ª Emissão	EDV II	16/out/14	13.040	110,0% CDI	Único no final	Único no final	16/abr/16
1ª Emissão	EDV III	16/out/14	19.570	110,0% CDI	Único no final	Único no final	16/abr/16
1ª Emissão	EDV IV	16/out/14	28.260	110,0% CDI	Único no final	Único no final	16/abr/16
1ª Emissão	EDV X	16/out/14	17.390	110,0% CDI	Único no final	Único no final	16/abr/16
2ª Emissão	EDV I	15/jul/15	23.000	110,0% CDI	Único no final	Único no final	15/mai/16
2ª Emissão	EDV II	15/jul/15	13.000	110,0% CDI	Único no final	Único no final	15/mai/16
2ª Emissão	EDV III	15/jul/15	18.000	110,0% CDI	Único no final	Único no final	15/mai/16
2ª Emissão	EDV IV	15/jul/15	24.000	110,0% CDI	Único no final	Único no final	15/mai/16
2ª Emissão	EDV X	15/jul/15	22.000	110,0% CDI	Único no final	Único no final	15/mai/16
3ª Emissão - 1ª emissão	ENTE	06/set/16	28.000	113,00% CDI	Único no final	mensal	06/set/19
3ª Emissão - 2ª emissão	ENTE	06/set/16	12.000	116,00% CDI	Único no final	mensal	06/set/21
5ª Emissão - 1ª emissão	EATE	06/set/16	126.000	113,00% CDI	Único no final	mensal	06/set/19
5ª Emissão - 2ª emissão	EATE	06/set/16	54.000	116,00% CDI	Único no final	mensal	06/set/21

Os valores apresentados acima refere-se ao valor contratado inicial e não ao valor efetivamente liquidado no exercício.

d) A amortização das debêntures por indexador é como segue:

Alupar Investimento S.A.

Parcelas vencíveis por indexador	31/12/2016							
	Consolidado							
	R\$							
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Após 2022	Total
CDI	495.641	308.774	359.558	113.687	66.000	-	-	1.343.660
IPCA	30.653	54.884	54.884	216.805	216.805	75.482	377.416	1.026.930
(-) Custos a amortizar	(3.849)	(3.271)	(2.959)	(2.644)	(1.753)	(1.375)	(7.675)	(23.524)
	522.445	360.388	411.484	327.849	281.053	74.108	369.741	2.347.066

25. Provisões para contingências

- a) As provisões constituídas para contingências e respectivo saldo de depósitos judiciais, em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, por natureza, estão abaixo demonstrados:

	Consolidado			
	Passivo		Ativo	
	Provisões		Depósitos judiciais	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Processos judiciais				
Tributário	2.243	2.080	3.213	2.852
Cível	49	1	3.616	3.373
Fundiário	-	-	3.793	229
Trabalhista	4.475	2.198	2.634	1.212
Processos administrativos				
Regulatório (ANEEL)	-	-	1	-
	6.767	4.279	13.257	7.666
Circulante	277	66	-	-
Não circulante	6.490	4.213	13.257	7.666
	6.767	4.279	13.257	7.666

- b) A movimentação da provisão para contingências é como segue:

	Consolidado				
	Saldo inicial	Ingressos	Atualizações	Reversão	Pagamentos
	31/12/2015				
Processos judiciais					
Tributário	2.080	-	163	-	-
Cível	1	61	-	(13)	-
Trabalhista	2.198	2.727	-	(314)	(136)
	4.279	2.788	163	(327)	(136)

A administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em Nota Explicativa, as demandas jurídicas cujo valor em risco da causa supere R\$ 2.000 para as demandas vinculadas a Companhia e R\$ 1.000 para as demandas vinculadas as empresas Controladas e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

Alupar Investimento S.A.

(A) Processos Provisionados: a Companhia e/ou suas controladas figura como parte em demandas que, individualmente e, na avaliação de nossa administração, sejam consideradas relevantes para os negócios, a saber:

(i) Demandas Fiscais:

- Mandado de Segurança nº 00022535720094036100, movido pela Companhia em face do Delegado da Receita Federal de São Paulo, em trâmite perante a 5ª Vara da Justiça Federal de São Paulo. Visa a exclusão dos valores recebidos a título de juros sobre o capital próprio da base de cálculo do PIS e COFINS. O valor em risco é aproximadamente R\$ 2.350. A época e os valores a serem pagos dependem de decisão judicial final.

(ii) Demandas Cíveis:

Ação de Execução nº 00503476720108160001 proposta pela Construtora Triunfo S.A. contra a Controlada Foz do Rio Claro Energia S.A., a qual requer a revisão do contrato de prestação de serviços. O valor em risco aproximado é de R\$ 2.519. A época e os valores a serem pagos dependem de decisão judicial final.

(B) Obrigações Contingêntes não provisionadas: embora tais processos não sejam provisionados pela Companhia e/ou suas controladas, merecem destaques as seguintes demandas, com chance possível de perda:

(i) Demandas Fiscais:

- Processo Administrativo nº 10880908850201376, movido pela Companhia, em trâmite perante a Delegacia da Receita Federal. Trata-se de pedido de restituição de crédito (Perd/Comp), cujo valor em risco é de aproximadamente R\$ 6.111.
- Processo Administrativo nº 10880946290201277, movido pela Companhia, em trâmite perante a Delegacia da Receita Federal. Trata-se de pedido de restituição de crédito (Perd/Comp), cujo valor em risco é de aproximadamente R\$ 4.242.
- Processo Administrativo nº 19515722963201238, em face da Controlada Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (EATE), em trâmite perante a Delegacia da Receita Federal. Trata-se de auto de infração referente a IRPJ, CLSS, PIS e COFINS no período de 2007 a 2010, cujo valor em risco é de aproximadamente R\$ 2.202;
- Execução Fiscal nº 00008348820148110047, em face da Controlada Transmissora Matogrossense de Energia S.A. (TME), em trâmite perante a Vara Única de Jauru, cuja nossa responsabilidade é solidária. Trata-se de Execução Fiscal requerendo a diferença de recolhimento de alíquota de ISS, sendo o devedor principal a empresa Global Energia Elétrica S.A. e Mavi Engenharia e Construções Ltda., cujo valor em risco é de aproximadamente R\$ 1.216.
- Processo Administrativo nº 10480902369201037, movido pela União em face da Controlada Sistema de Transmissão do Nordeste S.A. (STN), em trâmite perante a Delegacia da Receita Federal de Recife/PE. Trata-se de pedido de ressarcimento de crédito oriundo de saldo negativo de IRPJ, apurado no período 2005, com compensação de débitos de PIS, COFINS e IRPJ. O valor em risco aproximado pe de R\$ 1.631;

Alupar Investimento S.A.

- Auto de Infração nº 000492/2015, lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de Roraima em face da Controlada Transnorte Energia S.A. (TNE), em trâmite perante a Agência Especial de Renda de Boa Vista – RR, visando cobrança de diferencial de alíquota de ICMS referente ao período de 06/2014 a 11/2014 (Convênio CONFAZ nº 143/2012 e Decreto nº 14.982/2013). O valor em risco aproximado é de R\$ 9.967;

(ii) Demandas Cíveis:

- Ação Civil Pública nº 00099563820104013100 proposta pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público Estadual do Amapá, em face da Companhia, da Aneel, do Diretor-Presidente do IMAp (Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá) e da SEMA/AP - Secretaria do Estado do Meio Ambiente do Estado do Amapá. Trata-se de uma ação de obrigação de fazer e de não fazer para prevenção de danos ambientais envolvendo o licenciamento ambiental. O valor em risco aproximado é de R\$ 1.519;
- Ação Civil Pública nº 00335301320054047100 proposta pelo Núcleo Amigos da Terra Brasil em face da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler/RS – FEPAM, União Federal, Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, sendo que, o Estado do Rio Grande do Sul, e a Controlada Ijuí Energia S.A. e Eletrosul Centrais Elétricas S.A. figuram como assistentes no processo. Trata-se de uma ação civil pública ajuizada com fito de discutir o licenciamento ambiental das Usinas Hidrelétricas Passo São João (LP nº 710/2005-DL) e São José (LP nº 711/2005-DL). O valor em risco aproximado é de R\$ 1;
- Ação Civil Pública nº 00016274120158030006 proposta pelo Ministério Público do Estado do Amapá, na qual requer a indenização em decorrência de supostos danos materiais e morais causados pela Controlada Ferreira Gomes Energia S/A ao meio ambiente. Não há valor em risco envolvido.
- Ação Civil Pública nº 201201963790 (0196379-30.2012.8.09.0142) proposta pelo Ministério Público do Estado de Goiás em face da Companhia e do Estado de Goiás, com pedido de liminar, com objetivo de declarar a nulidade da licença prévia emitida para o empreendimento PCH Verde 08, tendo em vista a alegada ocorrência de falhas no EIA-RIMA apresentado pelo empreendimento. Liminar revogada e empreendimento em fase de implantação. O valor em risco aproximado é de R\$ 13;
- Ação Civil Pública nº 001983412020148090142 proposta pelo Ministério Público do Estado de Goiás em face da Companhia e do Estado de Goiás com pedido de liminar. A presente ação possui como objetivo coibir a concessão da licença prévia pela SEMARH à Companhia, necessária para a construção da Usina Hidrelétrica Verde 11 Alto. Não há valor em risco envolvido.
- Ação Revisional nº 00818741920118190001 proposta pela empresa Naturasul em face da Controlada Ijuí Energia S.A., a qual requer a revisão do contrato de prestação de serviços. O valor em risco aproximado é de R\$ 5.775;
- Ação de Execução nº 00503424520108160001 proposta pela Construtora Triunfo S.A. contra a Controlada Foz do Rio Claro Energia S.A., a qual requer a revisão do contrato de prestação de serviços. O valor em risco aproximado é de R\$ 1.399;

Alupar Investimento S.A.

- Ação de Execução nº 00503433020108160001 proposta pela Construtora Triunfo S.A. contra a Controlada Foz do Rio Claro Energia S.A., a qual requer a revisão do contrato de prestação de serviços. O valor em risco aproximado é de R\$ 1.184;
- Ação de Execução nº 00503441520108160001 proposta pela Construtora Triunfo S.A. contra a Controlada Foz do Rio Claro Energia S.A., a qual requer a revisão do contrato de prestação de serviços. O valor em risco aproximado é de R\$ 1.853;
- Ação Monitória nº 00465158420148160001 proposta pela Construtora Triunfo S.A. contra a Controlada Foz do Rio Claro Energia S.A., na qual requer condenação ao pagamento decorrente de serviços adicionais relacionados ao Contrato de Empreitada. O valor em risco aproximado é de R\$ 8.368;
- Ação Civil Pública nº 00184082320134013200 proposta pelo Ministério Público Federal em face da Controlada Trasnorte para preservação de direitos indígenas supostamente ofendidos. O valor em risco aproximado é de R\$ 1.211;
- Ação Ordinária nº 11027876220158260100 proposta por Açotubo Indústria e Comércio Ltda. em face da Alumini Engenharia S.A., por suposto crédito consubstanciado nas ordens de compra e notas fiscais, direcionada à Companhia por suposto vínculo societário. O valor em risco aproximado é de R\$ 5.893.
- Ação Indenizatória nº 00022561520158030006 proposta por Dolivar Alfredo Furtado Abdon em face da Controlada Ferreira Gomes Energia S.A., na qual requer a condenação por supostos prejuízos materiais e morais ocasionados durante a construção do empreendimento. O valor em risco aproximado é de R\$ 1.062.

(iii) **Demandas Trabalhistas:** não existem demandas judiciais ou administrativas de natureza trabalhista com risco possível de perda que, individualmente e, na avaliação de nossa administração, sejam considerados relevantes para nossos negócios.

(iv) **Demandas Arbitrais:** existem dois procedimentos arbitrais com risco de perda possível, a saber:

- Procedimento Arbitral nº 230, instaurado pelo Consórcio Fornecedor Foz do Rio Claro (Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A. e Sadefem Equipamentos e Montagens S.A. – responsáveis pelo fornecimento e montagem eletromecânica), em face da Controlada Foz do Rio Claro Energia S.A. O valor em risco aproximado é de R\$ 20.000.
- Procedimento Arbitral nº 21212/ASM, instaurado pela TSK Energia Desenvolvimento LTDA em face da Controlada Ferreira Gomes Energia S.A. em trâmite perante a Corte Internacional de Comércio (“ICC” – Internacional Chamber of Arbitration). Trata-se de procedimento arbitral para dirimir controvérsia decorrente de “Contrato de Empreitada Total e Prazo Determinado para a Execução das Montagens dos Equipamentos Eletromecânicos, Hidromecânicos, Sistemas e Instalações” da AHE Ferreira Gomes. O valor em risco não pode ser estimado.

Alupar Investimento S.A.

- Procedimento Arbitral nº 22375/ASM, instaurado pela GCZ Construcción S.A.C. em face da Controlada La Virgen S.A.C. em trâmite perante a Corte Internacional de Comércio (“ICC” – Internacional Chamber of Arbitration) na cidade de Lima, Peru. Trata-se de procedimento arbitral para dirimir controvérsia decorrente de “Contrato para execução de obras civis” da Pequena Central Hidrelétrica La Virgen. O valor em risco estimado pelo escritório que patrocina a demanda é de US\$ 7,642 mil. Existe uma contra pretensão apresentada por La Virgen com valor estimado de US\$ 7,000 mil.
- Procedimento Arbitral nº 22414/ASM, instaurado pela GCZ Ingerieros S.A.C. em face da Controlada La Virgen S.A.C. em trâmite perante a Corte Internacional de Comércio (“ICC” – Internacional Chamber of Arbitration) na cidade de Lima, Peru. Trata-se de procedimento arbitral para dirimir controvérsia decorrente de “Contrato de Fornecimento e Montagem de Equipamentos” da Pequena Central Hidrelétrica La Virgen. O valor em risco estimado pelo escritório que patrocina a demanda é de US\$ 2,910 mil. Existe uma contra pretensão apresentada por La Virgen com valor estimado de US\$ 0,9 mil.

(v) **Demandas Ambientais:** Existem dois Autos de Infração com probabilidade de perda possível, nos quais transcrevemos abaixo:

- Auto de Infração Ambiental nº 013596-A, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, em face da Controlada Ferreira Gomes Energia S.A. por ter a empresa, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente. O valor em risco aproximado é de R\$ 20.000.

Destacamos que a Controlada Ferreira Gomes Energia S.A. firmou Termo de Ajustamento de Conduta no qual suspendeu o procedimento administrativo em curso no IMAP até o seu integral cumprimento. Ao final, cumpridas as obrigações assumidas, será extinto.

- Auto de Infração Ambiental nº 014689-A, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, em face da Controlada Ferreira Gomes Energia S.A. por ter a empresa, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R\$ 30.000.

Ainda, existem cinco ações civis públicas de natureza ambiental, na qual a Companhia e/ou suas Controladas, figuram na qualidade de réus, com probabilidade de risco possível, que se encontram mencionadas no item “B”, parte “ii”.

(vi) **Demandas Penais:**

- Ação Penal Pública nº 00016282620158030006, proposta pelo Ministério Público do Estado do Amapá em face da Controlada Ferreira Gomes Energia S.A. e outros, na qual requer a condenação dos Réus em decorrência de supostos danos materiais causados ao meio ambiente. Não há valor em risco envolvido.

Destacamos que a Controlada Ferreira Gomes Energia S.A. firmou Termo de Ajustamento de Conduta no qual suspendeu o curso da Ação Penal Pública até o seu integral cumprimento. Ao final, cumpridas as obrigações assumidas, será extinta.

a) Capital autorizado

Nos termos do artigo 8º do seu Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, por meio da emissão de ações ordinárias e/ou ações preferenciais, até o limite de 1.000.000.000 (Um bilhão) de ações. Compete, igualmente, ao Conselho de Administração fixar as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de integralização.

Dentro do limite de capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, a Companhia poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedade sob seu controle.

Ademais, os acionistas da Companhia possuem direito de preferência para subscrição de novas ações, ou quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações, cujo prazo para exercício será de 30 (trinta) dias. Este direito de preferência poderá, no entanto, a critério do Conselho de Administração, ser excluído ou ter seu prazo para exercício reduzido, na emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos na Lei das Sociedades por Ações, dentro do limite do capital autorizado.

b) Capital social

Em 20 de abril de 2016, através de Assembleia Geral Extraordinária aprovou um aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 173.306.099,20 (cento e setenta e três milhões, trezentos e seis mil, noventa e nove reais e vinte centavos), mediante a capitalização de parte da reserva de investimento da Companhia a título de bonificação em ações à razão de 6,5%, através da emissão de 40.618.617 (quarenta milhões, seiscentas e dezoito mil, seiscentas e dezessete) novas ações, todas escriturais e sem valor nominal, respeitado proporção atual do capital social da Companhia entre as ações ordinárias e ações preferenciais, a serem bonificadas aos acionistas e detentores de Units na proporção de 6,50 (seis virgula cinquenta) novas ações para cada 100 (cem) ações possuídas, independente da sua espécie, nos termos do artigo 169 da Lei nº 6.404/76.

Em 31 de dezembro de 2016 o capital social da Companhia no valor total de R\$ 2.148.533, está representado por 554.233.455 (461.243.596 em 31 de dezembro de 2015) ações ordinárias e 196.652.815 (163.658.204 em 31 de dezembro de 2015) ações preferenciais, conforme segue abaixo:

	31/12/2016				31/12/2015			
	Ordinárias		Preferenciais		Ordinárias		Preferenciais	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas								
Guarupart Participações Ltda	445.995.367	80,47	12.471.128	6,34	387.609.996	84,04	16.391.004	10,02
FI - FGTS	35.162.754	6,34	70.325.508	35,76	29.243.000	6,34	58.486.000	35,74
Ações em circulação	73.075.334	13,18	113.856.179	57,90	44.390.600	9,62	88.781.200	54,25
Total das ações	554.233.455	100,00	196.652.815	100,00	461.243.596	100,00	163.658.204	100,00

Alupar Investimento S.A.

c) Reserva de Lucros

c.1) Reserva legal: De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de distribuição de dividendos.

c.2) Reserva de lucros: Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva de investimentos à disposição da Assembleia, para sua destinação.

d) Reserva de capital

As reservas de capital são decorrentes de ganho ou perda em transação de capital e de reserva para reinvestimento, conforme segue:

Controladora		
	31/12/2016	31/12/2015
Ganho (perda) em transação de capital		
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	86.821	86.821
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (*)	(3.915)	(3.915)
Transchile Charrúa Transmisión S.A.	-	(21.499)
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	(4.747)	(4.747)
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	(3.000)	(3.000)
Foz do Rio Claro Energia S.A.	(24.211)	(1.472)
	<u>50.948</u>	<u>52.188</u>
Reserva para reinvestimento		
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	504	504
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	57	57
	<u>561</u>	<u>561</u>
	<u>51.509</u>	<u>52.749</u>

(*) Perda de capital gerada na aquisição de ações da controlada ECTE

e) Outros resultados abrangentes

Referem-se ao ganho e perda na conversão das demonstrações financeiras das controladas domiciliadas no exterior, conforme demonstrado abaixo:

Controladora		
	31/12/2016	31/12/2015
Saldo no início do exercício	43.276	15.934
Diferenças cambiais decorrentes da conversão dos ativos de operações no exterior		
Controladas:		
Transchile Charrúa Transmisión S.A.	(43.241)	32.278
La Virgen S.A.C.	(2.174)	4.397
Risaralda Energía S.A.S.E.S.P.	(2.704)	1.825
Alupar Inversiones Peru S.A.C.	2.134	(11.058)
Alupar Chile Inversiones SpA	157	(100)
Alupar Colômbia S.A.S.	1.157	-
Saldo no fim do período / exercício	<u>(1.395)</u>	<u>43.276</u>

Alupar Investimento S.A.

f) Destinação do resultado

De acordo com o artigo 37 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas terão direito de receber como dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, acrescido ou diminuído dos seguintes valores: a) importância destinada à constituição de reserva legal; b) importância destinada à constituição de reserva para contingência e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores.

(Em reais)	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido do exercício	310.811.641,69	209.168.901,34
Reserva Legal (5%)	15.540.582,08	10.458.445,07
Lucro líquido ajustado	295.271.059,61	198.710.456,27
Dividendo mínimo obrigatório calculado (%)	50,000000%	50,000000%
Dividendo mínimo obrigatório calculado	147.635.529,80	99.355.228,14
Dividendo proposto em relação ao lucro líquido ajustado (%)	50,860810%	50,000000%
Dividendo mínimo obrigatório proposto	150.177.254,00	99.355.228,14
Qtde de ações	750.886.270	624.901.800
valor por ação	0,2000	0,1590
valor por UNIT	0,6000	0,4770
Ações ordinárias	554.233.455	461.243.596
Ações preferenciais	196.652.815	163.658.204
Total de ações	750.886.270	624.901.800

g) Participação de acionistas não controladores

Os proventos pagos a título de dividendos e juros sobre capital próprio referem-se aos dividendos e juros sobre capital próprio declarados a acionistas não controladores das controladas.

27.Resultado por ação

Os dados do resultado por ação são apresentados por tipo e natureza de ação. Tal apresentação está de acordo com a prática no Brasil de negociação e cotação de ações em lotes de ações. A Companhia possui ações nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A tabela a seguir apresenta o cálculo da média ponderada de ações em circulação e o resultado por ação da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	Controladora	
	Exercício findo em	
	31/12/2016	31/12/2015
Numerador:		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores	310.812	209.169
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada do número de ações ordinárias (*)	502.021	461.244
Média ponderada do número de ações preferenciais (*)	178.127	163.658
Lucro por ação		
Resultado básico e diluído por ação ordinária (*)	0,45698	0,33472
Resultado básico e diluído por ação preferenciais (*)	0,45698	0,33472

A Companhia não possui instrumentos diluidores, tais como, instrumentos conversíveis em ações, opções ou os bônus de subscrição.

28.Receita operacional líquida

Consolidado		
Exercício findo em		
	31/12/2016	31/12/2015
Receita operacional bruta		
Sistema de transmissão de energia		
Receita de transmissão de energia	114.924	108.653
Receita de infraestrutura	39.815	75.777
Remuneração do ativo financeiro da concessão	1.086.925	1.070.003
	1.241.664	1.254.433
Sistema de geração de energia		
Suprimento de energia (Nota 29)	463.626	378.486
	463.626	378.486
Total - Receita operacional bruta	1.705.290	1.632.919
Tributos sobre a receita operacional bruta		
Programa de Integração Social - PIS	(16.123)	(14.892)
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(73.950)	(68.670)
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	(7.104)	(5.115)
Imposto sobre Serviços - ISS	(450)	(472)
Imposto sobre o valor agregado - IVA	(403)	-
	(98.030)	(89.149)
Encargos regulamentares da concessão		
Quota para reserva global de reversão - RGR	(32.691)	(31.272)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(5.788)	(5.361)
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	(5.788)	(5.354)
Ministério de minas e energia - MME	(2.893)	(2.680)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(6.289)	(5.544)
	(53.449)	(50.211)
Total - Deduções da receita operacional bruta	(151.479)	(139.360)
Receita operacional líquida	1.553.811	1.493.559

29.Suprimento de energia e energia comprada para revenda

Consolidado						
Exercício findo em						
31/12/2016			31/12/2015			
MWh	Preço Médio	Valor	MWh	Preço Médio	Valor	
Suprimento de energia						
Contrato bilateral - ambiente livre	393.774	253,11	99.668	672.514	204,70	137.666
Contrato bilateral - ambiente livre - comercialização	291.546	122,98	35.854	-	-	-
Contrato bilateral - ambiente regulado	2.273.890	135,60	308.329	1.524.240	127,16	193.818
Gross-up ICMS	-	-	6.878	-	-	5.136
Desconto Incondicional	-	-	(347)	-	-	-
MRE e Spot (energia de curto prazo)	-	-	13.244	-	-	41.866
Total - Receita operacional bruta		463.626			378.486	
Energia comprada para revenda						
Contrato bilateral - ambiente livre	(413.650)	100,27	(41.476)	(436.440)	174,50	(76.158)
MRE / Spot e outros ajustes	-	-	(22.692)	-	-	5.438
(-) Crédito de Pis/Cofins energia	-	-	7.130	-	-	12.211
		(57.038)			(58.509)	

Alupar Investimento S.A.

Em 06 de março de 2013, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) fez publicar a Resolução nº 03/2013, que (i) estabelece diretrizes para a internalização de mecanismo de aversão a risco nos programas computacionais para estudos energéticos e formação de preço e (ii) permite ao Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE despachar Usinas Termelétricas – UTEs fora da ordem de mérito econômico. De acordo com esta Resolução CNPE 03/13, parte significativa do custeio das UTEs recairá sobre as geradoras hidrelétricas, seja no período transitório (até a homologação dos novos programas computacionais) ou no período permanente. Atualmente o rateio dos custos de despacho das UTEs previsto na Resolução do CNPE 03/13 está suspenso para as controladas de geração da Companhia e para alguns agentes, em função dos mesmos estarem amparados pela liminar obtida em 22 de agosto de 2013 pela associação que os representam. Caso a decisão judicial seja desfavorável, as controladas de geração da Companhia, terão que registrar a título de Encargos de Serviços do Sistema o montante de R\$ 14.688.

30.Custos e despesas operacionais

	Controladora							
	Exercício findo em							
	31/12/2016				31/12/2015			
	Despesas operacionais		Custos dos serviços prestados	Total	Despesas operacionais		Custos dos serviços prestados	Total
	Gerais e administrativas	Outras			Gerais e administrativas	Outras		
Pessoal	(18.117)	-	(759)	(18.876)	(21.540)	-	(221)	(21.761)
Material	(174)	-	-	(174)	(272)	-	-	(272)
Serviços de terceiros	(12.807)	-	(101)	(12.908)	(6.793)	-	(3)	(6.796)
Depreciação e amortização	(1.299)	-	-	(1.299)	(1.351)	-	-	(1.351)
Aluguéis	(1.705)	-	(1)	(1.706)	(1.204)	-	(1)	(1.205)
Seguros	188	-	-	188	(48)	-	-	(48)
Doações, contribuições e subvenções	(163)	-	-	(163)	(173)	-	-	(173)
Perdas de capital	-	(3.293)	-	(3.293)	-	(39)	-	(39)
Outros tributos e taxas	(741)	-	(34)	(775)	(654)	-	(4)	(658)
Outras	(92)	-	-	(92)	(61)	-	-	(61)
Total	(34.910)	(3.293)	(895)	(39.098)	(32.096)	(39)	(229)	(32.364)

	Consolidado									
	Exercício findo em									
	31/12/2016					31/12/2015				
	Custos operacionais		Despesas operacionais		Total	Custos operacionais		Despesas operacionais		Total
	Custos dos serviços prestados	Custo de infraestrutura	Gerais e administrativas	Outras		Custos dos serviços prestados	Custo de infraestrutura	Gerais e administrativas	Outras	
Pessoal	(44.092)	(4.926)	(39.072)	-	(88.090)	(39.102)	(8.515)	(56.324)	-	(103.941)
Material	(10.805)	(7.082)	(501)	-	(18.388)	(10.251)	(289)	(1.478)	-	(12.018)
Serviços de terceiros	(51.500)	(14.271)	(27.598)	-	(93.369)	(42.314)	(18.766)	(27.111)	-	(88.191)
Gerenciamento de obras	-	(3.955)	-	-	(3.955)	-	(658)	-	-	(658)
Depreciação e amortização	-	-	(4.691)	-	(4.691)	-	-	(4.805)	-	(4.805)
Provisão (reversão) para contingências	(2.029)	-	(100)	-	(2.129)	(1.169)	-	-	-	(1.169)
Aluguéis	(5.840)	-	(4.459)	-	(10.299)	(5.149)	-	(4.200)	-	(9.349)
Seguros	(8.880)	-	9	-	(8.871)	(2.232)	(1)	(2.028)	-	(4.261)
Doações, contribuições e subvenções	(386)	-	(5.050)	-	(5.436)	(256)	-	(7.731)	-	(7.987)
Perdas de capital	-	-	-	(3.304)	(3.304)	-	-	-	(39)	(39)
Outros tributos e taxas	(786)	(5.071)	(2.535)	-	(8.392)	(433)	(207)	(3.451)	-	(4.091)
Estudos de projetos	-	-	-	-	-	-	(425)	-	-	(425)
Terrenos	-	-	-	-	-	-	(2.564)	-	-	(2.564)
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	(1.808)	-	-	(1.808)	-	(1.576)	-	-	(1.576)
Máquinas e equipamentos	-	(683)	-	-	(683)	-	(35.609)	-	-	(35.609)
Indenizações	-	-	-	-	-	-	2.293	-	-	2.293
Outras	(178)	(2.019)	5.741	(4.290)	(746)	(98)	(9.461)	(1.252)	(117)	(10.928)
Total	(124.496)	(39.815)	(78.256)	(7.594)	(250.161)	(101.004)	(75.778)	(108.380)	(156)	(285.318)

Alupar Investimento S.A.

31.Receitas e despesas financeiras

Receitas Financeiras

Receita de aplicações financeiras
Atualização monetária - Depósitos judiciais
Atualização monetária - Impostos a recuperar
Outras
Total

Controladora		Consolidado	
Exercício findo em		Exercício findo em	
31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
28.582	36.706	72.225	70.145
164	153	164	153
2.616	2.108	3.165	2.707
115	(833)	7.424	12.850
31.477	38.134	82.978	85.855

Despesas Financeiras

Encargos sobre empréstimos e financiamentos
Variação monetária e cambial sobre empréstimos e financiamentos
Encargos sobre debêntures
Variação monetária sobre debêntures
Variação cambial
Variação monetária - P&D
Atualização monetária - Contingências
Variação monetária - Outros
Juros e multas
Comissões e Fianças Bancárias
Outras
Total

(1.352)	(3.948)	(132.807)	(140.389)
-	-	(14.772)	(4.325)
(77.969)	(75.133)	(271.997)	(285.233)
(40.197)	(48.736)	(56.680)	(58.796)
(2.953)	-	(3.868)	(1.081)
-	-	(3.515)	(2.034)
(163)	(153)	(163)	(153)
-	-	(14.031)	(5.093)
(40)	(44)	(2.617)	(8.333)
(153)	(134)	(1.671)	(824)
(1.296)	(910)	(11.112)	(7.291)
(124.123)	(129.058)	(513.233)	(513.552)

Total Líquido

(92.646)	(90.924)	(430.255)	(427.697)
-----------------	-----------------	------------------	------------------

32. Imposto de renda e contribuição social

- a) A reconciliação da taxa efetiva da alíquota nominal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é como segue:

	Consolidado	
	Exercício findo em	
	31/12/2016	31/12/2015
a) Composição dos tributos no resultado:		
Na rubrica de tributos:		
Correntes	(81.691)	(96.038)
Diferidos	(39.777)	17.708
Total	(121.468)	(78.330)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa:		
Resultado antes dos tributos	811.193	649.522
Juros sobre capital próprio	(81.434)	(27.199)
Alíquota nominal	34%	34%
Expectativa de despesa com tributos às alíquotas nominais	(248.118)	(211.590)
Ajustes para a apuração do IRPJ e CSLL efetivos:		
Créditos fiscais – IR e CS não constituídos no exercício	(27.068)	(33.200)
Reversão do efeito da tributação - lucro real	79.883	67.934
Tributação pelo regime do lucro presumido	(19.170)	(14.940)
Efeito de alíquotas de imposto de entidades no exterior	9.048	(14.643)
Redução na alíquota de imposto (*)	58.531	60.485
Despesas não dedutíveis	(8.212)	(4.617)
Resultado de equivalência patrimonial	12.388	2.687
Incentivos fiscais (*)	18.882	24.307
Reconhecimento de prejuízos fiscais acumulados anteriormente não reconhecidos	1.814	1.803
Prejuízo fiscal do exercícios para o qual não foi constituído ativo fiscal diferido	909	977
Reconhecimento de diferenças temporárias dedutíveis anteriormente não reconhecidas	-	(121)
Outros	(355)	42.588
Despesa de imposto de renda e contribuição social efetiva	(121.468)	(78.330)
c) Alíquota efetiva	15,0%	12,1%

(*) Benefícios fiscais federais que garantem a redução de 75% do imposto de renda na região da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Alupar Investimento S.A.

- b) A abertura por Empresa referente ao regime de apuração do imposto de renda e contribuição social, incluindo as alíquotas de PIS/COFINS das controladas é como segue:

Empresas	Referente Ano Fiscal 2016		
	Pis / Cofins	Benefício Sudam / Sudene até:	Regime de Tributação
Controladas diretas:			
Alupar Inversiones Peru S.A.C.	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Transminas Holding S.A.	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
Alupar Chile Inversiones SpA	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Foz do Rio Claro Energia S.A.	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
Ijuí Energia S.A.	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
Ferreira Gomes Energia S.A.	9,25%	Em solicitação (**)	Lucro Real
Geração de Energia Termoeletrica e Participações S.A.	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
Risaralda Energia S.A.S.E.S.P.	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Forquilha IV Energia S.A.	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
Verde 8 Energia S.A.	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
Água Limpa S.A.	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
La Virgen S.A.C.	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Energia dos Ventos I S.A.	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
Energia dos Ventos II S.A.	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
Energia dos Ventos III S.A.	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
Energia dos Ventos IV S.A.	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
Energia dos Ventos X S.A.	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE (*)	Regime Misto - Licitada 3,65% e RBNI 9,25%	2023	Lucro Real
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. – STN (*)	3,65%	2016	Lucro Real
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES	9,25%	2019	Lucro Real
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - ETEP (*)	3,65%	2025	Lucro Real
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE (*)	3,65%	2025	Lucro Real
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE (*)	3,65%	Em solicitação (***)	Lucro Presumido
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE (*)	3,65%	Não aplicável	Lucro Real
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. - ETEM	9,25%	2024	Lucro Real
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A. - ETVG	9,25%	2024	Lucro Real
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A. - ELTE	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. – STC	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
ACE Comercializadora Ltda	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
AF Energia S.A.	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
Windepar Holding S.A.	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.	9,25%	Não aplicável	Lucro Real
Empresa Transmissora Capixaba S.A.	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido

(*) De acordo com a Lei 10.637/2002, os contratos de concessão das concessionárias de energia elétrica firmados anteriormente a 31 de outubro de 2003 estão submetidas à dedução de 3,65% Pis /Cofins.

(**) Preparação no Pleito junto a Sudam

(***) Aguardando diferimento da Receita Federal do Brasil

Alupar Investimento S.A.

Empresas	Referente Ano Fiscal 2016		
	Pis / Cofins	Benefício Sudam / Sudene até:	Regime de Tributação
Controladas indiretas:			
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. – EBTE	9,25%	2020	Lucro Real
Companhia Transleste de Transmissão - Transleste	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
Companhia Transudeste de Transmissão - Transudeste	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
Companhia Transirapé de Transmissão - Transirapé	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
Empresa Santos Dumont de Energia S.A – ESDE	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido
Empresa de Transmissão Serrana S.A. - ETSE	3,65%	Não aplicável	Lucro Presumido

Empresas	Referente Ano Fiscal 2016		
	Pis / Cofins	Benefício Sudam / Sudene até:	Regime de Tributação
Controladas em conjunto			
Transmissora Matogrossense de Energia S.A – TME	9,25%	2024	Lucro Real
Transnorte Energia S.A. - TNE	9,25%	Não aplicável	Lucro Real

33.Partes relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Guarupart Participações Ltda. Todas as transações com partes relacionadas podem ser assim demonstradas:

Parte relacionada / transação	Controladora				Consolidado			
	ATIVO		PASSIVO		ATIVO		PASSIVO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Balanco patrimonial								
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa								
Caixa Econômica Federal (*)	196.047	120.221	-	-	196.047	120.221	-	-
	196.047	120.221	-	-	196.047	120.221	-	-
Investimento de curto-prazo								
Caixa Econômica Federal (*)	215.439	44.430	-	-	215.439	44.430	-	-
	215.439	44.430	-	-	215.439	44.430	-	-
Debêntures								
FI FGTS - 5ª Emissão	-	-	23.159	21.804	-	-	23.159	21.804
	-	-	23.159	21.804	-	-	23.159	21.804
Fornecedores - Compra de energia ambiente livre								
Ferreira Gomes Energia S.A.	-	-	5.293	-	-	-	5.293	-
	-	-	5.293	-	-	-	5.293	-
Contas a receber - Reembolso de despesas								
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	4	4	-	-	-	-	-	-
	4	4	-	-	-	-	-	-
Dividendos a receber								
Transminas Holding S.A.	13.100	11.863	-	-	-	-	-	-
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	9.903	7.886	-	-	-	-	-	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	-	18.458	-	-	-	-	-	-
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	6.890	6.890	-	-	-	-	-	-
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	5.293	-	-	-	-	-	-	-
Foz do Rio Claro Energia S.A.	3.361	1.594	-	-	-	-	-	-
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	4.321	2.408	-	-	-	-	-	-
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	4.501	3.607	-	-	-	-	-	-
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	1.687	2.640	-	-	-	-	-	-
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	7.261	4.524	-	-	7.260	4.524	-	-
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	3.345	3.328	-	-	-	-	-	-
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	1.604	371	-	-	-	-	-	-
Transnorte Energia S.A.	75	-	-	-	75	-	-	-
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A.	263	-	-	-	-	-	-	-
Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.	2	-	-	-	-	-	-	-
Empresa Transmissora Capixaba S.A.	2	-	-	-	-	-	-	-
AF Energia S.A.	75	76	-	-	-	-	-	-
	61.683	63.645	-	-	7.335	4.524	-	-
Juros sobre capital próprio								
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	-	7.616	-	-	-	-	-	-
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	-	3.947	-	-	-	-	-	-
	-	11.563	-	-	-	-	-	-
Não circulante								
Adiantamento para futuro aumento de capital								
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	21.949	-	-	-	-	-	-	-
Foz do Rio Claro Energia S.A.	-	400	-	-	-	-	-	-
Ijuí Energia S.A.	15.752	7.700	-	-	-	-	-	-
Ferreira Gomes Energia S.A.	7.252	24.752	-	-	-	-	-	-
Alupar Inversiones Peru S.A.C.	78.277	-	-	-	-	-	-	-
ACE Comercializadora Ltda.	1.100	1.100	-	-	-	-	-	-
AF Energia S.A.	1.200	-	-	-	-	-	-	-
Energia dos Ventos IV S.A.	-	1.000	-	-	-	-	-	-
Boa Vista Participações S.A.	-	13	-	-	-	-	-	-
Forquilha IV Energia S.A.	405	293	-	-	-	-	-	-
Verde 8 Energia S.A.	12.660	7.583	-	-	-	-	-	-
Água Limpa S.A.	7.276	5.015	-	-	-	-	-	-
Geração de Energia Termoeletrica e Participações S.A.	578	578	-	-	-	-	-	-
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A.	8.507	5.030	-	-	-	-	-	-
Windepar Holding S.A.	25.440	-	-	-	-	-	-	-
Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.	1.950	-	-	-	-	-	-	-
Empresa Transmissora Capixaba S.A.	1.880	-	-	-	-	-	-	-
Alupar Colômbia S.A.S.	2.697	-	-	-	-	-	-	-
Alupar Chile Inversiones SpA	1.904	1.198	-	-	-	-	-	-
	188.827	54.662	-	-	-	-	-	-
Debêntures								
FI FGTS - 5ª Emissão	-	-	370.634	365.659	-	-	370.634	365.659
	-	-	370.634	365.659	-	-	370.634	365.659

Alupar Investimento S.A.

Parte relacionada / transação	Controladora / Consolidado	
	Exercício findo em	
	31/12/2016	31/12/2015
<u>Demonstração do resultado</u>		
<u>Custo com energia elétrica</u>	59.572	-
Ferreira Gomes Energia S.A - Energia comprada para revenda	59.572	-
<u>Custo com enrgia elétrica no exercício</u>	59.572	-
<u>Receitas financeiras</u>	52.567	32.383
Caixa Econômica Federal (*) - Aplicações financeiras	52.567	32.383
<u>Despesas financeiras</u>	(56.722)	(65.123)
FI FGTS - 5ª Emissão	(56.722)	(65.123)
<u>Resultado financeiro</u>	(4.155)	(32.740)

(*) A Caixa Econômica Federal é administradora do FI-FGTS, sendo o FI-FGTS acionista da Companhia.

b) Garantias

b.1) As transações de garantias entre a Companhia, as controladas e as controladas em conjunto referentes a contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures estão relacionadas abaixo:

Alupar Investimento S.A.

Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantida	Empresa Garantidora	Contrato	Garantia	Valor do Contrato	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2016
01/12/09	Reunião de Sócios	Alupar	Guarupart	Financiamento - FINEP	Fiança	72.841	17/12/09	15/05/18	5.160
12/12/11	Conselho de Administração	ETEM	Alupar	Financiamento - BNDES - 11.2.1030-1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	46.800	21/12/11	15/04/26	32.002
16/03/09	Conselho de Administração	ETES	Alupar	Financiamento - BNDES - 09.2.0118.1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	27.714	04/05/09	15/09/23	14.000
22/12/09	Conselho de Administração	ETES	Alupar	Financiamento - BNDES - 09.2.1467.1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	17.338	29/12/09	15/10/19	6.354
07/11/11	Conselho de Administração	ETVG	Alupar	Nota de Crédito nº 40/00039-7	Prestação de aval e de penhor de ações	17.835	23/12/11	01/12/26	14.238
26/12/12	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Financiamento - BNDES - contrato 12.2.1390.1	Prestação de Garantias (Fiança Ordinária) Direito sobre os Recebíveis do Poder Concedente Direitos Creditórios Contratos de Compra e Venda de Energia Direitos Creditórios Conta Centralizadora, Conta Reserva BNDES, Conta Reserva O&M e Conta Seguradora.	470.610	28/12/12	15/04/31	450.200
11/02/08	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Financiamento - BNDES	Fiança irrestrita	201.630	09/04/08	15/03/27	157.371
11/02/08	Conselho de Administração	Ijuí	Alupar	Financiamento - BNDES	Fiança irrestrita	168.200	09/04/08	15/09/27	140.598
01/02/08	Conselho de Administração	Lavrinhas	Alupar	Financiamento - BNDES - 08.02.0976.1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	111.185	11/03/09	15/04/25	78.137
14/06/10	Conselho de Administração	Lavrinhas	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	16.875	08/09/10	15/04/25	10.611
01/02/08	Conselho de Administração	Queluz	Alupar	Financiamento - BNDES 08.2.0975.1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	114.647	11/03/09	15/01/25	76.965
21/07/10	Conselho de Administração	Queluz	Alupar	Financiamento - BNDES 10.2.0478.1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	27.716	03/08/10	15/01/25	16.857
15/12/08	Assembleia Geral	STN	Alupar	Financiamento - BNB	Ratificação do Penhor de ações, haja vista que estas passaram a ser de propriedade da Alupar a partir de 26.09.2007	299.995	25/06/04	25/06/24	141.200
06/06/11	Conselho de Administração	TME	Alupar	Cédula de Crédito Comercial n. 20.00474-5	Prestação de aval e de penhor de ações	80.000	07/02/11	01/02/29	75.459
16/11/10	Conselho de Administração	TME	Alupar	Financiamento - BNDES - 20.00487-7	Prestação de aval e de penhor de ações	87.300	27/02/12	15/06/26	59.547
13/07/10	Diretoria	Transirapé	Alupar	Cédula de Crédito Bancário	Prestação de aval para compra de ativos através de recursos do FINAME	1.187	30/06/10	15/07/20	474
23/10/14	Conselho de Administração	Transirapé	Transminas e EATE	Financiamento - BDMG - Contrato 193.292/14	Penhor de ações, cessão fiduciária durante a fase de construção do projeto de 30% da RAP, durante a fase de operação do projeto de 25% da RAP, direitos creditórios	5.893	23/10/14	15/10/29	5.521
17/12/09	Conselho de Administração	EBTE	EATE, Alupar e TAESA	Financiamento - BNDES - contrato - 09.2.1409.1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	165.150	28/12/09	15/05/25	102.715
29/10/12	Conselho de Administração	ESDE	ETEP, Alupar e TAESA	Financiamento BNDES - Contrato 12.2.1001.1	Cessão fiduciária dos direitos creditórios do Contrato de Concessão; Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios do CPST; Penhor de Ações (ETEP) + Fiança	42.797	13/11/12	15/04/27	25.710
27/12/13	Conselho de Administração	ETSE	ECTE, Alupar, CELESC e TAESA	Financiamento - BNDES - contrato 13.2.1413.1	Cessão fiduciária dos direitos creditórios do Contrato de Concessão; Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios do CPST; Penhor de Ações (ECTE) + Fiança	78.413	27/12/13	15/12/28	68.720
08/08/13	AGE	Transleste	EATE	Financiamento - BDMG - Contrato 127.314	Penhor de Ações	12.971	10/03/05	31/01/17	799
08/08/13	AGE	Transleste	EATE	Financiamento - BDMG - Contrato 127.315	Penhor de Ações	47.000	10/03/05	10/02/25	20.207
08/08/13	AGE	Transleste	EATE	Financiamento - BNB - Contrato 05974828-A	Penhor de Ações	15.000	10/03/05	11/03/25	6.319
10/12/13	Conselho de Administração	Transirapé	EATE	Financiamento - BDMG	Penhor de Ações	30.300	27/12/13	15/01/24	16.901
12/03/12	Reunião de Sócios	Alupar	Guarupart	Debêntures - 5ª emissão	Fiança	300.000	15/05/12	30/05/27	393.928
30/05/14	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Debêntures - 3ª Emissão	Fiança, Penhor de ações e cessão fiduciária	210.900	15/06/14	15/12/27	278.379
15/09/14	Conselho da Administração	Alupar Inversiones Peru S.A.C.	Alupar	Contrato de Empréstimo a médio prazo	Fiança	US\$ 15.000	10/10/14	10/10/17	53.541
15/09/14	Conselho de Administração	Alupar Inversiones Peru S.A.C.	Alupar	Contrato de Empréstimo e médio prazo	Fiança	US\$ 5.000	12/12/14	12/12/17	17.744
Não existe a necessidade de aprovação do Conselho		Risaralda Energia S.A. E.S.P.	Alupar	Carta de Fiança	Fiadora	COP\$ 32.000.000.000	10/11/14	14/11/17	35.231
Não existe a necessidade de aprovação do Conselho		Risaralda Energia S.A. E.S.P.	Alupar	Carta de Fiança	Fiadora	COP\$ 88.000.000.000	25/03/15	11/11/17	96.873
14/12/15	Conselho de Administração	LA VIRGEN S.A.C.	Alupar	Loan Agreement (with guaranty)	Fiança Corporativa como garantia do empréstimo contraído com o Banco Santander	US\$ 50.000.000	15/01/16	15/07/16	187.188
N/A	N/A	LA VIRGEN S.A.C.	Alupar	Contrato de Empréstimo	Garantia prestada em razão do Contrato de Empréstimo no valor global de US\$ 30.000.000,00 obtido junto ao Banco Santander Panamá	US\$ 30.000.000	22/12/15	22/09/16	112.313
07/05/15	Conselho de Administração	ETVG	Alupar	CCB	Avalista	22.500	17/06/15	28/06/16	24.960

Alupar Investimento S.A.

14/12/15	Conselho de Administração	Energia dos Ventos I	Alupar/Windepar	Contrato de Financiamento - BNDES - nº 15.2.0778.1	Pretação de garantias - Alupar: fiança corporativa, penhor de ações, cessão fiduciária, direitos creditórios dos CCEARs, dos CCVEs (3,2 MW médios), outros contratos de CVEE no ACL/ ACR, direitos de receitas oriundos do projeto, direitos da Conta Centralizadora, Conta Reserva do serviço da Dívida, do Contrato de O&M e da Conta Reserva Especial. - Windepar: Direitos da Conta Reserva Especial da Holding e dos contratos de mutuos e fiança corporativa.	57.990	11/02/16	15/10/32	57.924
14/12/15	Conselho de Administração	Energia dos Ventos II	Alupar/Windepar	Contrato de Financiamento - BNDES - nº 15.2.0778.1	Pretação de garantias - Alupar: fiança corporativa, penhor de ações, cessão fiduciária, direitos creditórios dos CCEARs, dos CCVEs (3,2 MW médios), outros contratos de CVEE no ACL/ ACR, direitos de receitas oriundos do projeto, direitos da Conta Centralizadora, Conta Reserva do serviço da Dívida, do Contrato de O&M e da Conta Reserva Especial. - Windepar: Direitos da Conta Reserva Especial da Holding e dos contratos de mutuos e fiança corporativa.	32.220	11/02/16	15/10/32	32.697
14/12/15	Conselho de Administração	Energia dos Ventos III	Alupar/Windepar	Contrato de Financiamento - BNDES - nº 15.2.0778.1	Pretação de garantias - Alupar: fiança corporativa, penhor de ações, cessão fiduciária, direitos creditórios dos CCEARs, dos CCVEs (3,2 MW médios), outros contratos de CVEE no ACL/ ACR, direitos de receitas oriundos do projeto, direitos da Conta Centralizadora, Conta Reserva do serviço da Dívida, do Contrato de O&M e da Conta Reserva Especial. - Windepar: Direitos da Conta Reserva Especial da Holding e dos contratos de mutuos e fiança corporativa.	49.007	11/02/16	15/10/32	49.978
14/12/15	Conselho de Administração	Energia dos Ventos IV	Alupar/Windepar	Contrato de Financiamento - BNDES - nº 15.2.0778.1	Pretação de garantias - Alupar: fiança corporativa, penhor de ações, cessão fiduciária, direitos creditórios dos CCEARs, dos CCVEs (3,2 MW médios), outros contratos de CVEE no ACL/ ACR, direitos de receitas oriundos do projeto, direitos da Conta Centralizadora, Conta Reserva do serviço da Dívida, do Contrato de O&M e da Conta Reserva Especial. - Windepar: Direitos da Conta Reserva Especial da Holding e dos contratos de mutuos e fiança corporativa.	81.041	11/02/16	15/10/32	82.805
14/12/15	Conselho de Administração	Energia dos Ventos X	Alupar/Windepar	Contrato de Financiamento - BNDES - nº 15.2.0778.1	Pretação de garantias - Alupar: fiança corporativa, penhor de ações, cessão fiduciária, direitos creditórios dos CCEARs, dos CCVEs (3,2 MW médios), outros contratos de CVEE no ACL/ ACR, direitos de receitas oriundos do projeto, direitos da Conta Centralizadora, Conta Reserva do serviço da Dívida, do Contrato de O&M e da Conta Reserva Especial. - Windepar: Direitos da Conta Reserva Especial da Holding e dos contratos de mutuos e fiança corporativa.	41.042	11/02/16	15/10/32	41.908
N/A	N/A	Transirapé	Transminas/EATE	Contrato de financiamento - BDMG - nº 215.411/16	Penhor de ações, cessão fiduciária durante a fase de construção do projeto de 30% da RAP, durante a fase de operação do projeto de 25% da RAP, direitos creditórios	4.000	01/04/16	15/04/26	4.109
05/04/16	Conselho de Administração	Transirapé	Transminas/EATE	Contrato de financiamento - BDMG - nº 215.485/16	Penhor de ações, cessão fiduciária durante a fase de construção do projeto de 30% da RAP, durante a fase de operação do projeto de 25% da RAP, direitos creditórios.	4.469	05/04/16	15/04/21	4.588
21/11/16	AGE / Conselho de Administração	Windepar	Alupar, Energia dos Ventos I, Energia dos Ventos II, Energia dos Ventos III, Energia dos Ventos IV e Energia dos Ventos X	Debêntures - 1ª Emissão	Fiadoras, Penhor de Ações da Emissora, Penhor das Ações das EDVs, direitos creditórios provenientes dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR's"), direitos creditórios provenientes do(s) Contrato(s) de Compra e Venda de Energia (CCVEs), direitos creditórios provenientes de quaisquer outros contratos de venda de energia que venham a ser celebrados pelas EDVs no Ambiente de Contratação Livre (ACL) ou no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), quaisquer outros direitos e/ou receitas que sejam decorrentes dos Projetos, direitos sobre a "Conta Centralizadora", "Conta Reserva de O&M" e "Conta Reserva Especial" de cada EDV, cessão fiduciária sobre a "Conta Reserva Especial da Holding", "Conta Reserva do Serviço da Dívida das Debêntures", "Conta Pagamento das Debêntures", dos contratos de mútuo, quaisquer outros direitos e/ou receitas que sejam decorrentes dos Projetos.	67.500	15/12/16	15/12/28	67.822

Alupar Investimento S.A.

b.2) As transações de garantias entre a Companhia, as controladas e as controladas em conjunto referentes a contratos de fornecimento, supervisão de montagem, supervisão de comissionamento, fiança e locação de imóvel não residencial estão relacionadas abaixo:

Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantida	Empresa Garantidora	Contrato	Garantia	Valor do Contrato	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2016
13/06/11	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Contrato de Fornecimento, Supervisão de Montagem e Supervisão de Comissionamento com a Voith CPS FG0115-11	Prestação de Garantias (Fiança)	161.000	05/05/11	30/06/17	4.830
14/03/11	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 100411020057000 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Construtora Triunfo em face da Foz.	2.822	10/02/11	Indeterminado	A fiança será extinta tão logo a ação seja julgada.
14/03/11	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 100411020056900 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Construtora Triunfo em face da Foz.	2.077	10/02/11	Indeterminado	A fiança será extinta tão logo a ação seja julgada.
14/03/11	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 100411020057200 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Construtora Triunfo em face da Foz.	1.327	10/02/11	Indeterminado	A fiança será extinta tão logo a ação seja julgada.
14/03/11	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 100411030052800 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Construtora Triunfo em face da Foz.	663	04/03/11	Indeterminado	A fiança será extinta tão logo a ação seja julgada.
03/12/12	Diretoria	Foz	Alupar	Fiança	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 181386812 - ONS	893	03/12/12	01/12/17	12
N/A	N/A	Foz	Alupar	Carta de Fiança nº 181500012	Garantir obrigação pecuniária do Aliançado conforme Contrato de Financiamento mediante abertura de crédito nº 08.02.0070.1 celebrado com o BNDES	27.551	28/12/12	29/12/17	489
29/05/14	Conselho de Administração	AF Energia S.A.	Alupar	Contrato de Locação de Imóvel Não Residencial - Sky - Cjto 151 e 152	Fiadora	148 mensal	01/06/14	01/06/19	4.440
29/05/14	Conselho de Administração	Alupar	Guarupart	Contrato de Locação de Imóvel Não Residencial - Sky - Cjto 161 e 162	Fiadora	148 mensal	01/06/14	01/06/19	4.440
24/11/14	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 100416060156300 - CUST 48/2013 (ONS)	Prestação de Garantias (Fianças)	3.384	04/07/16	04/07/17	30
29/02/16	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 180111216 - Referente a reclamação trabalhista	Garantia a obrigação pecuniária	537	01/03/16	24/02/17	8
24/06/16	Diretoria	Lavrinhas	Alupar	Aditamento ao Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 180660814	Prestação de garantia no Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão - CCT CETEEP	21	01/07/16	01/08/17	21
N/A	N/A	Transmissora Colombiana de Energia S.A.S E.S.P	Alupar	Fiança	Garantir a garantia bancária prestada em favor de XM Companhia de Expertos en Mercados S.A. E.S.P.	COP \$ 53.259.299.347	30/11/16	01/03/22	COP \$ 53.259.299.347
N/A	N/A	Risaralda Energia S.A. E.S.P	Alupar	Fiança	Fiadora caso a Garantia Bancária seja executada.	COP \$ 13.847.074.811	01/03/16	28/02/18	COP \$ 13.847.074.811

Alupar Investimento S.A.

c) Remuneração da alta administração

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de abril de 2016, foi aprovada pelos acionistas da Companhia a remuneração global dos membros do nosso Conselho de Administração e Diretoria para o exercício social de 2016 no montante de até R\$ 8.137, sendo R\$ 834 referentes à remuneração dos membros do Conselho de Administração e R\$ 7.303 referentes à remuneração da Diretoria.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a remuneração foi conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Benefícios (i)	6.045	7.334	16.349	16.622
Remuneração do conselho	667	1.016	1.750	2.027
Total	6.712	8.350	18.099	18.649

Empresas pré-operacionais

Benefícios (i)

Total

Consolidado	
Exercício findo em	
31/12/2016	31/12/2015
1.247	1.986
1.247	1.986

- i) Compostos por ordenados, salários e benefícios não monetários (tais como assistência médica, odontológica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), outros benefícios de aposentadoria, participação nos lucros e gratificações.

d) Saldo e transações com outras partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia, suas controladas e investidas não possuem saldos envolvendo outras partes relacionadas.

34. Instrumentos financeiros

34.1 Considerações Gerais

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia e suas controladas limitam os seus riscos de crédito por meio da aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

34.2 Valor Justo

Encontra-se a seguir uma compactação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras.

	Consolidado				Critério de avaliação	Classificação
	31/12/2016		31/12/2015			
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo		
<u>Ativo financeiros</u>						
Caixa e equivalentes de caixa	613.734	613.734	591.857	591.857	Valor justo	Valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	215.439	215.439	44.430	44.430	Valor justo	Valor justo por meio do resultado
Títulos e valores mobiliários	105.100	105.100	89.751	89.751	Valor justo	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	217.456	217.456	191.070	191.070	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Ativo financeiro da concessão	4.451.619	4.451.619	4.467.214	4.467.214	Valor justo	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos judiciais	13.257	13.257	7.666	7.666	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
	<u>5.616.605</u>	<u>5.616.605</u>	<u>5.391.988</u>	<u>5.391.988</u>		
<u>Passivos financeiros</u>						
Fornecedores	166.502	166.502	341.811	341.811	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	2.220.585	2.220.585	2.077.318	2.077.318	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Debêntures - principal e encargos	2.347.066	2.324.600	2.551.042	2.551.042	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
	<u>4.734.153</u>	<u>4.711.687</u>	<u>4.970.171</u>	<u>4.970.171</u>		

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro da concessão e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil.

Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar):

(i) BNDES: em decorrência desse contrato ser de longo prazo, portanto, não contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

(ii) FCO Banco do Brasil: Como os valores a pagar são reajustados pela TJLP (taxa de juros de referência do Governo Federal), o valor justo dessa dívida é o próprio valor contábil, uma vez que estão refletidas as taxas de mercado para este instrumento financeiro;

O valor justo para as debêntures com mercado ativo não possui diferença relevante para o saldo contábil, uma vez que a variação do valor do preço unitário no mercado secundário divulgado no sítio eletrônico www.debentures.com.br é próximo ao valor contábil. Em 31 de dezembro de 2016, o percentual mínimo e máximo do preço unitário para as debêntures com mercado ativo foi a seguinte:

	31/12/2016		
	Código do Ativo	% PU Mínimo	% PU Máximo
Alupar Investimento S.A.	ALPA14	98,99	100,41
Alupar Investimento S.A.	APAR16	97,99	106,34
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	ENTE12	98,20	100,15
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	ETEP12	100,01	100,01
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	EATE14	98,22	100,30

Alupar Investimento S.A.

Para as debêntures das controladas ETEP, ECTE, Ferreira Gomes e Transirapé que não estão precificadas no mercado ativo, a Companhia, com base nas debêntures da Companhia, das controladas e das controladas em conjunto com características similares, realizou o cálculo do valor justo e não identificou diferenças relevantes.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

34.3 Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

Nível I – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível II– outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível III– técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Ativo financeiros

Caixa e equivalentes de caixa
Investimentos de curto prazo
Títulos e valores mobiliários
Ativo financeiro da concessão

Consolidado		
31/12/2016	Mensuração do valor justo	
	Nível I	Nível II
613.734	613.734	-
215.439	-	215.439
105.100	-	105.100
4.451.619	-	4.451.619
5.385.892	613.734	4.772.158

Ativos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa
Investimentos de curto prazo
Títulos e valores mobiliários
Ativo financeiro da concessão

Consolidado		
31/12/2015	Mensuração do valor justo	
	Nível I	Nível II
591.857	591.857	-
44.430	-	44.430
89.751	-	89.751
4.467.214	-	4.467.214
5.193.252	591.857	4.601.395

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

34.4 Informações sobre Liquidez

A Companhia e suas controladas têm como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas com instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. O Conselho de Administração estabeleceu um Comitê de Finanças, Auditoria e Partes Relacionadas.

A Companhia e suas controladas possuem um nível significativo de endividamento em razão da necessidade de grande volume de recursos financeiros para a realização de investimentos. Em 31 de dezembro de 2016, o endividamento total consolidado (Soma de empréstimos, financiamentos e debêntures do passivo circulante e não circulante) era de R\$4.567.651, sendo que 25,94 % desse valor (ou R\$ 1.184.884) correspondia a endividamento de curto prazo. Desta forma, variações adversas significativas nas taxas de juros na economia brasileira nos impactariam, causando um aumento das despesas futuras da Companhia e suas controladas, o que poderá reduzir o lucro líquido e, conseqüentemente, a capacidade para honrar as obrigações contratuais e os valores disponíveis para distribuição aos acionistas na forma de dividendos e outros proventos. Além disso, a Companhia pode incorrer em endividamento adicional no futuro para financiar aquisições, investimentos ou para outros fins, bem como para a condução de nossas operações, sujeito às restrições aplicáveis à dívida existente.

Caso a Companhia e suas controladas incorram em endividamento adicional, os riscos associados com a sua alavancagem financeira poderão aumentar, tais como a possibilidade de não conseguir gerar caixa suficiente para pagar o principal, juros e outros encargos relativos à dívida ou para fazer distribuições aos acionistas. Além disso, caso haja descumprimento de determinadas obrigações de manutenção de índices financeiros, poderá ocorrer vencimento antecipado das dívidas anteriormente contraídas, o que pode impactar de forma relevante a capacidade da Companhia e suas controladas de honrar suas obrigações. Na hipótese de vencimento antecipado das dívidas, os ativos e fluxo de caixa poderão ser insuficientes para quitar o saldo devedor dos contratos de financiamento. Caso não seja possível realizar a manutenção dos níveis de endividamento da Companhia e suas controladas e/ou incorrer em dívidas adicionais, a Companhia e suas controladas poderão ter seus negócios, resultados operacionais e financeiros, bem como os fluxos de caixa adversamente afetados.

Em 31 de dezembro de 2016, a estrutura de capital consolidada da Companhia é de 44% de recursos próprios em contrapartida a 56% de capital de terceiros (42% de recursos próprios e 58% de capital de terceiros em 31 de dezembro de 2015).

A Companhia e suas controladas possuem uma relação dívida sobre patrimônio líquido de 100,54% em 31 de dezembro de 2016 e 103,5% em 31 de dezembro de 2015.

34.5 Informações qualitativas e quantitativas sobre Instrumentos Financeiros

Análise de sensibilidade das aplicações financeiras - consolidada

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Companhia e as suas controladas estavam expostas na data base de 31 de dezembro de 2016, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 30 de dezembro de 2016, foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2016 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Aplicações financeiras - Consolidado	Indexador	Posição em 31.12.2016	Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
			Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento	
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			12,37%	6,19%	9,28%	15,46%	18,56%
Aplicações financeiras (Equivalentes de caixa)	CDI	516.868	63.937	31.968	47.952	79.921	95.905
Aplicações financeiras (Investimentos de curto prazo)	CDI	215.439	26.650	13.325	19.987	33.312	39.975
Aplicações financeiras (Títulos e valores mobiliários)	CDI	105.100	13.001	6.500	9.751	16.251	19.501

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros - consolidada

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas aos quais a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2016, foram definidos 05 cenários diferentes. Como cenário provável, o adotado pela Companhia, o CDI e o IPCA projetados foram obtidos por meio do relatório Focus do Banco Central de 31 de dezembro de 2016; e no caso da TJLP, a taxa utilizada foi a última divulgada pelo Conselho Monetário Nacional; e a partir deste parâmetro foram calculados os cenários I e II com 25% e 50% de queda de risco e os cenários III e IV com 25% e 50% de elevação do risco, respectivamente.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2016, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Empréstimos e financiamentos - (Moeda nacional) - Consolidado	Taxa de Juros a.a.	Posição em 31.12.2016 (*)	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
			Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento	
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			12,37%	6,19%	9,28%	15,46%	18,56%
	CDI	1,15%	22.500	3.074	1.666	2.370	3.778
	CDI	2,11%	29.655	4.371	2.499	3.435	5.308
TJLP			7,50%	3,75%	5,63%	9,38%	11,25%
	TJLP +	1,93%	154.576	14.800	8.892	11.846	17.755
	TJLP +	2,02%	37.846	3.660	2.212	2.936	4.384
	TJLP +	2,04%	1.005	97	59	78	117
	TJLP +	2,08%	16.542	1.611	977	1.294	1.927
	TJLP +	2,18%	264.205	26.007	15.883	20.945	31.069
	TJLP +	2,22%	27.372	2.706	1.657	2.182	3.231
	TJLP +	2,34%	297.308	29.777	18.367	24.072	35.482
	TJLP +	2,37%	13.923	1.399	864	1.132	1.666
	TJLP +	2,38%	1.930	194	120	157	231
	TJLP +	2,44%	187.687	19.000	11.790	15.395	22.605
	TJLP +	2,56%	93.928	9.629	6.017	7.823	11.436
	TJLP +	3,17%	140.051	15.276	9.858	12.567	17.986
	TJLP +	3,50%	5.437	612	401	507	718
	TJLP +	4,50%	4.469	551	376	464	639
	TJLP +	5,70%	2	0	0	0	0
	TJLP +	6,00%	4.000	558	399	478	638
Total		1.302.436	133.324	82.038	107.681	158.968	184.611

Alupar Investimento S.A.

Debêntures - (Moeda nacional) - Consolidado	Taxa de Juros a.a.	Posição em 31.12.2016 (*)	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
			Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento	
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			12,37%	6,19%	9,28%	15,46%	18,56%
CDI +	0,99%	134.547	18.140	9.736	13.938	22.342	26.544
CDI +	1,15%	186.755	25.515	13.831	19.673	31.357	37.199
CDI +	1,45%	149.841	20.977	11.575	16.276	25.678	30.379
CDI +	2,15%	64.477	9.534	5.460	7.497	11.570	13.607
109,75% CDI		556.905	75.606	37.803	56.704	94.507	113.409
113,00% CDI		153.588	21.469	10.734	16.102	26.836	32.203
116,00% CDI		65.814	9.444	4.722	7.083	11.805	14.166
IPCA			5,61%	2,81%	4,21%	7,01%	8,42%
IPCA +	6,47%	261.648	32.553	24.739	28.646	36.460	40.367
IPCA +	7,33%	277.315	37.025	28.676	32.850	41.199	45.374
IPCA +	7,63%	66.494	9.087	7.079	8.083	10.090	11.094
IPCA +	7,80%	391.219	54.174	42.345	48.260	60.089	66.004
Total		2.308.603	313.523	196.700	255.112	371.934	430.345

(*) Refere-se ao principal das dívidas sem considerar os encargos e exceto também os empréstimos e financiamentos que são remunerados com taxa fixa.

Análise de sensibilidade ao risco da moeda - consolidada

Com o objetivo de verificar a sensibilidade das dívidas em moeda estrangeira aos quais a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2016, foram definidos 05 cenários diferentes. Como cenário provável, o adotado pela Companhia, foi utilizada a projeção do dólar norte-americano para um ano com base no relatório FOCUS de 30 de dezembro de 2016, e a partir deste parâmetro foram calculados os cenários I e II com 25% e 50% de queda de risco e os cenários III e IV com 25% e 50% de elevação do risco, respectivamente.

Empréstimos e financiamentos (Moeda estrangeira) - Consolidado	Risco	Taxa de juros	Posição em 31.12.2016 (*)	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
				Cenário Provável	Depreciação da taxa		Apreciação da taxa	
					Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
USD				3,38	1,69	2,54	4,23	5,07
	Var. do US\$ +	5,00%	777	30	(393)	(181)	242	454
			777	30	(393)	(181)	242	454

(*) Refere-se ao principal das dívidas sem considerar os encargos.

34.6 Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas controladas

Os principais fatores de risco que afetam o negócio da Companhia e suas controladas podem ser assim descritos:

34.6.1 Risco de crédito

Está associado a uma eventual impossibilidade da Companhia de realizar seus direitos provenientes das contas a receber de concessionárias e permissionárias; caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

a) Contas a receber de clientes

A habilidade das nossas controladas de transmissão e geração de energia elétrica de receber os pagamentos devidos por seus consumidores depende da capacidade de crédito desses consumidores e da capacidade de cobrá-los.

b) Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer a perda destes valores. Este risco é diminuído pela Administração na escolha de seus investimentos tanto em títulos do Tesouro Brasileiro quanto em instituições financeiras de primeira linha (Banco do Brasil S.A., Banco Santander S.A., Banco Itaú S.A., Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste do Brasil S.A.) e com estabelecimentos de limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras.

34.6.2 Risco de liquidez

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possui uma posição de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários no ativo circulante e não circulante que totalizam aproximadamente o montante de R\$ 929.978 em bases consolidadas, bem como uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de curto prazo e para seu programa de aquisições e investimentos.

Adicionalmente, nossa gestão de riscos tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos nossos negócios. Em relação ao caixa, nossas aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às nossas necessidades. Buscamos melhores rentabilidades sempre levando em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações e acompanhamos regularmente as taxas contratadas comparando-as com as vigentes no mercado.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2016, com base nos pagamentos contratuais não descontados que incluem o principal mais os encargos financeiros.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 - Consolidado	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores	145.825	8.939	584	11.042	112	166.502
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	373.183	289.256	257.402	486.594	814.150	2.220.585
Debêntures	128.904	393.541	477.035	728.329	619.257	2.347.066
Total	647.912	691.736	735.021	1.225.965	1.433.519	4.734.153

Outro ponto importante é que 90,25% da dívida consolidada refere-se ao endividamento das controladas (97,16% em 31 de dezembro de 2015), sendo em sua grande maioria na modalidade de *project finance*, captados juntos ao BNDES e outras instituições de fomento. Cerca de 8,7% da dívida total consolidada refere-se às empresas pré-operacionais (3,7% em 31 de dezembro de 2015).

34.6.3 Riscos de mercado**Risco Hidrológico:**

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) provem, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o ONS opera o SIN em sistema de despacho otimizado e centralizado, cada usina hidrelétrica, incluindo as das controladas, estão sujeitas a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

Portanto, com um dos objetivos de mitigar o risco hidrológico individual de cada bacia do SIN, criou-se o Mecanismo de Realocação de Energia - MRE para compartilhar o risco hidrológico das diversas bacias do SIN. O MRE é um mecanismo que busca repartir a produção de energia entre as usinas hidrelétricas proporcionalmente à garantia física de cada empreendimento, independentemente do seu regime de produção individual. Quando o conjunto de usinas do MRE não produz energia suficiente para atender a totalidade da garantia física deste conjunto, verifica-se uma situação de déficit, usualmente conhecida pelo acrônimo "Generation Scaling Factor (GSF)" ou Fator de Ajuste MRE, que pode resultar em exposições financeiras negativas para os geradores hidráulicos.

Entretanto, ressalta-se que a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica das controladas de geração está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que distribui o risco hidrológico por todas as usinas vinculadas ao MRE.

A combinação dos três fatores: (i) baixo nível de armazenamento de energia nos reservatórios do SIN (ii) permanência do atual cenário de despacho termoeletrico elevado (iii) a obrigação de entrega da garantia física - poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros.

Risco de Descontratação:

Atualmente, todos os recursos das hidrelétricas das controladas de geração estão sendo vendidos para o ACR e ACL, estando, aproximadamente, 15% descontratada a partir de 2015 quando combinado com os recursos da comercializadora de energia controlada da Companhia.

A partir de 2015, as receitas das controladas de geração estão sujeitas também ao preço de contratação desta energia. Eventuais sobras ou faltas de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo, ou seja, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

As controladas de transmissão podem sofrer dificuldades operacionais e interrupções não previstas ocasionadas por eventos fora do seu controle. Estes eventos adversos podem ocorrer em forma de acidentes, quebra ou falha de equipamentos e/ou processos, desempenho abaixo dos níveis de disponibilidade esperados, ineficiência dos ativos de transmissão e catástrofes (explosões, incêndios, fenômenos naturais, deslizamentos, sabotagem ou outros eventos similares). A cobertura de seguro de nossas controladas poderá não ser suficiente para cobrir todos os custos e perdas em razão dos danos causados a seus ativos e/ou interrupções de serviço, causando um efeito adverso relevante ao negócio. Além disso, toda a receita obtida com a implementação, operação e manutenção das instalações de nossas controladas de transmissão estão relacionadas à disponibilidade dos serviços. De acordo com os contratos de concessão de transmissão, à aplicação de penalidades determinadas pelo nível e/ou duração da indisponibilidade dos serviços. Além disso, caso seja interrompido as operações ou não seja cumprido os padrões de qualidade previstos em nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica, as controladas poderão ser obrigadas ao pagamento de perdas e danos. Portanto, eventuais interrupções na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica ocasionadas por eventos fora do controle das controladas de transmissão, poderá causar um efeito adverso significativo nos negócios, condição financeira e resultados operacionais das controladas.

34.6.4 Risco de taxas de câmbio

A Companhia e suas controladas não utilizam instrumentos financeiros derivativos para proteger ou reduzir os custos financeiros das operações de financiamentos e contratos de compras vinculados às moedas estrangeiras, visto que a exposição a dívidas denominadas em moeda estrangeira na Companhia e suas controladas representa apenas 11,03% do total da dívida consolidada (2,6% em 31 de dezembro de 2015).

De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas não têm efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

34.6.5 Risco de regulação

As atividades das controladas, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

34.6.6 Risco financeiros

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer a perda destes valores. Este risco é diminuído pela Administração na escolha de instituições financeiras de primeira linha e com estabelecimentos de limites de concentração.

34.6.7 Risco de aceleração de dívidas

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas à atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. (vide notas explicativas 23 e 24).

34.6.8 Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas controladas fazem para financiar suas operações.

Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos, financiamento. Em determinadas circunstâncias podem ocorrer à captação de novos empréstimos, contratações de operações de swap para evitar oscilações do custo financeiro das operações, dentre outros instrumentos que a Companhia e suas controladas julgarem necessário.

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida os empréstimos e financiamentos, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, conforme segue:

Alupar Investimento S.A.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Empréstimos e financiamentos (Líquidos dos custos a amortizar)				
Circulante	(3.536)	(11.791)	(662.439)	(519.997)
Não circulante	(1.466)	(16.565)	(1.558.146)	(1.557.321)
Debêntures (Líquidos dos custos a amortizar)				
Circulante	(135.078)	(33.745)	(522.445)	(592.889)
Não circulante	(699.189)	(775.524)	(1.824.621)	(1.958.153)
Dívida total	(839.269)	(837.625)	(4.567.651)	(4.628.360)
Caixa e equivalentes de caixa	271.916	134.631	613.734	591.857
Investimentos de curto prazo	215.439	44.430	215.439	44.430
Títulos e valores mobiliários (Circulante e não circulante)	-	-	105.100	89.751
Dívida líquida	(351.914)	(658.564)	(3.633.378)	(3.902.322)
Patrimônio líquido	2.899.182	2.510.077	4.557.811	4.067.046
Índice de endividamento líquido	0,12	0,26	0,80	0,96

35. Informações por segmento

As informações por segmento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 estão apresentadas na tabela abaixo:

Alupar Investimento S.A.

	Exercício findo em				Subtotal	Eliminações - Controle compartilhado	Eliminações - Intercompanhia	Total consolidado
	31/12/2016							
	Transmissão (*)	Geração	Holding (a)	Outros (b)				
Receita operacional bruta	1.331.511	482.214	-	80.020	1.893.745	(89.847)	(98.608)	1.705.290
Receita de transmissão de energia	123.396	-	-	-	123.396	(8.472)	-	114.924
Receita de infraestrutura	65.696	-	-	-	65.696	(25.881)	-	39.815
Remuneração do ativo financeiro da concessão	1.142.419	-	-	-	1.142.419	(55.494)	-	1.086.925
Suprimento de energia	-	482.214	-	68.613	550.827	-	(87.201)	463.626
Consultoria e assessoramento na área regulatória	-	-	-	9	9	-	(9)	-
Serviços de operação e manutenção	-	-	-	11.398	11.398	-	(11.398)	-
Deduções da receita operacional bruta	(107.691)	(42.706)	-	(7.854)	(158.251)	6.772	-	(151.479)
Receita operacional líquida	1.223.820	439.508	-	72.166	1.735.494	(83.075)	(98.608)	1.553.811
Custo do serviço								
Custo com energia elétrica								
Energia comprada para revenda	-	(71.130)	-	(73.109)	(144.239)	-	87.201	(57.038)
Encargos do uso da rede elétrica - CUST	-	(26.725)	-	-	(26.725)	-	-	(26.725)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	-	(8.729)	-	-	(8.729)	-	-	(8.729)
Custo de operação								
Custo dos serviços prestados	(87.339)	(41.528)	-	(12.360)	(141.227)	5.324	11.407	(124.496)
Custo de infraestrutura	(65.696)	-	-	-	(65.696)	25.881	-	(39.815)
Depreciação / Amortização	(39)	(83.348)	-	(11)	(83.398)	-	-	(83.398)
	(153.074)	(231.460)	-	(85.480)	(470.014)	31.205	98.608	(340.201)
Lucro bruto	1.070.746	208.048	-	(13.314)	1.265.480	(51.870)	-	1.213.610
Despesas e receitas operacionais								
Administrativas e gerais	(45.629)	583	(36.639)	(43)	(81.728)	3.472	-	(78.256)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	388.459	-	388.459	-	(358.260)	30.199
Outras receitas	1.544	274	81.676	-	83.494	(5)	-	83.489
Outras despesas	(3.362)	(4.290)	(3.293)	-	(10.945)	3.351	-	(7.594)
	(47.447)	(3.433)	430.203	(43)	379.280	6.818	(358.260)	27.838
LAJIR	1.023.299	204.615	430.203	(13.357)	1.644.760	(45.052)	(358.260)	1.241.448
Depreciação / Amortização	2.676	84.099	1.299	15	88.089	-	-	88.089
LAJIDA	1.025.975	288.714	431.502	(13.342)	1.732.849	(45.052)	(358.260)	1.329.537
Despesas e receitas financeiras								
Despesas financeiras	(246.088)	(151.947)	(128.716)	(11)	(526.762)	13.529	-	(513.233)
Encargos de dívidas	(226.276)	(138.838)	(123.176)	-	(488.290)	12.124	-	(476.166)
Variações cambiais	(1.452)	(2.160)	(2.953)	-	(6.565)	-	-	(6.565)
Outras	(18.360)	(10.949)	(2.587)	(11)	(31.907)	1.405	-	(30.502)
Receitas financeiras	28.866	24.810	31.986	79	85.741	(2.763)	-	82.978
Receitas de aplicações financeiras	26.705	19.307	28.908	79	74.999	(2.788)	-	72.211
Outras	2.161	5.503	3.078	-	10.742	25	-	10.767
	(217.222)	(127.137)	(96.730)	68	(441.021)	10.766	-	(430.255)
LAIR	806.077	77.478	333.473	(13.289)	1.203.739	(34.286)	(358.260)	811.193
IR e CSLL correntes	(69.775)	(14.175)	(16)	-	(83.966)	2.275	-	(81.691)
IR e CSLL diferidos	(49.359)	3.234	-	-	(46.125)	6.348	-	(39.777)
	(119.134)	(10.941)	(16)	-	(130.091)	8.623	-	(121.468)
Lucro líquido Consolidado	686.943	66.537	333.457	(13.289)	1.073.648	(25.663)	(358.260)	689.725
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	(378.913)	(378.913)
Lucro líquido Alupar	686.943	66.537	333.457	(13.289)	1.073.648	(25.663)	(737.173)	310.812
Ativos operacionais	5.295.867	3.865.005	55.318	1.358	9.217.548	(671.664)	(39.785)	8.506.099
Passivos operacionais	125.011	238.124	17.662	1.546	382.343	(14.233)	(39.785)	328.325

(*) Em 31 de dezembro de 2016 deixamos de apresentar os resultados da Transchile em função da alienação de participação da Alupar
(a) Holding compreende as atividades financeiras de investimentos e corporativas não associadas aos segmentos operacionais reportáveis
(a) Outros compreende atividade de comercialização e serviços de O&M que por não serem relevantes não estão sendo reportados separadamente

As eliminações das ações representam as operações proporcionais das empresas controladas em conjunto do segmento de Transmissão, que não estão incluídas na consolidação.
As eliminações das transações entre as empresas, inclui as vendas entre o segmento de Geração com o segmento de Comercialização (segmento no qual que está incluído em Outros). Também vendas de serviços de O & M à Geração. Na consolidação, tais transações foram totalmente eliminadas.

Alupar Investimento S.A.

A conciliação da demonstração do resultado segregada por atividade com a demonstração do resultado consolidada referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 é conforme segue:

	Exercício findo em					Total eliminações	Total consolidado
	31/12/2016						
	Subtotal	Eliminações					
Transmissão (*)		Geração	Holding	Outros			
Receita operacional bruta	1.893.745	(89.847)	(87.201)	-	(11.407)	(188.455)	1.705.290
Receita de transmissão de energia	123.396	(8.472)	-	-	-	(8.472)	114.924
Receita de infraestrutura	65.696	(25.881)	-	-	-	(25.881)	39.815
Remuneração do ativo financeiro da concessão	1.142.419	(55.494)	-	-	-	(55.494)	1.086.925
Suprimento de energia	550.827	-	(87.201)	-	-	(87.201)	463.626
Consultoria e assessoramento na área regulatória	9	-	-	-	(9)	(9)	-
Serviços de operação e manutenção	11.398	-	-	-	(11.398)	(11.398)	-
Deduções da receita operacional bruta	(158.251)	6.772	-	-	-	6.772	(151.479)
Receita operacional líquida	1.735.494	(83.075)	(87.201)	-	(11.407)	(181.683)	1.553.811
Custo do serviço							
Custo com energia elétrica							
Energia comprada para revenda	(144.239)	-	-	-	87.201	87.201	(57.038)
Encargos do uso da rede elétrica - CUST	(26.725)	-	-	-	-	-	(26.725)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	(8.729)	-	-	-	-	-	(8.729)
Custo de operação							
Custo dos serviços prestados	(141.227)	5.324	11.407	-	-	16.731	(124.496)
Custo de infraestrutura	(65.696)	25.881	-	-	-	25.881	(39.815)
Depreciação / Amortização	(83.398)	-	-	-	-	-	(83.398)
	(470.014)	31.205	11.407	-	87.201	129.813	(340.201)
Lucro bruto	1.265.480	(51.870)	(75.794)	-	75.794	(51.870)	1.213.610
Despesas e receitas operacionais							
Administrativas e gerais	(81.728)	3.472	-	-	-	3.472	(78.256)
Resultado de equivalência patrimonial	388.459	-	-	(358.260)	-	(358.260)	30.199
Outras receitas	83.494	(5)	-	-	-	(5)	83.489
Outras despesas	(10.945)	3.351	-	-	-	3.351	(7.594)
	379.280	6.818	-	(358.260)	-	(351.442)	27.838
LAJIR	1.644.760	(45.052)	(75.794)	(358.260)	75.794	(403.312)	1.241.448
Depreciação / Amortização	88.089	-	-	-	-	-	88.089
LAJIDA	1.732.849	(45.052)	(75.794)	(358.260)	75.794	(403.312)	1.329.537
Despesas e receitas financeiras							
Despesas financeiras	(526.762)	13.529	-	-	-	13.529	(513.233)
Encargos de dívidas	(488.290)	12.124	-	-	-	12.124	(476.166)
Variações cambiais	(6.565)	-	-	-	-	-	(6.565)
Outras	(31.907)	1.405	-	-	-	1.405	(30.502)
Receitas financeiras	85.741	(2.763)	-	-	-	(2.763)	82.978
Receitas de aplicações financeiras	74.999	(2.788)	-	-	-	(2.788)	72.211
Outras	10.742	25	-	-	-	25	10.767
	(441.021)	10.766	-	-	-	10.766	(430.255)
LAIR	1.203.739	(34.286)	(75.794)	(358.260)	75.794	(392.546)	811.193
IR e CSLL correntes	(83.966)	2.275	-	-	-	2.275	(81.691)
IR e CSLL diferidos	(46.125)	6.348	-	-	-	6.348	(39.777)
	(130.091)	8.623	-	-	-	8.623	(121.468)
Lucro líquido Consolidado	1.073.648	(25.663)	(75.794)	(358.260)	75.794	(383.923)	689.725
Participação de não controladores	-	(347.258)	(24.752)	(6.903)	-	(378.913)	(378.913)
Lucro líquido Alupar	1.073.648	(372.921)	(100.546)	(365.163)	75.794	(762.836)	310.812
Ativos operacionais	9.217.548	(671.664)	(3.327)	(35.145)	(1.313)	(711.449)	8.506.099
Passivos operacionais	382.343	(14.233)	(3.327)	(35.145)	(1.313)	(54.018)	328.325

(*) Em 31 de dezembro de 2016 deixamos de apresentar os resultados da Transchile em função da alienação de participação da Alupar

Os ativos operacionais e passivos operacionais representam o total de ativos e passivos totais de cada segmento.

Alupar Investimento S.A.

As informações por segmento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 estão apresentadas na tabela a seguir:

	Exercício findo em				Subtotal	Eliminações - Controle compartilhado	Eliminações - Intercompanhia	Total consolidado
	31/12/2015							
	Transmissão	Geração	Holding (a)	Outros (b)				
Receita operacional bruta	1.414.283	376.340	-	72.011	1.862.634	(159.850)	(69.865)	1.632.919
Receita de transmissão de energia	144.224	-	-	-	144.224	(35.571)	-	108.653
Receita de infraestrutura	113.125	-	-	-	113.125	(37.348)	-	75.777
Remuneração do ativo financeiro da concessão	1.156.934	-	-	-	1.156.934	(86.931)	-	1.070.003
Suprimento de energia	-	376.340	-	60.179	436.519	-	(58.033)	378.486
Consultoria e assessoramento na área regulatória	-	-	-	132	132	-	(132)	-
Serviços de operação e manutenção	-	-	-	11.700	11.700	-	(11.700)	-
Deduções da receita operacional bruta	(105.296)	(36.365)	-	(8.389)	(150.050)	10.690	-	(139.360)
Receita operacional líquida	1.308.987	339.975	-	63.622	1.712.584	(149.160)	(69.865)	1.493.559
Custo do serviço								
Custo com energia elétrica								
Energia comprada para revenda	-	(63.944)	-	(52.598)	(116.542)	-	58.033	(58.509)
Encargos do uso da rede elétrica - CUST	-	(26.342)	-	-	(26.342)	-	-	(26.342)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	-	(9.552)	-	-	(9.552)	-	-	(9.552)
Custo de operação								
Custo dos serviços prestados	(84.186)	(26.102)	-	(10.519)	(120.807)	7.971	11.832	(101.004)
Custo de infraestrutura	(113.126)	-	-	-	(113.126)	37.348	-	(75.778)
Depreciação / Amortização	(7.380)	(68.636)	-	(9)	(76.025)	7.272	-	(68.753)
	(204.692)	(194.576)	-	(63.126)	(462.394)	52.591	69.865	(339.938)
Lucro bruto	1.104.295	145.399	-	496	1.250.190	(96.569)	-	1.153.621
Despesas e receitas operacionais								
Administrativas e gerais	(40.754)	(32.746)	(33.921)	(709)	(108.130)	(250)	-	(108.380)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	334.651	-	334.651	-	(317.386)	17.265
Outras receitas	121	300	14.448	-	14.869	-	-	14.869
Outras despesas	(44.020)	(117)	(39)	-	(44.176)	44.020	-	(156)
	(84.653)	(32.563)	315.139	(709)	197.214	43.770	(317.386)	(76.402)
LAJIR	1.019.642	112.836	315.139	(213)	1.447.404	(52.799)	(317.386)	1.077.219
Depreciação / Amortização	10.046	69.448	1.351	12	80.857	(7.299)	-	73.558
LAJIDA	1.029.688	182.284	316.490	(201)	1.528.261	(60.098)	(317.386)	1.150.777
Despesas e receitas financeiras								
Despesas financeiras	(257.637)	(134.396)	(140.460)	(10)	(532.503)	18.951	-	(513.552)
Encargos de dívidas	(242.728)	(106.062)	(127.817)	-	(476.607)	17.841	-	(458.766)
Variações cambiais	(1.604)	(1.367)	(1)	-	(2.972)	(320)	-	(3.292)
Outras	(13.305)	(26.967)	(12.642)	(10)	(52.924)	1.430	-	(51.494)
Receitas financeiras	28.924	20.668	38.581	96	88.269	(2.414)	-	85.855
Receitas de aplicações financeiras	28.071	7.545	36.914	98	72.628	(2.355)	-	70.273
Outras	853	13.123	1.667	(2)	15.641	(59)	-	15.582
	(228.713)	(113.728)	(101.879)	86	(444.234)	16.537	-	(427.697)
LAIR	790.929	(892)	213.260	(127)	1.003.170	(36.262)	(317.386)	649.522
IR e CSLL correntes	(87.257)	(10.022)	-	-	(97.279)	1.241	-	(96.038)
IR e CSLL diferidos	(22.082)	11.113	-	-	(10.969)	28.677	-	17.708
	(109.339)	1.091	-	-	(108.248)	29.918	-	(78.330)
Lucro líquido Consolidado	681.590	199	213.260	(127)	894.922	(6.344)	(317.386)	571.192
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	(362.023)	(362.023)
Lucro líquido Alupar	681.590	199	213.260	(127)	894.922	(6.344)	(679.409)	209.169
Ativos operacionais	5.574.090	3.707.490	18.522	674	9.300.776	(842.693)	(8.939)	8.449.144
Passivos operacionais	252.483	429.669	13.708	763	696.623	(14.489)	(29.119)	653.015

(a) Holding compreende as atividades financeiras de investimentos e corporativas não associadas aos segmentos operacionais reportáveis

(a) Outros compreende atividade de comercialização e serviços de O&M que por não serem relevantes não estão sendo reportados separadamente

Alupar Investimento S.A.

A conciliação da demonstração do resultado segregada por atividade com a demonstração do resultado consolidada referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 é conforme segue:

	Exercício findo em					Total eliminações	Total consolidado
	31/12/2015						
	Subtotal	Eliminações					
Transmissão		Geração	Holding	Outros			
Receita operacional bruta	1.862.634	(159.850)	(58.033)	-	(11.832)	(229.715)	1.632.919
Receita de transmissão de energia	144.224	(35.571)	-	-	-	(35.571)	108.653
Receita de infraestrutura	113.125	(37.348)	-	-	-	(37.348)	75.777
Remuneração do ativo financeiro da concessão	1.156.934	(86.931)	-	-	-	(86.931)	1.070.003
Suprimento de energia	436.519	-	(58.033)	-	-	(58.033)	378.486
Consultoria e assessoramento na área regulatória	132	-	-	-	(132)	(132)	-
Serviços de operação e manutenção	11.700	-	-	-	(11.700)	(11.700)	-
Deduções da receita operacional bruta	(150.050)	10.690	-	-	-	10.690	(139.360)
Receita operacional líquida	1.712.584	(149.160)	(58.033)	-	(11.832)	(219.025)	1.493.559
Custo do serviço							
Custo com energia elétrica							
Energia comprada para revenda	(116.542)	-	-	-	58.033	58.033	(58.509)
Encargos do uso da rede elétrica - CUST	(26.342)	-	-	-	-	-	(26.342)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	(9.552)	-	-	-	-	-	(9.552)
Custo de operação							
Custo dos serviços prestados	(120.807)	7.971	11.832	-	-	19.803	(101.004)
Custo de infraestrutura	(113.126)	37.348	-	-	-	37.348	(75.778)
Depreciação / Amortização	(76.025)	7.272	-	-	-	7.272	(68.753)
	(462.394)	52.591	11.832	-	58.033	122.456	(339.938)
Lucro bruto	1.250.190	(96.569)	(46.201)	-	46.201	(96.569)	1.153.621
Despesas e receitas operacionais							
Administrativas e gerais	(108.130)	(257)	7	-	-	(250)	(108.380)
Resultado de equivalência patrimonial	334.651	-	-	(317.386)	-	(317.386)	17.265
Outras receitas	14.869	-	-	-	-	-	14.869
Outras despesas	(44.176)	44.020	-	-	-	44.020	(156)
	197.214	43.763	7	(317.386)	-	(273.616)	(76.402)
LAJIR	1.447.404	(52.806)	(46.194)	(317.386)	46.201	(370.185)	1.077.219
Depreciação / Amortização	80.857	(7.299)	-	-	-	(7.299)	73.558
LAJIDA	1.528.261	(60.105)	(46.194)	(317.386)	46.201	(377.484)	1.150.777
Despesas e receitas financeiras							
Despesas financeiras	(532.503)	18.951	-	-	-	18.951	(513.552)
Encargos de dívidas	(476.607)	17.841	-	-	-	17.841	(458.766)
Variações cambiais	(2.972)	(320)	-	-	-	(320)	(3.292)
Outras	(52.924)	1.430	-	-	-	1.430	(51.494)
Receitas financeiras	88.269	-	-	-	-	(2.414)	85.855
Receitas de aplicações financeiras	72.628	(2.355)	-	-	-	(2.355)	70.273
Outras	15.641	(59)	-	-	-	(59)	15.582
	(444.234)	18.951	-	-	-	16.537	(427.697)
LAIR	1.003.170	(33.855)	(46.194)	(317.386)	46.201	(353.648)	649.522
IR e CSLL correntes	(97.279)	1.241	-	-	-	1.241	(96.038)
IR e CSLL diferidos	(10.969)	28.677	-	-	-	28.677	17.708
	(108.248)	29.918	-	-	-	29.918	(78.330)
Lucro líquido Consolidado	894.922	(3.937)	(46.194)	(317.386)	46.201	(323.730)	571.192
Participação de não controladores	-	(353.832)	(2.383)	(5.808)	-	(362.023)	(362.023)
Lucro líquido Alupar	894.922	(357.769)	(48.577)	(323.194)	46.201	(685.753)	209.169
Ativos operacionais	9.300.776	(842.693)	(8.309)	-	(630)	(851.632)	8.449.144
Passivos operacionais	696.623	(14.489)	(8.309)	(20.155)	(655)	(43.608)	653.015

Os ativos operacionais e passivos operacionais representam o total de ativos e passivos totais de cada segmento.

36.Benefícios a empregados

A Companhia e suas controladas oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: assistência médica, vale transporte, auxílio alimentação, auxílio educação, plano de previdência privada que por sua vez propõe planos de complementação de aposentadoria, onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização, no cálculo atuarial das reservas.

A tabela abaixo demonstra os valores dos benefícios concedidos aos empregados da Companhia e suas controladas.

	Consolidado	
	Exercício findo em	
	31/12/2016	31/12/2015
Assistência médica e vale transporte	5.417	5.481
Previdência privada (*)	1.412	649
Educação	205	186
Auxílio alimentação	3.740	3.046
Outros	1.066	1.117
Total	11.840	10.479

(*) A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios suplementares de aposentadoria para seus empregados, implementado num plano de contribuição definida. Um banco privado é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia e suas controladas. O custeio do plano para as parcelas de contribuição definida é paritário entre a Companhia e suas controladas e os empregados. O custeio da parcela de contribuição definida é baseado em percentual escolhido livremente pelo participante (no valor de 1% sobre a parcela do salário de participação limitado até 8%, variando de acordo com a faixa etária do empregado) e com contrapartida, a Companhia e suas controladas farão a contribuição no valor de 100% da contribuição efetuada pelo participante.

Alupar Investimento S.A.

37.Seguros

Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2016 estão assim distribuídos:

Responsabilidade civil				
Segurado	Período de vigência		Importância segurada	Prêmio total
	de	até		
Alupar Investimento S.A. (****)	28/08/2016	28/08/2017	50.000	132
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	04/07/2016	04/07/2017	13.409	4
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	04/07/2016	04/07/2017	9.561	3
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	04/07/2016	04/07/2017	15.139	4
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	04/07/2016	04/07/2017	44.354	13
Energia dos ventos S.A. (**)	31/12/2016	31/12/2018	5.000	140
Ferreira Gomes Energia S.A.	03/12/2016	03/12/2017	75.000 (*)	73 (*)
Foz do Rio Claro Energia S.A.	03/12/2016	03/12/2017	75.000 (*)	73 (*)
Grupo TBE (**)	31/12/2015	31/12/2016	5.000	50
Ijuí Energia S.A.	03/12/2016	03/12/2017	75.000 (*)	73 (*)
Verde 8 Energia S.A.	28/07/2016	31/05/2018	50.000	225
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	03/12/2016	03/12/2017	75.000 (*)	73 (*)
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	03/12/2016	03/12/2017	75.000 (*)	73 (*)

(*) A importância assegurada no montante de R\$ 75.000 e o prêmio total no montante de R\$ 73 são compartilhados entre as controladas Ferreira Goms, Foz, Ijuí, Queluz e Lavrinhas.

(**) O Grupo TBE é formado pelas seguintes empresas: EATE, STC, Lumitrans, EBTE, ETEP, ESDE, ECTE, ETSE, ENTE, ERTE

(***) EDV's corresponde as seguintes controladas: EDV I, EDV II, EDV III, EDV IV e EDV X.

(****) A importância assegurada refere-se a responsabilidade civil dos administradores e está compartilhada com todas as empresas controladas.

Riscos de engenharia				
Segurado	Período de vigência		Importância segurada	Prêmio total
	de	até		
Energia dos ventos S.A. (*)	31/12/2014	31/12/2016	150.349	204
Verde 8 Energia S.A.	28/07/2016	31/05/2018	178.425	699
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	01/09/2016	10/05/2017	13.032	21

(*) EDV's corresponde as seguintes controladas: EDV I, EDV II, EDV III, EDV IV e EDV X.

Riscos nomeados / operacionais				
Segurado	Período de vigência		Importância segurada	Prêmio total
	de	até		
Ferreira Gomes Energia S.A.	03/12/2016	03/12/2017	983.861 (*)	952 (*)
Companhia Transirapé de Transmissão	24/05/2016	24/05/2017	31.747	40
Companhia Transleste de Transmissão	17/12/2015	17/12/2016	9.750	17
Companhia Transudeste de Transmissão	24/05/2016	24/05/2017	3.641	6
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	04/07/2016	04/07/2017	8.124	10
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	04/07/2016	04/07/2017	45.905	57
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	04/07/2016	04/07/2017	20.514	25
Foz do Rio Claro Energia S.A.	03/11/2015	03/11/2016	983.861 (*)	952 (*)
Grupo TBE (**)	31/12/2015	31/12/2016	289.915	253
Ijuí Energia S.A.	03/11/2015	03/11/2016	983.861 (*)	952 (*)
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	16/03/2016	16/03/2017	3.372	60
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	04/07/2016	04/07/2017	117.060	145
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	03/11/2015	03/11/2016	983.861 (*)	952 (*)
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	03/11/2015	03/11/2016	983.861 (*)	952 (*)
Energia dos ventos S.A. (***)	15/12/2014	31/12/2016	143.299	111

(*) A importância assegurada no montante de R\$ 983.861 e o prêmio total no montante de R\$ 952 são compartilhados entre as controladas Ferreira Goms, Foz, Ijuí, Queluz e Lavrinhas.

(**) O Grupo TBE é formado pelas seguintes empresas: EATE, STC, Lumitrans, EBTE, ETEP, ESDE, ECTE, ETSE, ENTE, ERTE

(***) EDV's corresponde as seguintes controladas: EDV I, EDV II, EDV III, EDV IV e EDV X.

Riscos diversos				
Segurado	Período de vigência		Importância segurada	Prêmio total
	de	até		
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	31/12/2015	31/12/2016	208	2
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	10/09/2016	10/09/2017	290	2

Alupar Investimento S.A.

Segurado	Veículos		Importância segurada	Prêmio total
	Período de vigência			
	de	até		
Alupar Investimento S.A.	19/06/2016	19/06/2017	100% tabela FIPE	7
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	19/09/2016	19/09/2017	20	3
Transmissora Matogrossense de Energia S.A. (I)	07/10/2016	07/10/2017	75	4
Transmissora Matogrossense de Energia S.A. (II)	19/09/2016	19/09/2017	200	7
Foz do Rio Claro Energia S.A.	19/06/2016	19/06/2017	100% tabela FIPE	6
Grupo TBE (*)	31/12/2015	31/12/2016	560.000	93
Ijuí Energia S.A.	19/06/2016	19/06/2017	100% tabela FIPE	5
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. (I)	01/03/2016	01/03/2017	100% tabela FIPE	3
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. (II)	27/04/2016	27/04/2017	100% tabela FIPE	31
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. (III)	07/03/2016	07/03/2017	100% tabela FIPE	1
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	19/06/2016	19/06/2017	100% tabela FIPE	4
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	19/06/2016	19/06/2017	100% tabela FIPE	5
Ferreira Gomes Energia S.A.	19/06/2016	19/06/2017	100% tabela FIPE	35

(*) O Grupo TBE é formado pelas seguintes empresas: EATE, STC, Lumitrans, EBTE, ETEP, ESDE, ECTE, ETSE, ENTE, ERTE

Fraude corporativa				
Segurado	Período de vigência		Importância segurada	Prêmio total
	de	até		
Grupo TBE (*)	31/12/2015	31/12/2016	5.000	55

(*) O Grupo TBE é formado pelas seguintes empresas: EATE, STC, Lumitrans, EBTE, ETEP, ESDE, ECTE, ETSE, ENTE, ERTE

38.Eventos subsequentes

Adiantamento para futuro aumento de capital

Os adiantamentos para futuro aumento de capital realizados pela Companhia após o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 são conforme segue:

Controlada	Data	Valor
Windepar Holding S.A.	02/01/2017	11.000
Windepar Holding S.A.	09/01/2017	6.650
AF ENERGIA S.A.	10/01/2017	450
Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.	24/01/2017	200
Transmissora Caminho do Café S.A.	26/01/2017	5
Transmissora Paraíso de Energia S.A.	26/01/2017	5
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	30/01/2017	3.500
Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.	07/02/2017	300
Windepar Holding S.A.	09/02/2017	680
Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.	14/02/2017	350
Empresa Transmissora Capixaba S.A.	14/02/2017	300
Transmissora Caminho do Café S.A.	16/02/2017	1
Transmissora Paraíso de Energia S.A.	16/02/2017	1
Windepar Holding S.A.	21/02/2017	500
Transmissora Caminho do Café S.A.	22/02/2017	321
Transmissora Caminho do Café S.A.	22/02/2017	23
Transmissora Caminho do Café S.A.	22/02/2017	3
Transmissora Paraíso de Energia S.A.	22/02/2017	583
Transmissora Paraíso de Energia S.A.	22/02/2017	23
Transmissora Paraíso de Energia S.A.	22/02/2017	3
AF ENERGIA S.A.	23/02/2017	400
Windepar Holding S.A.	07/03/2017	800
Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.	09/03/2017	250
Empresa Transmissora Capixaba S.A.	09/03/2017	150
		26.498

Alupar Investimento S.A.

Constituição das controladas TPE, TCC e ESTE - Leilões de Transmissão.

Tendo em vista que a ALUPAR sagrou-se vencedora do Lote 02 do Leilão ANEEL nº 13/2015 – 2ª Etapa - Republicação, em 11/11/2016 e do Lote 06 do Leilão ANEEL nº 13/2015 – 2ª Etapa - Republicação, em 11/11/2016, seguem as informações da constituição das empresas TPE e TCC.

Transmissora Paraíso de Energia S.A. (“TPE”) - Foi constituída a SPE com capital social autorizado de R\$ 634.368, tendo, subscrito e integralizado, R\$ 1 (um mil reais) representados por 1.000 ações ordinárias nominativas, cujo investimento previsto pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) é de R\$ 1.268.737.000,00, com uma Receita Anual Permitida – RAP de R\$ 214.700.000,00. A assinatura do contrato de concessão está prevista para fevereiro/2017.

Transmissora Caminho do Café S.A. (“TCC”) - foi constituída a SPE com capital social autorizado de R\$ 349.390, tendo, subscrito e integralizado, R\$ 1 (um mil reais) representados por 1.000 ações ordinárias nominativas, cujo investimento previsto pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) é de R\$ 698.780.000,00, com uma Receita Anual Permitida – RAP de R\$ 145.986.950,00. A assinatura do contrato de concessão está prevista para fevereiro/2017.

A controlada EATE sagrou-se vencedora do Lote 22 do Leilão ANEEL nº 13/2015 – 2ª Etapa - Republicação, em 11/11/2016 seguem as informações da constituição das empresas ESTE.

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A. (“ESTE”) - foi constituída a SPE com capital social autorizado de R\$ 20.000, tendo, subscrito e integralizado, R\$ 1 (um mil reais) representados por 1.000 ações ordinárias nominativas, cujo investimento previsto pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) é de R\$ 485.841, com uma Receita Anual Permitida – RAP de R\$ 101.020. A assinatura do contrato de concessão está prevista para fevereiro/2017.